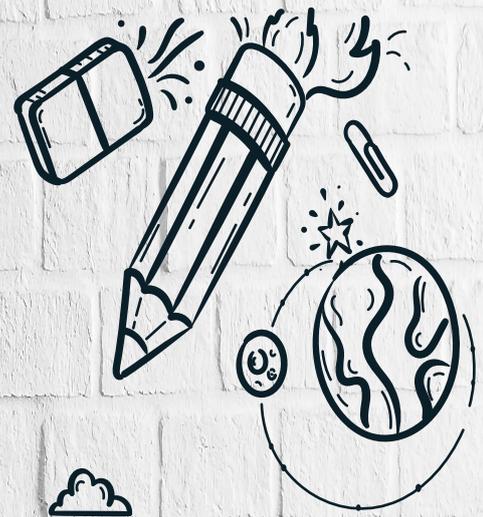
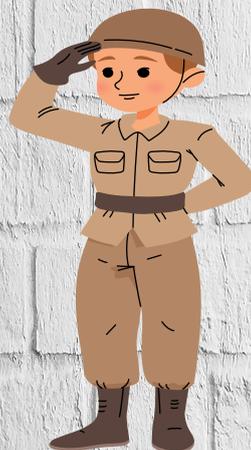


Claudio Sales Barbosa



Uma análise da percepção docente, gestora e familiar sobre a qualidade da educação básica em escolas públicas em defesa do modelo cívico - militar



Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA

Claudio Sales Barbosa

**Uma análise da percepção docente ,
gestora e familiar sobre a qualidade da
educação básica em e escolas públicas
em defesa do modelo cívico - militar**

Volume VII da Seção Tese e Dissertações na America Latina da Coleção
de livros Humanas em Perspectiva



Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA

Equipe Editorial

Abas Rezaey	Izabel Ferreira de Miranda
Ana Maria Brandão	Leides Barroso Azevedo Moura
Fernado Ribeiro Bessa	Luiz Fernando Bessa
Filipe Lins dos Santos	Manuel Carlos Silva
Flor de María Sánchez Aguirre	Renísia Cristina Garcia Filice
Isabel Menacho Vargas	Rosana Boullosa

Projeto Gráfico, editoração e capa

Editora Acadêmica Periodicojs

Idioma

Português

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A532 Uma análise da percepção docente, gestora e familiar sobre a qualidade da educação básica em escolas públicas em defesa do modelo cívico-militar - volume VII. / Claudio Sales Barbosa. – João Pessoa: Periodicojs editora, 2021

E-book: il. color.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-89967-06-4

1. Percepção docente. 2. Educação básica. 3. Escolas públicas. I. Barbosa, Claudio Sales. I. Título

CDD 370

Elaborada por Dayse de França Barbosa CRB 15-553

Índice para catálogo sistemático:

1. Educação - 370

Obra sem financiamento de órgão público ou privado

Os trabalhos publicados foram submetidos a revisão e avaliação por pares (duplo cego), com respectivas cartas de aceite no sistema da editora.

A obra é fruto de estudos e pesquisas da seção de Teses e Dissertações na América Latina da Coleção de livros Humanas em Perspectiva



**Filipe Lins dos Santos
Presidente e Editor Sênior da Periodicojs**

CNPJ: 39.865.437/0001-23

Rua Josias Lopes Braga, n. 437, Bancários, João Pessoa - PB - Brasil
website: www.periodicojs.com.br
instagram: @periodicojs

Prefácio



A obra intitulada de “Uma análise da percepção docente, gestora e familiar sobre a qualidade da educação básica em escolas públicas em defesa do modelo cívico - militar” é fruto da pesquisa de mestrado do pesquisador Cláudio Sales Barbosa para obtenção do título de mestre em Ciências da Educação.

A publicação da dissertação de mestrado na integra junto a Editora Acadêmica Periodicojs se encaixa no perfil de produção científica produzida pela editora que busca valorizar diversos pesquisadores por meio da publicação completa de seus pesquisas. A obra está sendo publicada na seção Tese e Dissertação da América Latina.

Essa seção se destina a dar visibilidade a pesquisadores na região da América Latina por meio da publicação de obras autorais e obras organizadas por professores e pesquisadores dessa região, a fim de abordar diversos temas correlatos e mostrar a grande variedade temática e cultural dos países que compõem a América Latina.

Essa obra escrita pelo pesquisador Cláudio Sales Barbosa tem fundamental importância ao discutir os diálogos e conflitos existente na implantação do modelo de ensino cívico - militar nas escolas públicas, permitindo assim, um processo de reflexão para desenvolvimento do ambiente escolar e desse modelo. Portanto, por meio dessa pesquisa temos a chance de abrir os horizontes para além do padrão tradicional de ensino, a partir da incorporação adequada de modelos que possam permitir



Uma análise da percepção

o crescimento concomitante da qualidade no ensino e do aprendizado dos alunos. Dessa maneira, a nossa editora teve o enorme prazer de divulgar uma pesquisa tão rica e fortalecedora do processo educacional de base, além de estimular o desenvolvimento e crescimento social.

Filipe Lins dos Santos

Editor Sênior da Editora Acadêmica Periodicojs



Sumário



Capítulo 1

UMA VISÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: TEORIA, TENDÊNCIAS E A PRÁTICA DOCENTE

15

Capítulo 2

MARCO METODOLÓGICO

88

Capítulo 3

RESULTADOS E DISCUSSÃO

97

Considerações Finais

125

Referências Bibliográficas

129



6



Anexos

143



7



Introdução



Atualmente, a real situação da qualidade da educação brasileira tem sido desafiadora em diferentes extremidades do país, devido aos altos índices de baixa qualidade no ensino. Seu sistema educacional tem apresentado falhas na forma de lidar com a gestão escolar e didático-pedagógica, o que por sua vez tem comprometido o processo de ensino e aprendizagem. É com base neste contexto que o Ensino Cívico Militar pode ser uma boa modalidade de gestão educacional em escolas públicas. Já que é notório o prejuízo que os diversos fatores internos, tais como: distração, sequestro de tempo útil, discussões entre alunos, excesso de brincadeiras, sucessivas reprovações, falta de incentivo da escola causam no processo de ensino e aprendizagem (SILVA-FILHO e ARAÚJO, 2017). Com isso, o professor perde muito tempo lidando com esses fatores, desperdiçando o tempo que deveria ser dedicado à transmissão dos conteúdos, ao aprendizado e à formação dos alunos.

A sala de aula pode ser comparada a um campo agricultável, em que o aluno é visto como uma planta em seu estado de formação, que necessita de cuidados para desenvolver-se de maneira saudável (FROEBEL, 2001). O ambiente escolar é como uma terra destinada ao plantio e colheita de frutos. A atmosfera escolar, assim como o solo, precisa de condições mínimas para a sementeira e a consequente colheita de bons frutos. O espaço dentro da sala de aula precisa ser cultivado e preparado para a transmissão, assimilação e desenvolvimento do aprendizado. Mas se o professor ou os alunos gastam muito tempo com distrações de toda ordem, das mais simples às mais complexas, das mais inofensivas às mais violentas, independente do modelo educacional adotado, os frutos serão escassos,



Uma análise da percepção

doentes e perdidos. Assim como um solo precisa de nutrientes para receber a semente e ser capaz de produzir bons e muitos frutos, assim, também, a sala de aula precisa estar estéril de interferências nocivas ao processo de ensino-aprendizagem.

Como já dito e constatado pelos docentes, todo dia, tempo precioso e caro é desperdiçado dentro de salas de aula com discussões, intervenções do professor para que a turma preste atenção, excesso de brincadeiras, e até coisas mais sérias como o problema das drogas. O Ensino Cívico-Militar (ECIM) se coloca como proposta de restabelecimento dessa ordem perdida, e minimamente necessária à transmissão e discussão dos conteúdos escolares. A autoridade, e não autoritarismo, do professor precisa ser resgatada e valorizada. O espaço, ou o solo escolar, precisa voltar a ser sagrado e respeitado como a base e o ponto de partida para construção e interação produtora entre alunos e professores. O resultado será a formação de mais indivíduos conscientes da importância de uma educação de qualidade para todos, que é o esteio de uma sociedade livre, próspera, democrática e com menos desigualdades sociais (BRASIL, 2019).

A mentalidade excessivamente progressista parece ter destituído o professor do seu papel protagonista e deu ao aluno uma autonomia e liberdade com as quais ele não sabe lidar, por simples falta de maturidade, inerente às idades. Ordem e disciplina não significam perda de participação e liberdade dos alunos, mas respeito à dignidade e ao tempo que eles precisam para serem forjados e se tornarem aprendizes capazes de focar na obtenção e construção do conhecimento.

O baixo rendimento escolar de alunos das escolas públicas se verifica na erosão de três elementos básicos, mas essenciais: Ordem, disciplina e tempo útil (SILVA-FILHO e ARAÚJO, 2017). Esses são nutrientes indispensáveis para que o solo escolar possa resgatar a força e capilaridade de irrigação para a semeadura do conhecimento que produzirá bons frutos; neste caso, o desenvolvi-



Uma análise da percepção

to de capacidades que lhes serão cobradas fora dos muros da escola. Onde as pessoas precisam ser mais capazes, mais bem formadas e informadas, e aptas a conquistar seus espaços num mundo em constante transformação e competitivo.

É por isso que a educação é um dos pilares para a evolução de qualquer sociedade que pretende ser mais justa, transformadora, determinada e fraterna (SAVANI, 2014). Ela é um pré-requisito elementar para o desenvolvimento político, social e econômico, para a democracia e para a igualdade social. A valorização dos profissionais, a ampliação das condições de acesso e permanência na escola, a melhoria da qualidade do ensino oferecido e a equidade são alguns dos desafios que o país vem enfrentando. No entanto, os dados e indicadores escolares não são animadores. Eles mostram que a realidade do ensino é desafiadora.

O Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA), realizado com o propósito de avaliar o desempenho escolar de diversos países, mostra que o Brasil ainda precisa dar passos largos junto a uma educação de qualidade. Desta feita, na última edição do PISA, aplicado em 2018, realizada com escolas de setenta países, o Brasil obteve a 59ª colocação em leitura, e ficou entre os dez últimos nas categorias de Matemática e Ciências, o que tem sido preocupante para o País. Neste triste cenário o país também tem liderado a violência nos ambientes escolares com mais de 12,5% de vítimas de agressões verbais ou de intimidação de alunos (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico- OCDE, 2013).

A autoridade de professores e gestores em muitas escolas públicas desgastou-se para além do limite suportável. As constantes preocupações com o clima de insegurança em sala de aula comprometeram a qualidade do processo ensino-aprendizagem. Tempo precioso que deveria ser dedicado ao ensino e fomento do saber é destinado a discussões, ofensas, ameaças e agressões. A atmosfera peda-



Uma análise da percepção

gógica em sala de aula, tão essencial à tarefa de formar e preparar jovens e adolescentes, perdeu-se e deu lugar a um estamento selvagem e predador de oportunidades da aprendizagem de educandos, os quais, sem consciência do preço que pagarão no futuro de suas vidas, engrossam as fileiras dos sem números de analfabetos funcionais.

Além dos problemas com indisciplina e violência, há estudos na literatura mostrando que ainda existem escolas públicas convivendo com o problema das drogas, sejam elas naturais ou sintéticas (BAVARESCO e CARVALHO, 2016). O assédio de traficantes, o consumo e o comércio de substâncias psicotrópicas tem sido uma dura realidade no cotidiano escolar e tem comprometido não só o desempenho, mas o futuro de muitos jovens estudantes, seja no ensino fundamental e até no superior.

Como se fosse pouco, o canto do hino nacional, o hasteamento da bandeira nacional etc. já não fazem parte há muito tempo da rotina das escolas. Perdeu-se muito do senso de coletividade e mutualidade, valores tão caros ao desenvolvimento de qualquer sociedade. Sem falar de outros valores familiares, culturais e sociais que se erodiram na consciência nacional. A escola tem um papel fundamental, como solo fértil, para que a educação se desenvolva com a qualidade necessária. Mas se o solo, que é o ambiente escolar, estiver doente e pobre de nutrientes, os resultados serão decepcionantes para o indivíduo e para a sociedade.

Diante desse cenário, o país se vê no desafio de fomentar novos modelos educacionais de qualidade, capazes de elevar o nível de aprendizado que proporcionarão melhores oportunidades aos jovens, com a consequente redução da desigualdade social no país. O Governo Federal, então, ciente do seu papel frente a essa situação, por meio do Decreto N° 10.004, de 5 de setembro de 2019, lançou o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, o PECIM, que traz um modelo de gestão nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa, alinhada à Base Nacional Comum Curricular



Uma análise da percepção

(BNCC, 2019). Tomou-se por base, ainda, as experiências adquiridas nos modelos de alto nível educacional dos Colégios militares do Exército, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros militares, os quais têm apresentado melhores indicadores, em relação às escolas civis, com taxas de abandono escolar 70% menor e taxa de reprovação de 37% inferior, mesmo com a aplicação da funesta política de aprovação automática adotada por Estados e Municípios para maquiar indicadores de desempenho educacional (BRASIL, 2019).

Contudo, mediante aos aspectos supracitados, este estudo visa responder o problema de pesquisa: Qual a percepção dos gestores, professores e pais/responsáveis sobre a qualidade da educação básica na escola pública de modo que o levem a considerar o modelo educacional cívico-militar capaz de contribuir para a melhoria do desempenho do aluno em relação à aprendizagem, valorização do professor, aumento do tempo útil ao processo ensino-aprendizagem, redução da violência e indisciplina em sala de aula? Tendo como hipóteses: a parceria de órgãos militares com a escola pública pode contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica, com ênfase no acesso, na permanência e na aprendizagem; o modelo educacional cívico-militar pode contribuir para a redução de violência e valorização do professor em escolas públicas; o modelo educacional cívico-militar pode contribuir para aumentar o interesse e foco do aluno nas atividades escolares; o modelo educacional cívico-militar pode contribuir para a melhoria das relações do aluno no seio familiar e em sociedade, além de poder prevenir o envolvimento com drogas.

Assim, neste estudo objetivou-se do ponto de vista geral analisar a percepção docente, gestora e familiar da rede municipal e estadual de ensino em uma cidade da Região Metropolitana do Recife/PE acerca da qualidade da educação básica, dificuldades enfrentadas, desempenho dos alunos e do processo de implantação do modelo educacional cívico-militar da escola pública. Tendo como



Uma análise da percepção

objetivos específicos identificar como os gestores, professores e pais compreendem o modelo educacional cívico-militar; conhecer as dificuldades enfrentadas pelos gestores, professores e pais que comprometem o desempenho dos alunos; analisar as percepções dos professores, pais e gestores sobre a contribuição do modelo educacional cívico-militar para a melhoria da qualidade da educação básica, com ênfase no acesso, na permanência e na aprendizagem; na redução de violência, indisciplina e valorização do professor; analisar as percepções dos professores, pais e gestores sobre a contribuição do modelo educacional cívico-militar para a prevenção do envolvimento com drogas, no resgate e promoção de valores morais, familiares, cívicos e patrióticos, na formação de indivíduos; analisar as percepções dos professores, pais e gestores sobre a contribuição do modelo educacional cívico-militar para o aumento do interesse e foco do aluno nas atividades escolares e redução da evasão escolar, além da melhoria das relações no seio familiar e em sociedade.

Para isso, esta pesquisa foi estruturada em cinco capítulos, enfatizando-se aspectos diferenciados, com o objetivo de trazer coerência e coesão aos fenômenos observados durante o processo de investigação. No capítulo 1, enfatiza a introdução na qual se descreve a justificativa, problema de pesquisa, hipóteses, objetivos geral e específicos. No capítulo 2, faz referência à fundamentação teórica. No capítulo 3, faz referência ao panorama geral dos procedimentos metodológicos utilizados durante a coleta e análise dos dados, com todas as particularidades de um estudo exploratório. Neste capítulo, buscou-se especificar em detalhes o tipo de pesquisa, os sujeitos investigados, campo de pesquisa, instrumentos de coleta de dados, procedimentos metodológicos e análise dos dados. No capítulo 4, apresentam-se os resultados, onde foi possível realizar uma melhor observação dos achados, além de uma descrição por extenso de cada resultado encontrado, fazendo uso de tabelas, quadros e gráficos para ilustrar os resultados, bem como, expõe a análise de conteúdo dos resultados, demons-



Uma análise da percepção

trando e discutindo por meio dos achados desta pesquisa. Por fim, no capítulo 5, refere-se às considerações finais, apresentando conclusões a respeito da pesquisa realizada.



Capítulo

1

UMA VISÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: TEORIA, TENDÊNCIAS E A PRÁTICA DOCENTE



Uma análise da percepção

A educação tem passado por grandes modificações ao longo da história, relacionando-se à ideia de educação como um processo na qual a sociedade transmitia seus costumes, tradições, princípios, valores e sua cultura. Por este motivo, o profissional seria um instrumento importante para a sistematização da transmissão cultural da sociedade pela qual advinha de forma oral (CASTRO, 2001).

Com o passar do tempo, por volta do século XV, empregou-se o conceito disciplinar que foi estabelecido mediante as reformas que produziram a modernidade. Essa concepção foi ganhando forças, gerando benefícios para o pensamento idealístico do homem referente ao processo de educação (SIMPLÍCIO, 2010).

Até então, a sociedade era norteadada pelo pensamento da lei religiosa, em que a educação se tornara propriedade da igreja católica que guardava em seus mosteiros ideais e princípios educacionais, permitindo o conhecimento somente aos líderes religiosos que tinham acesso à herança Greco-latina (CASTRO, 2001). Tratava-se de um grupo fechado onde grande parte da população não tinha direito ao conhecimento.

Com a quebra desse paradigma em que a aprendizagem era apenas obtida por meio dos costumes, tradições, princípios, valores e cultura constituídos pela sociedade, novas técnicas escolares foram desencadeadas com a finalidade de sistematizar a educação, proporcionando uma maior atenção ao processo de ensinar (CARLOTTO, 2002).

Na busca de compreender essas técnicas, o poder político-religioso que conservava e agregava o autoritarismo, decidiu abrir as primeiras escolas primárias chamada de “ensino básico” para a classe de grupos populares, sendo que, o seu maior interesse era preparar as pessoas para a leitura e escrita, porém tinham em vista os pretextos religiosos, colocando a frente desse trabalho o próprio clero para instruir as pessoas (KRENTZ, 1986). Nessa direção, a história da educação no Brasil por



Uma análise da percepção

muito tempo esteve sob a orientação da igreja. No primeiro momento, entre 1549 e 1759, corre o monopólio da vertente religiosa baseada na pedagogia tradicional. No segundo momento, entre 1759 e 1932 surge as ideias pedagógicas denominadas como coexistência entre as vertentes religiosa e leiga da pedagogia tradicional (SAVIANI, 2007).

Neste contexto, as primeiras técnicas e métodos educacionais utilizados pelos primeiros profissionais docentes passaram por grandes influências da pedagogia tradicional de costume beatificado e normativo, visto que o aspecto doutrinário da igreja era bastante acentuado, rígido e controlador na área do magistério. Por esta razão, a história da educação brasileira, por volta do século XVI, não apresentou características admissíveis para ser dissociada dos episódios e acontecimentos advindos da Europa (ARANHA, 2006). O Brasil ainda buscava sua identidade educacional.

Nesse período, quem fomentou a educação foram os jesuítas que exerciam o papel de “docente” mantendo uma postura rigorosa e rígida com o conhecimento e trato com psicológico dos alunos. Embora sujeitos à rigurosidade regulamentada, cada “aluno” era estudado, vigiado e atendido individualmente. Nesse contexto, os jesuítas trouxeram a maior parte do dogma e da doutrina da igreja para conservar o tradicional. Nessa abordagem tradicional, consistiam em metodologias ligadas à lição ou preleção, explicação, repetição e composição. Métodos esses onde predominavam a exposição oral dos conteúdos, os quais eram apresentados, em grande parte, de forma memorista e formalista. Com isso, dava-se especial importância à oralidade e à redação, assim como à leitura dos clássicos (LUZURIAGA, 1984).

Conforme Cambi (1999), todo o continente europeu presencia o brilhante progresso de intelectuais com comprometimento em uma intensa batalha contra a cultura tradicional que ainda apresenta traços em pleno século XXI. Muito se tem estudado e discutido a respeito dos processos



Uma análise da percepção

pedagógicos para a melhoria do ensino, que muitas das vezes ocorre como uma mera transmissão de conhecimento tornando o ensino um processo reprodutivo e mecanizado, onde os assuntos ou conteúdos e metodologias de ensino não se incluem ou pautam com o cotidiano e a realidade social dos alunos do século XXI.

Essa concepção está relacionada com o paradigma newtoniano-cartesiano que vinha caracterizando as ações docentes conservadoras e tradicionais. Na verdade, os professores sofreram uma forte influência do paradigma newtoniano-cartesiano que caracterizou a ciência no século XIX e na sua maioria surgiu no século XX. Sua principal influência nas ações dos docentes foi o ensino reprodutor provocando um ensino assentado na escuta, leitura, decoração e repetição (BEHRENS, 1999).

Essa regulação repercute diretamente na composição da prática pedagógica embasada na visão monarca que marcou a tendência ou convergência tradicional, renovada e tecnicista (CORREIA, 2011). Uma prática educativa impossível de ser realizada atualmente devido ao perfil dos alunos do atual momento histórico brasileiro.

A tendência tradicional refere-se às ações de ensino que estão centradas na transmissão e exposição dos conhecimentos pelo professor. É cabível, neste contexto, que o docente passe a ostentar desempenhos com suprema rigorosidade, tais como: prestar atenção, tomar cuidado, atentar e advertir os alunos, ajustar e lecionar os conteúdos. Com essa concepção, o professor passou a ser visto como a autoridade máxima e inibidor da participação do aluno (LOPES, 1991). Na ocasião, a sala de aula é um espaço apenas do professor, ao aluno cabe ser coadjuvante do processo educacional.

Essa tendência evidencia-se, nos processos e métodos predominadores da exibição oral dos conteúdos, que por sua vez, segue um encadeamento predeterminante e fixo independentemente do contexto e argumento da escola, destacando os exercícios reproduzidos para garantia da fixação e



Uma análise da percepção

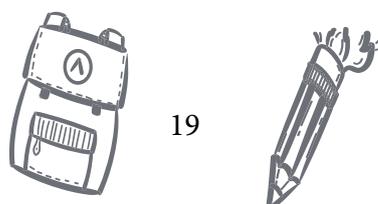
memorização dos conteúdos. Os assuntos e os procedimentos didáticos, nesta pedagogia, não apresentam transações com a realidade do aluno e muito menos intensidade com as realidades sociais (PEREIRA, 2003).

Segundo Collares et al. (1999) e Behrens (1999 apud PEREIRA, 2003) consideram que a técnica pedagógica, respectivamente utilizada pelo docente, está alistada à reprodução do conhecimento e repetição. Está fortemente influenciada pelo paradigma da ciência newtoniana-cartesiana. Como consequência desta influência, a ação docente ocorre de forma fragmentada e assentada na memorização. Os profissionais docentes seguidores dessa linha metodológica têm dificuldades de utilizar outras metodologias de ensino, se não, a de “transmitir conhecimentos”.

É importante ressaltar que há uma controvérsia quando estamos abordando a pedagogia tradicional. Esta pedagogia é entendida por meio de duas vertentes, tais como: pedagogia tradicional estabelecida pela doutrina religiosa que se refere à igreja católica e a pedagogia tradicional estabelecida pela Gestalt e o Behaviorismo.

A primeira vertente relaciona-se à pedagogia tradicional de caráter religioso que tinha por finalidade introduzir nos alunos valores predominantes da sociedade. Dessa forma, o método empregado era doutrinário para revelar o caráter e a disciplina de toda a catequese, visando à submissão, a aquisição e a adesão dos grupos à fé católica (SILVA, 2012).

No entanto, o professor paroquial mantinha uma postura rígida, antes normativa do que científica e antes profissional do que técnica. Todavia, com nítida postura de conservador, a igreja investia contra os aspectos trazidos pelo liberalismo. Para entravar seu avanço, a igreja privilegiava as comunidades rurais que conviviam distantes da vida política, sobretudo, com vida religiosa saudável. A partir desse comunitarismo o movimento foi se fundamentando no autoritarismo (KRENTZ, 1986).



Uma análise da percepção

A segunda vertente refere-se à pedagogia tradicional que se divide em Gestalt e Behaviorismo. Para muitos educadores essas duas teorias parecem não ter finalidade para a educação ou fundamentam como métodos autoritaristas. Contraditoriamente, essas teorias proporcionam à educação meios que parecem facilitar a aprendizagem dos indivíduos, o convívio social e a organização de grupos na sociedade.

Na Gestalt as leis influenciam na compreensão, percepção de ideias e semelhança do conteúdo com a cultura e realidade do indivíduo (figura e fundo, semelhança), agrupamento social e aproveitamento do espaço para discussão (proximidade), organização de conteúdos que facilitem a compreensão dos alunos (boa continuidade). As aulas tendem a ser percebidas em sua modalidade de forma mais simples e as apresentações dos conteúdos com sequências compreendidas pelos os alunos (regência) e a utilização da associação do novo com o conhecido para a compreensão (experiência passada) (COUTINHO, 2008). Nesse contexto, muda o quadro de como a educação se apresentava aos alunos.

Já a teoria Behaviorista contribui para o comportamento do sujeito sobre o ambiente. Parecem agir sobre o ambiente para produzir diferentes tipos de implicações. Essas ações deliberadas são chamadas de operantes. Quando ocorrem essas ações o processo de aprendizagem é envolvido no condicionamento. Dessa forma, o aluno aprende a se comportar a partir de determinadas maneiras que atua sobre o ambiente. Todavia, o condicionamento parece aumentar a probabilidade e a frequência de uma resposta (SILVA, et al.,2009).

A partir da discussão a respeito da pedagogia tradicional, observou-se que existe uma diferença entre a tendência tradicional religiosa e a tendência tradicional das teorias. Do ponto de vista pedagógico, a pedagogia tradicional embasada nas teorias Gestaltiana e Behaviorista parece contri-



Uma análise da percepção

buir para o processo de aprendizagem. Até então, essa tendência apresenta-se nos exercícios escolares para fixação e memorização, organização dos conteúdos no quadro, organização de grupos para discussão e debates entre outros. Porém, os profissionais docentes as desconhecem ou não as colocam em prática.

Na tendência renovada ou escola novista que surge na década de 30, a corrente contraria o ensino tradicional, dando ênfase a um novo modelo de ensino. A tendência passa a ser severa com a pedagogia tradicional, fixando-se na reversão do processo educativo, assumindo um princípio norteador de valores, tornando o sujeito um ser liberto, funcional e social. Assim, o centro do processo de aprendizagem passa a ser o aluno. Isto é, o aluno torna-se um agente curioso, pesquisador e ativo no processo educacional (SAVIANI, 2007). A ênfase voltou-se para a atividade do aluno, e perante a essas circunstâncias, novas técnicas surgiram e foram adquiridas pelos professores, que por sua vez não ficaram apenas detidos às aulas expositivas como atividades predominantes, mas também criaram diferentes metodologias colaborativas capazes de gerar autonomia no aluno para a construção da aprendizagem (LOPES,1991).

Partindo desse ponto de vista, o professor passou a buscar meios estratégicos para facilitar o desenvolvimento da aprendizagem livre e natural do sujeito. O que se refere à ação e investigação do conhecimento que agora, deve partir do aluno. Sabendo-se que cabe ao professor a função de alinhar, organizar, coordenar e mediar as situações de aprendizagem, adaptando suas atuações às características que cada aluno apresenta. O professor agora deve seguir suas ações educativas respeitando as individualidades dos alunos para que haja o desenvolvimento das capacidades e habilidades intelectuais. No entanto, o ensino ainda era desenvolvido com o objetivo de ajustar e oferecer um ambiente favorável ao autodesenvolvimento e valorização do aluno (PEREIRA, 2003).



Uma análise da percepção

Ainda Pereira (2003), afirma que essa tendência teve grande penetração no Brasil na década de 30, com grande frequência no ensino pré-escolar (antigo jardim de infância). Até hoje, esta corrente é vista com grande entusiasmo em algumas práticas educativas, com maior intensidade e magnitude na educação infantil e de maneira especial no campo da orientação educacional e da psicologia direcionada á escola.

Consequentemente, para contrapor a escola novista, nos anos 70 surgiu a tendência tecnicista fundamentada nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade (LOPES, 1991). Este modelo de tendência foi inspirado nas teorias behavioristas relacionadas às estruturas de aprendizagem que repercute em uma abordagem sistematizada de ensino. Nesta tendência, a escola volta o seu trabalho para o sistema modelador que está ligado ao condicionamento do comportamento através de técnicas específicas empregadas para tais fins. A educação escolar organiza o processo de aquisição de agilidades, habilidades, atitudes e conhecimentos exclusivos, úteis e cogentes para que as pessoas permaneçam sempre interligadas e integradas na máquina dos princípios socialista, globalizado e capitalista. No entanto, a escola treinava os alunos para atingir o aperfeiçoamento desejado para a ordem social vigente. Um sistema educacional mecânico ao qual o aluno era submetido ao longo de sua formação educacional. De acordo com Saviani (2007) a concepção pedagógica era tida como produtivista.

Época de vigência do sistema capitalista, onde o interesse maior e imediato é de produzir indivíduos competentes no âmbito da técnica científica para o ingresso no mercado de trabalho que se designou a partir das propostas criadas pelo taylorismo¹. As instituições educacionais não passaram muito tempo para adotar o sistema, logo se ligaram a essa nova tendência da robotização da população

1 De acordo com Curado (2019 online) “O Taylorismo é uma forma de administração que foca nas tarefas visando melhorar a eficiência operacional do empreendimento. É também denominado de Administração Científica, tendo sido criado pelo engenheiro estadunidense Frederick Taylor”.



Uma análise da percepção

com maior ênfase na produtividade. Neste contexto, o paradigma da eficiência estava constituído no modelo taylorista. Os conteúdos de ensino, neste modelo, passaram a serem elementos sistematizados. Princípios científicos e leis passaram a ser classificadas em uma sequência lógica e psicológica por especialistas (PEREIRA, 2003).

Dentre várias questões impostas pela pedagogia tecnicista ou condicionadora, as consequências foram divididas em dois níveis: individual e social. No nível individual refere-se: (a) aluno é ativo, emitindo apenas respostas cujo sistema o permite; (b) alta eficiência da aprendizagem de dados e processos; o aluno não tem a autonomia de interrogar e ou questionar os objetivos e as metodologias aplicadas, tampouco participa em sua seleção; (c) o aluno pode ser ativo e criticar os assuntos expostos no programa; (d) as características dos reforços são assentados pelo programador do sistema; (e) aumenta o espírito individualista, quando o programa institui ocasiões e oportunidades cabíveis de coparticipação; (f) tendência à competitividade: o aluno passa a ser mais ágil e veloz; (g) tendência a desistir das personalidades originais e criatividade individuais: as respostas corretas são preestabelecidas.

Em nível social trata-se: (a) tendência à robotização da população estabelecendo o maior destaque na fabricação e ação (b) são totalmente dependente das fontes externas para a consignação dos objetivos, técnicas e apoios, desenvolvendo a capacidade e a eficiência de um líder; (c) falta de desenvolvimento de consciência crítica e cooperação; (d) suscetibilidade dos programas à manipulação ideológica e tecnológica; (e) deficiência de lógica referente aos conteúdos transmitidos; (f) dependência total dos sistemas estrangeiros nas áreas programáticas, tecnologia e métodos; (g) convergentes dos conformismos por motivos referentes a superioridades de eficácia e pragmatismo utilitário (BORDENAVE,1999). O processo educacional não permitia interação entre o sujeito e o conhecimento,



Uma análise da percepção

situação importante para uma aprendizagem significativa.

Segundo o Ministério da Educação (1997), a ênfase nos processos metodológicos de ensino acarretou deformidades no processo ensino aprendizagem. O prejuízo para o processo educacional que ainda se buscava encontrar é penoso. A falta de uma proposta educacional nacional permite a cópia de modelos estrangeiros que não atende às expectativas de uma sociedade em pleno crescimento.

A supervalorização da tecnologia programada de ensino trouxe consequências: a instituição escolar revestiu-se de uma grande autossuficiência, reconhecida pela comunidade abrangida, instituindo ao mesmo o falso conceito de que aprender não é algo adequado e natural do ser humano, mas que depende unicamente de especialistas e de técnicas. A valorização nesse ponto de vista não é o professor, mas a tecnologia; o professor passa a ser um sujeito mecanizado e mero especialista na aplicação de manuais e sua capacidade criadora permanece restrita aos limites plausíveis e estreitos da técnica utilizada. O desempenho do aluno é reduzido a um indivíduo que reage aos estímulos de forma a corresponder as respostas esperadas pela escola, para ter êxito e avançar. Seus interesses e seu processo particular não são considerados e a atenção que recebe do professor é para alinhar seu ritmo de aprendizagem ao programa que o professor deve implementar (MEC, 1997). Houve um grande número de métodos de ensino criados para desenvolver a aprendizagem. Cabia ao professor seguir à risca para garantir que o aluno aprendesse de forma esperada e definida pelo método. Não havia condições para empreender como educador ou como aluno.

Neste contexto, entende-se que o professor não era um agente valorizado, passando a ser visto como um mero especialista seguidor de regras indicadas pelo Ministério da Educação (MEC). Nesta concepção, o legado era extremamente voltado para a tecnologia, desvalorizando o trabalho do docente e a participação do aluno.



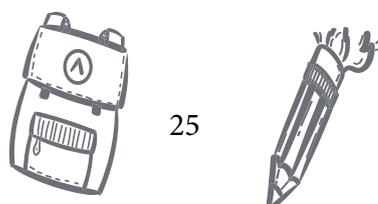
Uma análise da percepção

Mesmo assim, com essa concepção, nos últimos anos da década de 70 e início de 80, com a abertura da política no final do governo militar, coincidindo com intensa mobilização dos professores para buscar um ensino e uma educação crítica, em prol das alterações modificadoras nas áreas política-sócio-econômicas, tendo em vista a presença da superação das desigualdades sociais, nesse período, a tendência tecnicista entra em declínio, perdendo seu espaço para a tendência crítica (PEREIRA, 2003).

De acordo com Saviani (2014, p. 15):

[...] pedagogia tradicional, ela não faz a crítica da sociedade existente. Ela mantém a função que a pedagogia tradicional tinha na sociedade existente, que era de redenção da humanidade, de libertação dos homens, tanto da sua subjugação material como da sua subjugação espiritual. Então, o que a escola nova vai considerar é que esse objetivo da escola não foi cumprido porque a escola tradicional não estava adequadamente organizada. Era preciso, pois, reformar a escola, porque a sociedade deixou de ser uma sociedade estática, é uma sociedade em transformação, em desenvolvimento, em mudança. Consequentemente, a escola deve ser reformada para se ajustar às mudanças que caracterizam a sociedade moderna.

A nova tendência pedagógica com sua percepção holística e libertadora deixa em plano secundário a preocupação dos professores com as técnicas de ensino, dando ênfase na relação dialética na prática pedagógica da sala de aula. Tendo em vista, que a aula expositiva, assim como as demais técnicas de ensino passa a ser considerada como meios para uma reelaboração dos conteúdos transmitidos (LOPES, 1991).



Uma análise da percepção

Esta corrente pedagógica é uma forma de construir o conhecimento a partir da realidade, tanto os docentes quanto os alunos são mediados e influenciados pela realidade que apreendem e da qual é extraída os conteúdos para a construção da aprendizagem, alcançando um coeficiente de consciência da realidade, a fim de nela atuarem, possibilitando o agente à transformação na sociedade (PEREIRA, 2003). Agora há um “personagem” definido de aluno ao qual o educador deve olhar e buscar envolver seus interesses no processo educacional de forma dialógica (SAVIANI, 2011).

Ainda, segundo o autor, ressalta que nesta pedagogia, o método de ensino é concretizado na forma de práticas pedagógicas inovadoras, críticas e sociointeracionistas, dando ênfase na interação mediante a constituição de grupos em sala de aula para discussão. O professor passa a manter uma postura ao mesmo nível de importância em afinidade aos alunos, tendo em vista que seu principal papel é de facilitador e mediador na discussão. Diante do exposto, nota-se que o professor começa a ter mais domínio de sua sala de aula compreendendo assim como ocorre a aprendizagem dos alunos uma vez que pode interagir com eles, ouvi-los e chamá-los a fazer parte do processo educativo.

Por meio dessas ações, a metodologia de ensino, passa a ser fundamentada na semelhança dialógica entre professor e alunos. Neste contexto, a educação passa a ter um caráter libertador, no qual o aluno passa a questionar de forma concreta a realidade das relações entre sujeitos com o seu cotidiano, tendo em vista uma transformação (LUCKESI, 2001 apud PEREIRA, 2003). A educação parece tomar um novo formato que busca atender as expectativas de alunos e educadores. Foi aos poucos que o Brasil buscou adquirir uma personalidade educacional, pois como se trata de um país construído da cultura de muitos povos, o Brasil é sem sombra de dúvida multicultural e precisa respeitar e atender a tais características para formular uma proposta educacional.

Diante deste percurso constituído a respeito do trabalho do docente, do ponto de vista peda-



Uma análise da percepção

gógico, foi possível perceber que o professor diante desse processo, se depara com as exigências para desenvolver e desempenhar multi papéis, muitas vezes, tais situações apresentam incoerências, que lhe ordenam manter o equilíbrio perante várias situações decorrentes. O professor hoje não apenas transmite conteúdo. Exige-se que seja amigo e companheiro do aluno, lhe oferecendo ajuda para o seu crescimento pessoal, mas ao final do curso aceite um papel de ajuizamento, contraditório ao anterior. Faz-se necessário, estimular e instigar a autonomia do aluno, mas no mesmo instante pede-se que se adeque às regras estabelecidas pelos grupos e aos princípios da instituição (CORREIA, 2011).

E quais são os princípios que cada instituição considera indispensáveis à boa prática dialógica entre educador e educandos, e que devem se manifestar na conduta em sala de aula? Eles certamente existem, mas não são muitas vezes observados pelos alunos na rotina escolar. É a partir desse contexto que o modelo ECIM entra com potencial coadjuvante do processo pedagógico, restabelecendo o ambiente de ordem necessário ao espaço dialético e interacional produtor.

É importante quebrar muitos paradigmas persistentes de épocas anteriores e romper de vez com a educação que afasta, que seleciona, que discrimina. No Brasil com regiões bem diferentes umas das outras a educação não pode unificar suas ações. É preciso respeitar as diferentes formas de aprender oferecendo ao professor uma formação que os qualifique a desenvolver uma ação educativa que respeite a multiculturalidade, os alunos e suas condições cognitivas e psicológicas de aprendizagem.

Nos dias atuais, as responsabilidades e exigências imposta ao professor referente ao seu papel estão se multiplicando de forma que coincide com o percurso histórico docente, desde a influência da igreja e das respectivas transformações ocorridas no contexto social até os dias de hoje, interferindo com aspectos modificadores no papel do professor. Segundo Merazzi (1983 apud CARLLOTO, 2002),



Uma análise da percepção

acredita-se que as mudanças que acontecem na função docente estejam ligadas aos fatores da evolução e da transformação dos agentes tradicionais de socialização que são caracterizados pela família, relação do cotidiano, nos diversos ambientes e grupos sociais constituídos, e nos fatores relacionados à função tradicional que denomina os espaços escolares, com veneração à transmissão dos conhecimentos. E o fator respaldado nos conflitos que se estabeleceram nas escolas quando se pretendia determinar o papel do docente com base nos valores, importâncias e significativas para a sociedade.

Esta realidade que apresenta mudança advinda do papel estabelecido pelo professor parece está relacionada com os pressupostos supracitados anteriormente, advém do “avanço contínuo do saber”. Não apenas se trata da necessidade de atualização contínua, mas também, da renúncia a conteúdos e a um saber tradicional que perdurou durante anos. Faz-se necessário que os professores se unifiquem com os conteúdos que anteriormente não eram aludidos quando começaram a exercer esta profissão. O profissional docente que ainda se encoraja em afrontar a estas mudanças, possivelmente, almeja sustentar a função de padrão social, o de manipulador exclusivo de conhecimento e o de hierarquia detentora de um poder, esses profissionais têm grandes probabilidades de serem interrogados e de ampliarem seus anseios de mal-estar (CARLLOTO, 2002). É comum encontrar nas escolas atuais muitos professores “seguindo as normas” sem mudar suas ações por medo ou por incapacidade profissional e cognitiva de “fazer diferente”. Lidar com a mudança exige capacidade psicológica de aceitar o novo e reagir positivamente às consequências de tais mudanças.

Apesar dos pressupostos supracitados e da realidade das concepções apresentadas pedagógicas apresentadas, Saviani (2007, p.449) ressalta uma visão otimista e esperançosa quando menciona que:



Uma análise da percepção

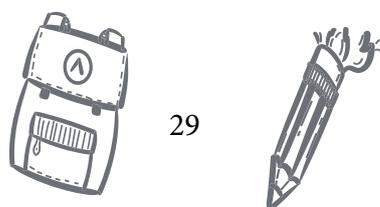
Não obstante, mantiveram-se análises críticas e focos de resistência à orientação dominante na política educacional, que tendem a se fortalecer, neste novo século, à medida que os problemas se agravam e as contradições se aprofundam, evidenciando a necessidade de mudanças sociais mais profundas. Nesse contexto, seria bem-vinda a reorganização do movimento dos educadores que permitisse, a par do aprofundamento da análise da situação, arregimentar forças para uma grande mobilização nacional capaz de traduzir em propostas concretas a defesa de uma educação pública de qualidade acessível a toda a população brasileira.

Portanto, há uma grande necessidade em nível nacional de unir forças por meios de discussões, reflexões e propostas concretas em defesa e produção de uma educação pública de qualidade para todos os brasileiros.

Surgimento da escola militar e cívico-militar no Brasil

A origem do ensino militar no Brasil é bastante antiga e tem origem no fim do século XVII, no qual passou por diferentes transformações ao longo da história, podendo ser dividida em duas fases: a primeira anterior à chegada da Família real (1699 a 1808) marcada por um ensino precário e improvisado e a segunda fase se inicia após a instalação da corte real no Brasil caracterizada pela reestruturação do Exército, com o objetivo de formar uma força militar mais eficiente e menos amadora (NOGUEIRA, 2014).

As primeiras instituições de ensino militar no Brasil colonial remontam ao final do século



Uma análise da percepção

XVII. Um dos primeiros indícios do ensino militar no Brasil ocorreu por volta do ano de 1668 e posteriormente em 1669, por ocasião da Carta Régia assinada pelo Rei Dom Pedro II. A Carta Régia trazia lições sobre o uso e manejo da artilharia, dirigidas aos contestáveis e Artilheiros da Praça do Rio de Janeiro, vindas da Coroa Portuguesa, como relatado por Pirassinunga (1958, p. 9):

[...] e ser conveniente a meu serviço haver Mestre que lhes dê lição por estarem comendo os seus soldos com pouco préstimo no seu officio. E pareceu-me, dizer-vos que quando o Engenheiro que eu nomear em lugar de Gregório Gomes, não tenha a ciência que convém do uso e manejo da arma para o ensinar, neste caso se tratará de prover outrem no posto de Capitão da Artilharia desta Praça, e por ora esta doutrina a pode dar na Cadeia o Engenheiro onde é mais fácil recebê-la os que quizerem aprendê-la do que ir o mesmo Engenheiro às fortificações para cuja diligência o mando desembaraçar na prisão em que está.

O contexto político e militar da época era caracterizado pelas lutas entre Portugal e Espanha, além da cobiça das nações de poder bélico e marítimo pela posse do litoral brasileiro, o que levou Portugal a tomar medidas de defesa do litoral brasileiro. Nessa época, foram criadas aulas militares na Bahia (1696), Rio de Janeiro (1698), São Luís do Maranhão (1699) e Recife (1701) (GAMA, 2011).

Uma das medidas de defesa foi a criação, em curto espaço de tempo, de fortalezas para a proteção do território, o que demandou a formação de engenheiros militares formados no Brasil para suprir a demanda de Engenheiros Militares que trabalhariam nestas construções. Gregório Gomes Henriques, Capitão Engenheiro que veio para o Rio de Janeiro em 1694, foi o primeiro a dar lições de engenharia militar nesta cidade (PIRASSINUNGA, 1958).



Uma análise da percepção

Em 1699, no Rio de Janeiro, Dom Pedro II ordena a criação do “Curso Prático de Fortificação”, também chamado de “Aula de Fortificação”.

Artur de Sá e Menezes. Amigo. Eu El Rei vos envio muito saudar. Por ser conveniente a meu serviço, Hei por bem que nessa capitania em que há engenheiro, haja aula em que possa ensinar a fortificar, havendo nela três discípulos de partido, os quais serão pessoas que tenham capacidade necessária para poderem aprender, e para se aceitarem terão ao menos 18 anos de idade, os quais sendo soldados se lhes dará além do seu soldo meio tostão por dia; e não o sendo, vencerá só o meio tostão; e todos os anos serão examinados para ver se se adiantam nos estudos e se tem gênio para eles, porque quando não aproveitem incapacidade serão logo excluídos, e quando não seja pela pouca aplicação. Se lhes assinará tempo para se ver o que se melhoram; e, quando se não aproveitem nele serão também despedidos. E quando haja pessoas que voluntariamente queiram aprender sem partido, serão admitidas, e ensinadas para que assim possa nessa mesma Conquista haver engenheiros, e se evitem as despesas que se fazem ao meu serviço, enquanto chegam depois dos outros serem mortos, de que me pareceu avisar-vos, para que tenhais entendido a resolução que fui servido tomar neste particular; e esta ordem mandareis regular nas partes necessárias, e fareis com que se faça pública para que venha a notícia a todos. Eu vi-a “Rei”. Conde de Alvor (PIRASSININGA, 1958, p.9).

Com isso, é possível perceber os primeiros passos do ensino militar no Brasil em que se destaca na Carta Régia como seriam os procedimentos de admissão e dos critérios de avaliação que deviam passar os primeiros alunos. Esse curso pode ser considerado o primeiro núcleo de formação



Uma análise da percepção

de ensino militar no Brasil.

O engenheiro militar Gregório G. Henriques era responsável pela regência das aulas, cujo objetivo era ensinar a desenhar e erigir fortificações. As aulas seriam ministradas nas fortificações existentes na cidade, por conterem o material necessário à explicação da obra fortificada. Essas iniciativas educacionais visavam atender às demandas por um mínimo de instrução que possibilitasse a defesa da Costa Brasileira (LUCHETTI, 2006; GAMA, 2011).

O ensino militar no Brasil Colônia não era sistematizado, as aulas eram ministradas de forma desconexas e descentralizadas (LUCHETTI, 2006; NOGUEIRA, 2014). Sobre o Curso de Fortificação, Luchetti (2006, p.64) diz que:

Sua finalidade era a preparação de um pequeno número de portugueses, ou de seus descendentes, para dirigir a construção de fortificações na costa litorânea de modo que estas facilitassem a ação defensiva portuguesa contra as investidas de ataques estrangeiros. [...] Esse ensino, como característica da época, era ministrado em aulas, que eram cursos avulsos e descentralizados, com finalidades específicas tanto para formações técnicas quanto profissionais. Era um ensino específico voltado para atender às exigências imediatas da defesa nacional. Essas iniciativas educacionais visavam atender as demandas por um mínimo de instrução que possibilitasse a defesa da Costa Brasileira.

De acordo com Gama (2011), com o passar dos anos, o ensino da Aula de Fortificação do Rio de Janeiro foi intensificado durante o Reinado de D. João V (1706-1750), devido à situação tensa entre Portugal e Espanha. Assim, tornou-se cada vez mais necessário fortificar os elementos necessários à defesa do litoral brasileiro. Uma das ações tomadas por D. João V foi tornar o ensino militar obri-



Uma análise da percepção

gatório, assim como a obrigatoriedade de cursar a Aula Militar por espaços de cinco anos para ser promovido ou nomeado a um cargo militar.

Seguindo-se os anos, em 1790, é determinado pela rainha D. Maria I de Portugal a criação no Brasil da “Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho”. Então, em 17 de dezembro de 1792 foi instalada na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Estado do Brasil, pelo vice-rei e capitão-general D. José Luís de Castro, Conde de Resende, a “Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho”, como modelo já existente em Lisboa, cujo foi fundada em 1790 (CARUSO, 2008).

De acordo com Instituto Militar de Engenharia (2020) a “Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho” tinha por objetivo formar oficiais das Armas e Engenheiros para o Brasil-Colônia. Os cursos de Infantaria e de Cavalaria tinham a duração de três anos, o da Artilharia, cinco anos. O curso de Engenharia durava seis anos, sendo que no último ano eram lecionadas as cadeiras de Arquitetura Civil, Materiais de Construção, Caminhos e Calçadas, Hidráulica, Pontes, Canais, Diques e Comportas. Foi a primeira escola de engenharia das Américas e terceira do mundo, sendo instalada na Casa do Trem de Artilharia, na Ponta do Calabouço, onde atualmente funciona o Museu Histórico Nacional. É considerada uma precursora do ensino superior militar e de engenharia, tanto no Brasil como no próprio continente americano.

Em 1795 ocorreu no Rio de Janeiro a criação da “Nova Academia de Aritmética, Geometria Prática, Fortificação, Desenho e Língua Francesa”, destinada, exclusivamente, a formar oficiais da Arma de Infantaria. Um dos motivos da criação da Nova Academia se deu pela não adaptação dos alunos infantis às aulas ministradas na “Real Academia da Artilharia, Fortificações e Desenho” (PI-RASSININGA, 1958, p. 9).

Em 1808, com a chegada da Família Real Portuguesa, começa uma nova fase da educação



Uma análise da percepção

militar no Brasil. A vinda da Corte portuguesa para o Brasil aconteceu em meio a uma conjuntura política europeia muito delicada, devido às guerras napoleônicas na Europa. No entanto, apesar dos fatos catastróficos que motivaram tais transformações, os exilados da corte portuguesa, juntamente com os habitantes da nova corte real, viram as mudanças como uma oportunidade de renovação política e moral da colônia (MEIRELLES, 2005). Assim, a introdução do ensino militar tornou-se uma necessidade, já que, uma das grandes preocupações passou a ser a defesa do território e da corte real. “[...] o Exército, na concepção moderna da palavra, é um acontecimento do século XIX, que no Brasil começa a ser efetivamente pensado a partir da chegada da família Real” (TAVARES, 2009, p. 50).

Ao chegar ao Brasil o Príncipe Dom João VI se deparou com as forças militares existentes, que conforme Vianna (1956, p. 268), “[...] os corpos de tropa eram poucos e bisonhos, mal instruídos, precariamente armados e, sobretudo, faltava-lhes articulação e o sentido de conjunto, próprios dos organismos militares evoluídos”. Desta forma, a necessidade de um Exército minimamente eficiente para suprir as demandas de segurança da família Real fez com que Dom João VI determinasse que o Exército passasse por uma reestruturação, o que implicava diretamente numa reforma no modo de instruir os militares da Corte.

De acordo com a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, 2011), as circunstâncias enfrentadas pela corte portuguesa, tornava imprescindível a formação de oficiais com conhecimento técnicos com condições de liderarem homens, uma vez que estes oficiais se tornariam fundamentais na nova estrutura militar a ser montada, com base na disciplina, na instrução e na lealdade à Coroa Portuguesa.

Diante disso, foi criada a Real Academia Militar, por “Carta de Lei” em 4 de dezembro de 1810 como parte da reforma pedagógica, instituída pelo Estado, porém só foi inaugurada em 23 de



Uma análise da percepção

abril de 1811, tendo o tenente-general Carlos Antônio Napion como seu primeiro comandante (LUCHETTI, 2006),

Essa academia foi instalada no mesmo local da anterior e foi chamada também de Casa do Trem da Artilharia, hoje Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro. Em 1812, a Casa do Trem foi transferida para o Largo de São Francisco, local que oferecia melhores condições para o exercício da arte da guerra. Com a Independência do Brasil, em 1822, passou a chamar-se Imperial Academia Militar e, durante o Período Regencial, denominou-se Academia Militar da Corte (ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS, online).

A criação da “Real Academia Militar” foi um grande passo para organização do exército e do ensino militar no Brasil. Os trabalhos acadêmicos que fazem referência à Real Academia Militar ressaltavam, primordialmente, a importância do currículo da academia e a identidade institucional do Exército brasileiro baseada na tradição do ensino na formação técnico-profissional de militares e civis (LUCHETTI, 2006; GAMA, 2011).

O ensino ministrado na Real Academia Militar foi baseado e sistematizado no modelo francês, no qual visava uma formação mais completa de seus alunos, o que transcendia um ensino meramente militar. Para isso, esse modelo de ensino foi preparado e submetido a atualizações constantes, graças à adoção de livros franceses, sempre atualizados (NOGUEIRA, 2014). A Carta Lei de 1810 deixa isso bem claro quando diz: “[...] ao maior grau de perfeição [...] a fim de que ali se formassem oficiais completamente habilitados [...] na arte da guerra e que nada nos exercícios possam encontrar que lhe sejam novos [...]” (MOTTA, 1998, p.21).

Além disso, é notório que a academia possuía dois objetivos bem claros: a formação de ofi-



Uma análise da percepção

ciais de infantaria e de cavalaria, para servir especificamente para as operações de guerra; e formar oficiais de artilharia e oficiais engenheiros, incluindo geógrafos topógrafos, aptos para direção de construção de estradas, pontes, portos, etc (MOTTA, 1988).

O modelo de ensino, cujos objetivos foram postos em prática a partir da implantação da Real Academia no Rio de Janeiro, foi formulado por Dom Rodrigo (Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, nomeado por Dom João VI). Inicialmente, as expectativas foram atendidas, uma vez que o Brasil necessitava e sofria com a ausência de profissionais na área de engenharia (MOTTA, 1998; TAVARES, 2009). No entanto, “Em 1823 a escola militar, por ordem do Governo, passou a receber civis com a finalidade de formar engenheiros, que não tinham nenhum compromisso com a carreira militar, fato que não agradou parte da cúpula dirigente que temia a “paisanização²” da escola” (TAVARES, 2009, p. 53).

Vale ressaltar que a partir da Proclamação da Independência do Brasil em 1822, a “Real Academia” recebeu diferentes denominações de acordo com os objetivos estabelecidos pelas mudanças estruturais que ocorreram nos anos que se seguiram. Luchetti (2006, p. 67) afirma que:

Em 1822, proclamada a Independência, a Academia passou a ser designada de Imperial Academia Militar; em 1832, de Academia Militar de Marinha, quando nela se incorporou a Academia Imperial da Marinha (1832), e em 1838 de Escola Militar, quando da separação definitiva entre a Marinha e o Exército.

O modelo de ensino militar da Academia foi bastante elogiado nas primeiras décadas, principalmente pelas ações de pioneirismo e avanços nas áreas de topografia, telegrafia, abertura de es-

2 De acordo com Tavares (2009, p.53) “Essa expressão vem da palavra paisano, termo comumente utilizado dentro no meio militar para identificar o civil. A expressão, em geral, é usada no sentido pejorativo, onde o militar estaria acima no que diz respeito à organização, vivacidade, pontualidade e compromisso com os bens públicos”.



Uma análise da percepção

tradas de ferro no Brasil. Porém, o modelo de ensino militar começou a se deteriorar quando houve a necessidade de mobilização e emprego rápido de tropas para conter as revoltas e levantes que ocorreram no Brasil, durante o período regencial. As críticas eram fundamentadas na formação militar dividida entre a formação de engenheiros (escola para civis) e oficiais combatentes (escola para militar) (TAVARES, 2009).

Começa ali, no início da formação de oficiais genuinamente brasileiros, a se desenhar o perfil de um Exército, cujo dever não se limitava aos problemas da caserna e a questões de defesa externa, fazendo com que as linhas divisórias entre a profissão militar e poder público se mostrassem muito tênues para serem respeitadas em tempos de crises (TAVARES, 2009. p. 52).

É possível observar que entre o 1811 e 1850 o ensino militar ministrado na Academia sofreu uma dicotomia, em que duas linhas paralelas se desenvolveram. “A primeira era a linha científica, integrada por militares que se dedicavam aos estudos e à docência, e outra linha dedicada era a tarimbeira³, que nasce da experiência viva das campanhas que se sucedem na Região do Prata” (GAMA, 2011, p.1).

Apesar das reformas implantadas na tentativa de sanar as dificuldades encontradas para a administração da Academia e tornar o exército mais operante, os entraves não foram plenamente resolvidos, o que acarretou na extinção da Academia Real Militar em 1858, por meio do Decreto nº 2.116 de 1º de março, o qual também criava a Escola Central do Exército, bem como na cidade do Rio

3 De acordo com Abreu (2006, p. 9) “Este termo deriva do termo Tarimba, um estrado de madeira onde dormiam os soldados nos quartéis, e que pejorativamente foi ligado aqueles oficiais que tinham um caráter mais Toupier, ou que não possuíam estudos militares superiores. Este termo passa a ser bastante utilizado no final do século XIX no interior da escola Militar da Praia Vermelha, para designar os alunos das armas Infantaria e Cavalaria.”



Uma análise da percepção

de Janeiro, cujo objetivo era a melhoria curricular através das disciplinas Latim, História, Geografia, Aritmética, Álgebra, Geometria e Metrologia (LUCHETTI, 2006).

Em 1858, Em substituição à Academia Real Militar, foi criada pelo decreto número 2.116, de 10 de março de 1858, a Escola Central do Exército que, além de atender à dupla formação, de militares e de engenheiros, passou a funcionar em dois prédios diferentes: na Praia Vermelha, com a formação de oficiais, e no Largo de São Francisco, o centro de formação de engenheiros civis, o único do período. “Numa as matemáticas, as ciências físicas, o estudo da Engenharia; noutra o regime militar rigoroso, a ordem unida, o acampamento, o manejo das armas, a prática do tiro” (MOTTA, 1998, p. 113).

Neste mesmo período foram criados dois cursos preparatórios, no qual o principal objetivo era preparar os futuros candidatos às escolas militares. O primeiro curso foi instalado no Rio de Janeiro em 1958, e era de responsabilidade do Ministério da Guerra. Em 1863, foi criada a Escola Preparatória de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. A criação dos dois cursos preparatórios representou o marco inicial da introdução do ensino secundário militar que para Luchetti (2006) perfazia a função de oferecer e preparar uma base educacional sólida e que garantiam aos filhos de militares o devido respaldo do Estado na sua educação secundária. Assim, mostrou preocupação do Estado com a educação secundária aos filhos dos militares que passou a ser “uma política educacional uniforme e permanente” (MOTTA, 1998). Ressalta-se que, com esse advento possibilitou o nascimento dos colégios militares dos dias atuais.

Antes ainda do mês da Proclamação, era instaurado pelo Decreto Imperial 10.202, assinado em 9 de março de 1889, o primeiro colégio do Exército na cidade do Rio de Janeiro, denominado



Uma análise da percepção

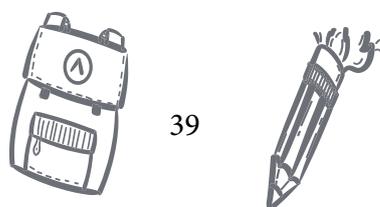
Imperial Colégio Militar da Corte, que faz parte da rede de ensino militar denominada de Sistema de Colégios Militares do Brasil (SCMB) (NOGUEIRA, 2014). Contudo, as discussões acerca da necessidade de oferecer educação formal de viés militar a jovens não militares começam décadas antes na política institucional brasileira.

As discussões tiveram início em 1853 com o senador Luís Alves de Lima e Silva, futuramente conhecido como Duque de Caxias, que apresentou aos outros senadores a ideia de criar um colégio para dar assistência aos “filhos daqueles que morrerão ou se inutilizarão no campo de batalha defendendo a independência e a honra nacional” (CASTRO, 2016).

É bem claro que a medida não era uma iniciativa de pensar o militarismo como fundamento para um modelo de Educação, mas trazia a dimensão assistencial aos dependentes dos militares. “[...] que era tão somente de fornecer e garantir uma formação aos filhos de militares que não conseguiriam fazê-lo de forma adequada (ou que estariam mortos) justamente por terem corrido os riscos de uma vida em função da Pátria” (CASTRO, 2016, p. 32). Infelizmente, o projeto não recebeu o apoio necessário, uma vez que o Exército ainda não contava com o prestígio que viria apenas depois da Guerra do Paraguai (1864-1870).

A Guerra do Paraguai, ou Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870) é considerada um dos maiores conflitos armados que ocorreram na América do Sul no século XIX. Mesmo saindo vitorioso, o Exército Brasileiro sofreu muitas baixas entre seus soldados e muitos que retornaram ao Brasil necessitavam de assistência. “[...] muitos brasileiros comovidos pelos horrores da guerra, que apresentava inúmeros soldados mutilados e diversos órfãos, mobilizaram-se, visando a amparar os “voluntários da pátria” e suas famílias” (LEAL, 2009, p.4).

Assim, a ideia de criação do primeiro Colégio Militar no Brasil é apoiada e concretizada com



Uma análise da percepção

sua instalação em 1888, na cidade do Rio de Janeiro. Sua principal função era promover educação de qualidade aos órfãos garantir a educação dos órfãos de militares que haviam morrido ou que se tornaram inaptos na Guerra do Paraguai, além de promover a escolarização também de filhos de civis interessados em uma educação fundada sob os auspícios da pedagogia e disciplina militar. O Colégio também tinha como grande diferencial a instrução e educação militar, induzindo os alunos a seguirem carreira nas Forças Armadas (ROSA, 2012).

O educandário, em pouco tempo, impõe-se dentro do cenário educacional do País, devido à qualidade de ensino ofertado nos moldes militares. Este renome fez com que o próprio Exército fosse visto com outro olhar pela sociedade civil. Segundo Leal (2009, p. 8), ressalta que os militares acreditavam “que o Colégio representava para a nação, o caminho ideal para o civismo, a renovação de valores e ampliação da cultura, além de contribuir para dar amparo social aos militares, como ajudar o Brasil a debelar o cancro do analfabetismo”.

Notando o grande destaque do Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ), o Exército criou, no decorrer do século XX, outros Colégios pelo Brasil nos mesmos moldes do CMRJ. E no ano de 1912 criou-se colégio Militar em Porto Alegre-RS e Barbacena-MG (extinto em 1924).

Mesmo com grande prestígio junto à sociedade, surgiram reações políticas contrárias aos novos estabelecimentos de ensino. Emendas orçamentárias dos anos de 1915 e de 1916 previam a extinção dos Colégios Militares existentes, porém felizmente não foram aceitas. O Senador pelo Piauí, Abdias Neves, grande defensor dos Colégios, teve um papel decisivo para manutenção das instituições e com base no judicioso parecer do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Bento Manoel Carneiro Monteiro, aprovado integralmente pelo então Ministro da Guerra, General José Caetano de Faria, a questão foi arquivada.



Uma análise da percepção

Após a resolução desses conflitos, no ano de 1919 o Governo Federal criou o Colégio Militar do Ceará (CMC) na cidade de Fortaleza (Lei Nº 3674, de 07 de janeiro de 1919). Destacou-se, neste período, o General de Divisão, graduado e reformado, Eudoro Corrêa, que exerceu o comando por mais de treze anos (1923 a 1936). O CMC foi extinto em 1938.

O Brasil já contava com quatro Colégios Militares em seu território, porém por razões políticas começou o desmanche das instituições. O primeiro a ser extinto foi o CM de Barbacena em 1925, e os seus servidores distribuídos por outras organizações do Exército. Em 1938, são extintos os Colégios do Ceará e de Porto Alegre, permanecendo ativo somente o Colégio Militar do Rio de Janeiro.

Leal (2009, p. 9) relata que:

[...] mesmo com o bem conceituado Colégio Militar do Rio de Janeiro nem sempre a criação desses estabelecimentos era bem vista, pois como indicava o Tenente Coronel Antônio Joaquim Figueiredo, os argumentos usados por aqueles que não concordavam com a ideia educacional eram sempre os mesmos. Alegavam estas pessoas, que o colégio era fonte de despesas e que criava privilégios para os filhos de militares. Além disso, afirmavam que os resultados práticos não correspondiam às despesas feitas, pois as finalidades não eram atingidas, uma vez que a maioria dos alunos não seguia a carreira militar. Esta pressão contribuiu para o fechamento do Colégio Militar de Barbacena em 1925. A justificativa foi o alto custo para mantê-lo funcionando o que promoveu divergências entre os militares.

A retomada da criação de Novos Colégios Militares no Brasil se deu por meio do Ministro da Guerra, General Henrique Teixeira Lott, que iniciou uma nova fase de progresso para o ensino colegial no Exército. No dia 12 de setembro de 1955, o Presidente da República, Café Filho, assinava



Uma análise da percepção

o Decreto nº 37.879, que criou o Colégio Militar de Belo Horizonte (CMBH), sendo uma aspiração baseada na grata lembrança do Colégio Militar de Barbacena, criado em 1912 e extinto no fim do ano de 1925 (BONUMÁ, 2013; DEPA, 2020).

As décadas de 50, 60 e 70 foram marcadas pela instalação dos seguintes Colégios Militares: Colégio Militar Salvador (1957), Colégio Militar de Curitiba (1958) e Colégio Militar de Recife (1959), Colégio Militar de Manaus (1971), e o Colégio Militar de Brasília (1978). Os antigos Colégios de Porto Alegre e do Ceará (Fortaleza) foram transformados em Escolas Preparatórias e voltaram a funcionar como Colégios Militares no ano de 1962 (BONUMÁ, 2013; DEPA, 2020).

Em 30 de novembro de 1988 o Colégio Militar de Belo Horizonte, o Colégio Militar de Salvador, o Colégio Militar de Curitiba e o Colégio Militar do Recife foram desativados, com base na decisão do Ministro da Guerra, por meio de portaria, a fim de diminuir os gastos com atividades complementares e dirigir os recursos à atividade militar (BARTH, 2014).

Em 1993, diante das decisões do Supremo Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, o ministro do Exército, General Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena, assina a Portaria nº690, no dia 17 de dezembro, reativando os Colégios Militares de Curitiba, de Salvador, do Recife e de Belo Horizonte. E partindo para a retomada do processo de ampliação do Sistema, ainda em 1993, foram criados os Colégios Militares de Juiz de Fora e de Campo Grande. E em 1994, o de Santa Maria (BARTH, 2014).

Após vários estudos sobre a criação de novos colégios militares no Brasil, foi instituído que uma das unidades acadêmicas do Exército Brasileiro deveria ser colocada na Cidade de Belém, dando assim origem a instituição de ensino Colégio Militar de Belém (CMBel) em 2015, pela Portaria Nr 1.034-Cmt Ex.



Uma análise da percepção

Neste sentido, a partir da fundação do Colégio Militar do Rio de Janeiro, outros colégios militares foram criados, dando origem ao Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB). Atualmente, o SCMB conta com 13 instituições de ensino: Colégio Militar do Rio de Janeiro (1889), Colégio Militar de Porto Alegre (1912), Colégio Militar de Belo Horizonte (1955), Colégio Militar de Salvador (1957), Colégio Militar de Curitiba (1958), Colégio Militar de Recife (1959), Colégio Militar de Fortaleza (1962), Colégio Militar de Manaus (1972), Colégio Militar de Brasília (1978), Colégio Militar de Juiz de Fora (1993), Colégio Militar de Campo Grande (1993), Colégio Militar de Santa Maria (1994) e Colégio Militar de Belém (2015).

O Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) está sob a administração da Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA), órgão setorial responsável pela condução do Ensino no Exército Brasileiro, à qual cabe supervisionar, controlar e coordenar as atividades didático-pedagógicas do Sistema. Por sua vez, a DEPA é subordinada ao Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP), órgão do Exército que administra o ensino de níveis fundamental e médio, formula e administra a proposta pedagógica do Sistema de Ensino do Exército Brasileiro (DEPA, 2020).

As mudanças políticas, sociais e tecnológicas ocorridas na sociedade nos últimos 30 anos influenciaram em algumas mudanças no SCMB, no qual de acordo com a DEPA (2020) destacam-se:

- 1989 – Admissão de meninas como alunas para cumprir as mesmas atividades curriculares dos meninos por meio de concursos de admissão ao 6º ano do Ensino Fundamental e ao 1º ano do Ensino Médio. Hoje, anualmente, moças e rapazes disputam as vagas disponíveis em igualdade de condições.
- 1995 – Formação da turma pioneira de alunas dos Colégios Militares.
- 2001 – Criação do curso na modalidade de ensino a distância (CEAD), coordenado



Uma análise da percepção

pelo Colégio Militar de Manaus, com a finalidade de oferecer o Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano aos dependentes de militares da região amazônica.

- 2004 – Ampliação do ensino a distância, sendo oferecido também aos dependentes de militares em missão no exterior.
- 2006 – É ofertado ensino a distância também para os alunos do Ensino Médio.
- A partir de 2010, embasado nas concepções pedagógicas apontadas pelo Grupo de Trabalho para Estudo da Modernização do Ensino no Exército (GTEME), o Comandante do Exército, assessorado pelo Estado Maior do Exército (EME) e pelo DECEX decidiu implantar uma nova abordagem pedagógica para nortear a formação de seu pessoal. Por meio da Portaria nº 152-EME, de 16 novembro 2010, foi aprovada a Diretriz para a Implantação da Nova Sistemática de Formação do Oficial de Carreira do Exército da Linha de Ensino Militar Bélico.

Desde sua fundação, em 1889, os Colégios Militares passaram por diferentes conjunturas políticas e sociais do Brasil, porém sempre se destacam pela qualidade do ensino militar, sobretudo, pelas regras disciplinares presentes no cotidiano escolar, com o máximo apoio de todos os atores do processo de ensino e aprendizagem.

É notório que os colégios militares apresentaram bom desempenho e boa estrutura com notas acima da média nacional de acordo com o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e bom desempenho dos egressos do SCMB em exames como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Diante desses fatos, é perceptível a importância dos Colégios Militares na formação cívica baseada nos valores morais, na disciplina e no patriotismo. Respalado nos resultados apresentados pelo modelo apresentado pelos Colégios Militares, o Excelentíssimo Sr. Presidente da República, Jair



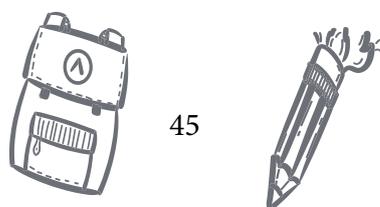
Uma análise da percepção

Messias Bolsonaro, assina o Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019 que cria o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, com objetivo de promover a melhoria na qualidade da educação básica no ensino fundamental e no ensino médio (BRASIL, 2019a).

As Escolas Cívico-Militares (Ecim) são colégios públicos, de ensino fundamental e médio, cujas gestões foram transferidas para instituições militares, como a Polícia Militar. As escolas cívico-militares já existiam no Brasil. Segundo o Ministério da Educação (MEC), existem 203 unidades no País com esse modelo em 23 Estados (maioria em Goiás, seguido de Minas Gerais) e no Distrito Federal, que atendem 192 mil alunos. Mas há diferenças. Atualmente, as escolas cívico-militares existem graças a uma parceria entre Secretaria Estadual de Segurança Pública e Secretaria Estadual de Educação. Com o novo modelo, o Governo Federal entra com dinheiro: R\$ 1 milhão por escola.

É importante ressaltar a fala do secretário de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), Jânio Macedo, o qual enfatizou que as escolas cívico-militares já existentes, mesmo que fora do modelo MEC, têm sucesso. As escolas cívico-militares possuem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) maior do que as civis, apresentando taxa de evasão 71% menor e de reprovação 37,4% inferior (BRASIL, 2019b).

As Escolas Cívico-Militares (Ecim) são estabelecimentos públicos de ensino regular, estaduais ou municipais, que aderiram ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), instituído pelo Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019 (BRASIL, 2019a). No modelo da escola cívico-militar, Secretaria de Educação e a de Segurança Pública fazem uma parceria para realizar uma coordenação/gestão compartilhada, no qual a gestão pedagógica fica sob a responsabilidade de pedagogos e profissionais de Educação, enquanto a gestão administrativa e de conduta ficam com os militares ou profissionais da área de segurança. De acordo com Neves (2019, online):



Uma análise da percepção

A chamada “gestão híbrida”, compartilhada entre civis e militares, começará em 2020, em 54 escolas. A princípio, seriam duas escolas em cada unidade da federação, porém como 11 estados não aderiram à proposta haverá uma redistribuição. Durante coletiva de imprensa realizada no dia 1º de outubro, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou que os municípios interessados – mesmo de estados que não aderiram – poderão solicitar a participação no programa. Para as cidades, o prazo vai de 4 a 11 de outubro. “A gente estava prevendo duas escolas por estado. Como tiveram estados que não aderiram, tem espaço para deslocarmos escolas eventualmente desses estados que não aderiram para estados que aderiram”, justificou Weintraub.

A meta do governo é implementar até 2023, 216 escolas cívico-militares, além de aproximar e igualar, progressivamente, o IDEB das Escolas Públicas do Ensino Básico. Vale ressaltar que a escola cívico-militar é um modelo desenvolvido para melhorar a educação básica do país. Para isso, será construído um ambiente de parcerias e de maior vínculo entre gestores, professores, militares, estudantes e até mesmo pais e responsáveis.

Aspectos conceituais do modelo educacional cívico-militar, militar e das escolas públicas

Atualmente, no Brasil é possível identificar três modelos de escolas: as públicas, as militares, as cívico-militares, além das particulares. Elas diferem entre si principalmente em relação ao financiamento, forma de ingresso, gestão e na proposta didático-pedagógica.

As escolas públicas estão em maior número no Brasil, e atualmente, atendem 73,5% das crianças e adolescentes (IBGE, 2016). O conceito de educação pública e seu papel na sociedade vêm



Uma análise da percepção

sendo construído ao longo da história. A concepção atual de escola pública tem origem em 1932, com a publicação do Manifesto⁴ dos Pioneiros da Educação Nova. Por se tratar da educação pública, ela necessita ser balizada pelos princípios da democracia, da igualdade, da universalidade e da laicidade, ou seja, as escolas públicas devem atender a todos, independentemente de raça, condição financeira ou religião (RIBEIRO, 1996). Se houver qualquer desvio em relação a estes princípios, a população pode cobrar do poder público seu cumprimento.

Atualmente a educação pública é considerada como um dos direitos fundamentais do homem, e está garantida legalmente no Brasil. É na Constituição Federal de 1988 que a questão do direito à educação é abordada de uma forma mais abrangente e consolidada. O art. 6º diz que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988, online).

Já o art. 205, trata especificamente da educação afirmando que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988 online). E reafirma esse direito no artigo 208, quando declara que o dever do Estado será efetivado mediante a garantia de “ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade própria” (BRASIL, 1988 online).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), também, dispõem sobre a obrigatoriedade e gratuidade da educação, assim como o artigo 53 do ECA enfatiza que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno

4 Refere-se a um documento escrito por 26 educadores, em 1932, com o título “A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo”. Circulou em âmbito nacional com a finalidade de oferecer diretrizes para uma política de educação.



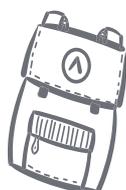
Uma análise da percepção

desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1990 online).

Desta forma, percebe-se que a legislação brasileira atual garante a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. Essa conquista é consequência da compreensão que veio se desenvolvendo ao longo dos últimos séculos de que a educação pública é um dos importantes elementos na conquista da cidadania, tendo em vista ser ela um dos requisitos básicos para que os indivíduos possam ter acesso à cultura e ao conhecimento (BRASIL, 2006).

Apesar dos avanços em democratizar o acesso e melhorar a qualidade das relações de ensino-aprendizagem, as escolas públicas padecem por falta de investimentos, responsabilidade principalmente de estados e municípios. Essa escassez de recursos reverbera na infraestrutura dos prédios, e nas condições que os professores têm para dar aula e que os alunos têm para aprender. Portanto, discutir legislação, políticas e gestão da educação básica é um desafio para todos na escola: professores, direção, pais, funcionários, estudantes e comunidade local, no sentido de fazer valer o direito à educação e à escola de qualidade para todos, visando garantir a participação dos indivíduos na sociedade e sua formação cidadã.

Quanto aos colégios militares, estes totalizam 13 unidades no Brasil e estão distribuídos em 11 estados brasileiros (descritos no tópico anterior), sendo o Colégio Militar do Rio de Janeiro o primeiro a ser fundado em 1889 e o Colégio Militar de Belém o mais recente, com fundação em 2015. Os colégios militares formam o Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) que é constituído por alunos, professores civis e militares, militares do Exército que desempenham diferentes funções (administrativas, orçamentárias, aprovisionamento, licitações, monitores escolares, dentre outras) e militares de outras forças (Marinha, Aeronáutica).



Uma análise da percepção

De acordo com o Regulamento dos Colégios Militares (R-69), os colégios são “organizações militares que funcionam como estabelecimentos de ensino de educação básica”. Posto que, também segundo o documento, têm o objetivo de capacitar os alunos para ingressar em estabelecimentos de ensino militares, como as escolas de cadete (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2011).

De acordo com Artigo 83 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996 online) “O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino”. Assim, o ensino militar está autorizado a ter equivalência de estudos e foi regulado em 8 de fevereiro de 1999 com a promulgação da Lei nº 9.786 (BRASIL, 1999). O Sistema de Ensino do Exército tem por finalidade:

[...] qualificar os recursos humanos necessários à ocupação de cargos previstos e ao desempenho de funções definidas na estrutura organizacional do Exército Brasileiro. (art.1).

[...] obedece a processo gradual, constantemente aperfeiçoado, de educação continuada [...] (art. 2).

[...] deve assegurar a seu pessoal, por meio dos diferentes cursos, base humanística, filosófica, científica e tecnológica, política e estratégica, para permitir o acompanhamento da evolução das diversas áreas do conhecimento, o inter-relacionamento com a sociedade e a atualização constante da doutrina militar. (art. 3). (BRASIL, 1999).

O planejamento, a execução e o controle da instrução militar no Exército serão regulados em ato do Comandante do Exército. (art. 5).

As atividades de ensino e de instrução militar devem estar integradas, observadas a doutrina militar, a valorização dos recursos humanos e a busca do constante aperfeiçoamento (art.6).



Uma análise da percepção

Observa-se que foram instituídas características próprias com o objetivo de qualificar os recursos humanos para a ocupação de cargos e o desempenho de funções previstas, na paz e na guerra, em sua organização.

Os Colégios Militares foram enquadrados no Art. 7º, da Lei nº 9.786, de forma adicional às modalidades militares propriamente ditas, como ensino preparatório e assistencial de nível fundamental e médio, na forma da legislação federal pertinente, ressalvadas suas peculiaridades. No § 2º do mesmo artigo, está prevista a adoção de regime disciplinar de natureza educativa, compatível com a sua atividade preparatória para a carreira militar (BRASIL, 1999). É assegurado autonomia para montar seus próprios currículos e sua estrutura pedagógica, podendo contar com militares no quadro de professores.

Como já os Colégios militares são administrados pela Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA), que responde pela condução do Ensino no Exército Brasileiro. Suas atribuições consistem em: supervisionar, controlar e coordenar as atividades didático-pedagógicas do Sistema. A DEPA é subordinada ao Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP), responsável por: administrar o ensino fundamental e médio; formular e administrar a proposta pedagógica do Sistema de Ensino do Exército Brasileiro (SEEB) (BRASIL, 2020e).

A DEPA tem como missão a educação preparatória e assistencial definidas pelos seguintes termos:

A educação preparatória, neste sentido, prepara para a vida. Preparar para a vida é capacitar todos os discentes à busca ética da felicidade e da realização pessoal, entendendo como em aberto esta capacitação. O ensino preparatório deve habilitar todos os alunos ao prosseguimento dos estudos, seja pelo



Uma análise da percepção

despertar das vocações militares – em especial para o ingresso na EsPCEEx –, seja pela preparação aos processos seletivos ao ensino superior. Este ensino deve, portanto, preparar para a sociedade do futuro, marcada pelo avanço tecnológico, pelo mercado de trabalho volátil e competitivo, onde a posse do conhecimento não é suficiente, mas, também, a flexibilidade de seu emprego em conjunção às relações interpessoais. A educação assistencial remete à gênese e à justificativa do próprio SCMB: a busca do equacionamento das vicissitudes inerentes à profissão militar, das dificuldades impostas à família castrense que impactam o moral da tropa (BRASIL, 2020e, online).

Do ponto de vista pedagógico, o currículo é orientado por valores e tradições do Exército, tendo como meta possibilitar que o aluno incorpore valores familiares e patrióticos, bem como formar jovens autônomos e criativos (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2011). Desta forma, a proposta pedagógica do ensino nos Colégios Militares é ter o aluno no centro do processo de ensino aprendizagem e também desenvolver atitudes individuais que visam à incorporação de valores e atributos inerentes ao ensino militar, assegurando a formação de um cidadão (militar) patriota, cômico de seus deveres, direitos e responsabilidades, despertando-o, assim, para a carreira militar.

O ingresso nos colégios militares pode ser realizado de duas formas: a primeira delas é por concurso público que são realizados, anualmente. De acordo com Exército Brasileiro, concorrem, em média, 22 mil candidatos, entre dependentes de militares e civis. A segunda forma de ingresso é por amparo, que está especificado no regulamento R-69, e é destinado aos dependentes de militares que sofrem os reflexos das obrigações profissionais dos pais em razão das peculiaridades da carreira. Assim, a maior parte dos alunos é dependente de militares. Oferecer essas escolas é uma forma de



Uma análise da percepção

tornar a carreira mais atraente e de atender às especificidades e exigências dessa formação para a vida militar.

As escolas militares contam com recursos do Ministério da Educação e do Ministério da Defesa. Por meio da consulta de dados públicos, o Correio Braziliense (2018)⁵ afirma que:

Os professores recebem salário que passam de 10 mil reais, e os colégios possuem infraestrutura de qualidade, composta por diferentes laboratórios, quadras poliesportiva e piscina. Para os cofres públicos, cada aluno de colégio militar custa três vezes mais do que um estudante de uma escola pública regular. As famílias também podem contribuir com um valor mensal que varia entre 100 e 300 reais, e devem pagar pelos fardamentos dos alunos, que custa em torno de 600 reais.

Um dos resultados desse investimento é a valorização dos educadores, da infraestrutura e um melhor resultado nas avaliações nacionais. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), por exemplo, aponta que o Ensino Fundamental II dos colégios militares tem uma nota de 6,5. O das escolas estaduais é 4,1.

As escolas públicas cívico-militares possuem uma natureza diferente, pois estão sob a responsabilidade das secretarias estaduais ou municipais de educação e, normalmente, funcionam num sistema da gestão compartilhada entre militares e educadores. Desta forma, as escolas públicas estaduais/municipais são aquelas que inicialmente eram geridas pela Secretaria de Educação Competente e, posteriormente, passaram a compartilhar a gestão da escola com a Polícia Militar, tornando-se cívico-militares.

5 https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/08/26/interna_politica,701983/estudante-de-colegio-militar-custa-tres-vezes-mais-aos-cofres-publicos.shtml



Uma análise da percepção

No Brasil, o atual governo implementou o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), instituído pelo Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019 (BRASIL, 2019a).

De acordo com o PECIM, os militares atuarão como monitores para auxiliar na gestão educacional e administrativa. Os militares irão atuar como monitores, no qual acompanharão a vida dos alunos e farão contato com as famílias, além de monitorar o nível de vulnerabilidade de cada estudante. Os professores serão civis, responsáveis pela gestão da organização didático-pedagógica, bem como da gestão financeira (BRASIL, 2019a).

Dentro do PECIM apresentam como proposta o “modelo de excelência”, que vai abranger as áreas: didático-pedagógica, com atividades de supervisão escolar e psicopedagogia para melhorar o processo de ensino-aprendizagem preservando as atribuições exclusivas dos docentes; educacional, no qual pretende fortalecer os valores humanos, éticos e morais bem como incentivar a formação integral como cidadão e promover a sensação de pertencimento no ambiente escolar; e administrativa, para aprimorar a infraestrutura e a organização da escola para aprimorar a utilização de recursos disponíveis na unidade escolar (BRASIL, 2019a).

Em suma os aspectos de gestão e coordenação são as principais diferenças entre os Colégios Militares e as escolas públicas militarizadas. As escolas públicas militarizadas estão sob a responsabilidade das secretarias estaduais ou municipais de educação e, normalmente, funcionam num sistema da gestão compartilhada entre militares e educadores, enquanto os Colégios Militares são organizações militares que funcionam como estabelecimentos de ensino de educação básica. No entanto, ambos possuem regimentos e normativas que valorizam a disciplina, ordem, hierarquia e promoção de valores morais e patriotas.

Outra particularidade apresentada pelas escolas cívico-militares é a forma de ingresso. En-



Uma análise da percepção

quanto os Colégios Militares fazem processo seletivo para ingresso e possuem vagas reservadas para dependentes de militares, as escolas cívico-militares têm matrícula regular, como qualquer outra escola estadual/municipal.

Em relação às escolas públicas, os colégios cívico-militares terão ampliação da grade curricular, com a inserção de aulas pelos militares de música, educação física militar, ordem unida, prevenção às drogas e Constituição Federal (MENDONÇA, 2014, online). Com isso, a carga horária passará de 800 horas-aula por ano letivo para mil horas-aula por ano letivo, ou seja, o aluno terá uma aula diária a mais. Além disso, os estudantes das cívico-militares contarão com aulas semanais de civismo e cidadania.

É importante ressaltar que nas escolas cívico-militares irão adotar normas e regulamentos que estão descritas no Manual das escolas cívico-militares (BRASIL, 2020c) semelhantes às dos Colégios Militares. Entre as inúmeras normas e regulamentos destacam-se:

- A escola deve, sempre que possível, manter o número máximo de 30 alunos por sala;
- É recomendável a realização de rondas pelos monitores, com a finalidade de verificar se alunos estão faltando alguma atividade sem autorização, orientando-os a comparecer à atividade o mais rápido possível;
- A bandeira nacional deverá ser hasteada diariamente nas escolas cívico-militares, e os horários e a participação dos alunos ficarão a cargo de cada escola;
- O comportamento dos alunos será avaliado e classificado numericamente, dentro da seguinte escala: Grau 10 - Excepcional, Grau 9 a 9,99 - Ótimo, Grau 8 a 8,99 - Bom, Grau 7 a 7,99 - Regular, Grau 6 a 5,99 - Insuficiente, Grau 5 a 4,99 - Mau;
- Estudantes classificados na categoria de mau comportamento estarão sujeitos a uma



Uma análise da percepção

transferência compulsória para outro estabelecimento de ensino;

- Para alunos do sexo feminino, será permitido o uso de cabelos curtos (“cujo comprimento se mantém acima da gola do uniforme”) ou longos, desde que presos com penteados em trança simples ou rabo de cavalo;
 - Quando uniformizadas, as alunas poderão usar apenas adereços (relógio, pulseira, brincos) “discretos”;
 - Parte do uniforme feminino, as saias deverão ter comprimento na altura dos joelhos.
- Para alunos do sexo masculino, só será permitido o uso de cabelos curtos, cortados “de modo a manter nítidos os contornos junto às orelhas e o pescoço”, na tonalidade natural e sem adereços;
- O aluno ainda deverá se apresentar bem barbeado;

Outro aspecto importante é que será investido pelo MEC R\$ 1 milhão de reais extra-anual por escola de até mil alunos com contrapartida financeira do Estado para cobrir os demais gastos regulares, que superam essa cifra. A parceria com os estados poderá acontecer de duas formas: o MEC repassa recursos para pagamento de militares das Forças Armadas alocados nas escolas, enquanto os estados custeiam as adaptações nas instalações das unidades e compra de uniformes, materiais e tecnologias. Onde não houver pessoal das Forças Armadas, o MEC repassará recursos financeiros para a adaptação das escolas e os estados disponibilizarão militares das Corporações Estaduais. Mais aspectos legais e importância das escolas cívico-militares serão discutidos no tópico a seguir.

Do olhar do cenário atual da educação no Brasil à implantação da educação cívico-militar



Uma análise da percepção

Atualmente, a educação brasileira vem enfrentando barreiras em seu cenário, quando se refere aos seus amargos resultados no ranking da educação mundial, embora já tenha ao longo da história adotado diferentes modelos teóricos. No entanto, é importante levar em consideração que o processo educacional está vinculado a diversos fatores, tais como: estrutura familiar, social, econômica e política. Esse conjunto de fatores pode contribuir e interferir no cenário apresentando quando se remete a educação no Brasil, visto que à educação é tida como um dos pilares para a evolução de qualquer sociedade que pretende a ser mais justa e fraterna. Ela é um pré-requisito elementar para o desenvolvimento político e econômico, para a democracia e para a igualdade social. Sendo assim, a valorização dos profissionais, a ampliação das condições de acesso e permanência na escola, a melhoria da qualidade do ensino oferecido e a equidade são alguns dos desafios que o país vem enfrentando.

No presente contexto, ser educador no Brasil, principalmente nas cidades afastadas da capital, é desafiador, pois as desvantagens são explícitas: ausência de uma tecnologia de suporte, ociosidade cognitiva dos alunos e suas famílias, falta de estrutura nas escolas, de biblioteca e centros de formação continuada são apenas algumas delas. Ainda é muito forte o sentimento da falta de valorização quanto à remuneração. As condições desses trabalhadores têm imposto uma situação muito precária que os levam ao desânimo, em decorrência da baixa remuneração (HYPOLITO, 1991).

No Brasil, hoje, ser professor não é uma das profissões promissoras em termos de salário e do reconhecimento social. O problema salarial que esses profissionais enfrentam parece ter mostrado profundas influências nos seus modelos pedagógicos. Muitos deles têm procurado outras formas de aumentar suas baixas remunerações.

De acordo com os achados na literatura (BENEVIDES, 2011; ALBUQUERQUE et al., 2010; ASSUNÇÃO e OLIVEIRA, 2009), ressaltam que o baixo salário, excesso de trabalho, sobrecarga en-



Uma análise da percepção

tre outros, são fatores de maior influência para se prever mudanças nas práticas pedagógicas em sala de aula que podem levar o profissional docente ao adoecimento (ZIMMERMANN, 2000). Quando todo esforço e dedicação do profissional não são valorizados tanto pelo sistema educacional quanto pelo alunado e pais, a tendência do professor é desenvolver um sentimento de desânimo para a função desenvolvida, o que causará impacto no processo educacional.

A elevação do salário pago hoje ao docente brasileiro é uma meta do governo federal. É preciso maior investimento por parte do governo para o resgate da valorização profissional. Sem uma remuneração adequada não há como exigir do docente dedicação exclusiva ao magistério. Muitos continuam em salas de aulas, mas dividem seu tempo com outras atribuições profissionais. Tal divisão de seu horário compromete seu desempenho de pesquisador de métodos educativos que certamente ajudaria a elevar a qualidade do processo de aprendizagem de seus alunos. O esforço para o reconhecimento é de toda uma categoria profissional. Mas, durante muitas décadas não houve investimento do governo em valorizar a profissão não somente com melhores salários, mas também, com condições e estruturas dos ambientes educacionais ideais para condição de aprendizagem por parte dos alunos como de trabalho aos profissionais.

Além das condições de valorização dos professores, a precariedade das escolas não tem apresentado condições de acesso e permanência do aluno comprometendo o rendimento e desempenho nas redes educacionais do sistema público, sobretudo, colocando o país nas últimas colocações.

Diante desse cenário, os dados e indicadores escolares do Brasil mostram certa realidade do ensino no país como algo desafiador e, ao mesmo tempo, desperta uma preocupação. De acordo com o Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA), realizado com o propósito de avaliar o desempenho escolar de diversos países, mostra a real situação do Brasil. Em conformidade com a



Uma análise da percepção

última edição do PISA aplicado em 2015, realizada com escolas de setenta países, o Brasil obteve a 59ª colocação em leitura, e ficou entre os dez últimos nas categorias de Matemática e Ciências (PISA, 2015).

O Brasil também lidera o ranking de violência nas escolas, segundo apontado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em 2013, mais de doze por cento dos professores ouvidos (12,5%) relataram ser vítimas de agressões verbais ou de intimidação de alunos ao menos uma vez por semana (OCDE, 2013).

Diante desse cenário, o país se vê diante do desafio de fomentar novos modelos educacionais de qualidade, capazes de levar o nível de aprendizado que proporcionarão melhores oportunidades aos jovens, com a consequente redução da desigualdade social no país. O Governo Federal, ciente do seu papel frente a essa situação, estabelece o Decreto N° 10.004, de 5 de setembro de 2019, viabilizando o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), que proporciona um modelo de gestão nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa, alinhada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Art. 11. O modelo de Ecim é o conjunto de ações promovidas com vistas à gestão de excelência nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa, baseada nos padrões de ensino adotados pelos colégios militares do Comando do Exército, das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares.

§ 1º A gestão na área educacional será alcançada por meio de ações destinadas ao desenvolvimento de comportamentos, valores e atitudes, com vistas ao desenvolvimento pleno do aluno e ao seu preparo para o exercício da cidadania.



Uma análise da percepção

§ 2º A gestão na área didático-pedagógica será alcançada por meio de ações relacionadas à supervisão escolar, ao apoio pedagógico, à psicopedagogia, à avaliação educacional e à proposta pedagógica.

§ 3º A gestão na área administrativa será alcançada por meio de ações que contemplem a administração, de forma sustentável, nas áreas de pessoal, de serviços gerais, de material, patrimonial e de finanças.

Art. 12. O modelo de Ecim deverá prever a realização de capacitação para todos os profissionais envolvidos no PECIM (BRASIL, 2019, p. 4).

Nessa perspectiva, institui como base as experiências adquiridas nos modelos de alto nível educacional dos Colégios militares do Exército, da polícia Militar e do Corpo de Bombeiros militares, os quais têm apresentado melhores indicadores, em relação às escolas civis (BRASIL, 2019). Uma pesquisa realizada pelo Instituto Checon em todo o Brasil, que levou em consideração os aspectos como segurança, qualidade do ensino, disciplina dos alunos, respeito ao professor, preparo dos jovens para a vida e valores humanos e cívicos, constatou que 85% dos entrevistados manifestaram-se no sentido de que gostariam de ter seus filhos matriculados em escolas cívico-militares. O que levou o governo ao convencimento de que a adoção do modelo cívico-militar está de acordo com os anseios da população brasileira (BRASIL, 2019).

Segundo o Governo Federal, o modelo proposto buscará fortalecer o civismo, o patriotismo, o respeito à família, aos professores e colegas, os valores éticos e morais, a organização e a disciplina. Valores esses que conduzirão os jovens a uma melhoria não só do seu desempenho escolar, mas também na formação de cidadãos conscientes da sua importância para o desenvolvimento do país. A



Uma análise da percepção

proposta não prevê a substituição dos profissionais do corpo escolar e dos docentes. Isto é, a escola que adotar tal modelo, permanecerá com sua equipe de professores, entretanto, os militares assumem a administração escolar e a disciplina por meio de um código de conduta interna, visando uma mudança comportamental e atitudinal no ambiente escolar bem como na dimensão social.

Nessa direção, o decreto N° 10.004/2019 em seu artigo 2º, inciso V, ressalta que adotará uma gestão de processos educacionais voltadas à “promoção de atividades com vistas à difusão de valores humanos e cívicos para estimular o desenvolvimento de bons comportamentos e atitudes do aluno e a sua formação integral como cidadão em ambiente escolar externo à sala de aula” (BRASIL, 2019, p.1). Desta forma, o que se propõe é uma estruturação do ensino de forma que crie valores humanos baseados no respeito, na dedicação ao estudo, na moral e na ética, visando à melhoria do comportamento do aluno tanto no ambiente escolar quanto social. Consequentemente, o trabalho dos militares representa um alívio na carga do professor que passa se ocupar apenas com a atividade do ensino.

O fenômeno da militarização tem apresentado intensa ampliação nos últimos anos. Entre 2013 e 2017, as escolas estaduais geridas pela Polícia Militar e Bombeiros saltaram de 39 para 122 em 18 estados e, até meados de 2019, registram-se 203 escolas militarizadas em 23 estados e no Distrito Federal (PINHEIRO et al., 2019.p.668).

Atualmente, o Brasil tem apresentado um total de 203 escolas cívico-militares, sendo estas instaladas em 23 unidades da Federação, as quais apresentam resultados positivos na avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o qual foi criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. A meta do Governo traz



Uma análise da percepção

em sua configuração a implementação de mais 216 escolas desse modelo até 2023. O projeto-piloto vai contemplar 54 escolas em 2020, duas por unidade da federação. Destas, 38 são escolas estaduais e 16 municipais, localizadas em 23 estados e no Distrito Federal.

Quadro 1- Quadro de regiões, estados, municípios e quantitativo de escolas contempladas com o PECIM para 2020.

Região	Estados	Municípios	Nº. de escolas contempladas
Norte	Acre	Cruzeiro do Sul	1
		Senador Guiomard	1
	Amapá	Macapá	2
	Amazonas	Manaus	3
	Pará	Ananindeua	1
		Belém	1
		Santarém	1
		Paragominas	1
	Rondônia	Porto Velho	1
	Roraima	Boa Vista	1
		Caracaraí	2
	Tocantins	Gurupi	1
		Palmas	1
		Paraíso	1
Total	7 estados	14 municípios	18 unidades
Sul	Paraná	Curitiba	1
		Colombo	1
		Foz do Iguaçu	1
		Londrina	1
	Rio Grande do Sul	Alvorada	1
		Caxias do Sul	1
		Alegrete	1
		Bagé	1
		Uruguaiana	1
	Santa Catarina	Biguaçu	1
		Palhoça	1
		Chapecó	1
		Itajaí	1
Total	3 estados	13 municípios	13 unidades
Centro-Oeste	Distrito Federal	Santa Maria	1
		Gama	1
	Goiás	Águas Lindas de Goiás	1
		Novo Gama	1
		Luziânia	1
		Santo Antonio do Descoberto	1
	Mato Grosso	Cuiabá	2
	Mato Grosso do Sul	Curumbá	1
		Campo Grande	2
Total	4 estados	9 municípios	11 unidades
Nordeste	Bahia	Feira de Santana	1
	Ceará	Sobral	1
		Maracanaú	1
	Maranhão	São Luís	1



Uma análise da percepção

	Paraná	São Paulo	1
	Paraíba	João Pessoa	1
	Pernambuco	Jaboatão do Guararapes	1
	Rio Grande do Norte	Natal	1
Total	6 estados	7 municípios	7 unidades
Sudeste	Minas Gerais	Belo Horizonte	1
		Ibirité	1
		Barbacena	1
	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1
	São Paulo	Campinas	1
Total	3 estados	5 municípios	5 unidades
T.GERAL	22 Estados	48 Municípios	54 unid. Escolares

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do MEC, 2020.

Os colégios que queiram aderir devem ter de 500 a 1000 alunos matriculados do 6º ao 9º ano do ensino fundamental ou médio, em condições de vulnerabilidade social e cujas escolas indicadas apresentam baixo IDEB. O investimento será de um milhão de reais por escola. E a adesão dos Estados e Municípios é voluntária (BRASIL, 2019).

A atual realidade mostra que as notas do ENEM de 2017 das escolas cívico-militares foram superiores às das escolas estaduais comuns, de perfil semelhante. No recorte das melhores escolas, comparando-se institutos federais, militar federal, as cívico-militares e privadas, as notas são parecidas. Isso significa que o modelo cívico-militar é especialmente importante para elevar o desempenho dos estudantes mais pobres e vulneráveis.

As escolas cívico-militares são concorridas. Um colégio da PM em Teresina, por exemplo, recebeu em 2019, 1900 inscrições para 175 vagas. Em 2015, uma escola pública de Manaus, já bastante desgastada com graves episódios de violências, optou pelo modelo cívico-militar, o que gerou resultados de melhoria na ordem do ambiente escolar e, conseqüentemente, no desempenho dos alunos. Dessa forma, percebe-se que o Art. 1 e inciso 2º do PECIM visa “complementar a outras políticas de melhoria da qualidade da educação básica em âmbito nacional, estadual, municipal e distrital e não implicará o encerramento de outros programas ou a sua substituição” (BRASIL, 2019, p.1). Isto é, o modelo cívico-militar não se propõe a substituir os atuais modelos, mas de resgatar o baixo padrão de



Uma análise da percepção

comportamento e desempenho escolar por parte de alunos, além de assegurar melhores condições de segurança e valorização dos professores. No modelo proposto, os militares atuarão em apoio à gestão escolar e à gestão educacional, enquanto os professores continuarão responsáveis em seu trabalho em sala de aula, cumprindo a proposta didático-pedagógica estadual.

Sendo assim, o modelo, com o auxílio dos militares, estabelecerá um clima de autoridade e ordem no seio escolar, implantando um código de conduta que, ao contrário do que se possa imaginar, possibilitará ao aluno ficar mais focado no aprendizado, nos estudos, na melhoria do seu nível de escolaridade. Já que o excesso de liberdade, pelo que tudo indica, trouxe um clima de permissividade ao ambiente escolar, prejudicando o desenvolvimento do que realmente deve ser prioridade em sala de aula, o processo ensino-aprendizagem.

Bases legais que apoiam a implementação da educação cívico-militar

O Excelentíssimo Sr. Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, em um de seus primeiros atos como Presidente do Brasil, publicou o Decreto nº 9.665 em 2 de janeiro de 2019, que trata da estrutura regimental e do quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério da Educação e que criava a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares, delegando suas funções e competências (BRASIL, 2019c). No entanto, o Decreto nº 9.665 (BRASIL, 2019c) foi revogado pelo Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019 que está em vigência (BRASIL, 2019d).

O Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação,



Uma análise da percepção

remanejando e transformando cargos em comissão e funções de confiança. Com o Decreto foi reestruturado o Ministério da Educação (MEC) e atribuído à Secretaria de Educação Básica:

Fomentar, acompanhar e avaliar, por meio de parcerias, a adoção por adesão do modelo de escolas cívico-militares nos sistemas de ensino estaduais, distrital e municipais, que adotarão a gestão administrativa, educacional e didático-pedagógica dos colégios militares do Exército, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares (BRASIL, 2019d, Art. 11, Inciso XIII, grifo nosso).

No anexo I do Decreto nº 10.195 descreve como funcionarão os órgãos internos do Ministério da Educação (MEC). E no primeiro artigo fica estabelecida a possibilidade de promover parcerias com instituições civis e militares. “Art. 1 [...] Parágrafo único. Para o cumprimento de suas competências, o Ministério da Educação poderá estabelecer parcerias com instituições civis e militares que apresentam experiências exitosas em educação” (BRASIL, 2019d). No mesmo decreto foi criada a Diretoria¹ de Políticas para Escolas Cívico-Militares, cujas competências, são definidas no art. 15 do Decreto nº 10.195.

O decreto delega à Diretoria de Políticas para Escolas Cívico-Militares à incumbência de promover, progressivamente, a adesão das escolas ao modelo cívico-militar, ainda que por meio de adesão voluntária. À unidade compete ainda criar, gerenciar e coordenar programas nos campos didático-pedagógicos e de gestão educacional, como são descritas no art. 15:

Art. 15. À Diretoria de Políticas para Escolas Cívico-Militares compete:

I - formular, coordenar, monitorar e avaliar a implementação de políticas,

¹ A Diretoria de Políticas para Escolas Cívico-Militares substituiu a antiga Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares criada pelo Decreto nº 9.665 em 2 de janeiro de 2019 que foi revogado.



Uma análise da percepção

programas e ações para escolas cívico-militares;

II - formular modelo educacional com base nos padrões de ensino e gestão empregados nos colégios militares do Exército, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, para os ensinos fundamental e médio, em consonância com a legislação educacional vigente;

III - promover o modelo de escola cívico-militar mediante adesão voluntária, que atenda, preferencialmente, escolas em situação de vulnerabilidade;

IV - estimular a cooperação com os órgãos dos entes federativos e entidades públicas e privadas para a implementação do modelo de escola cívico-militar;

V - incentivar a participação da comunidade escolar nas escolas cívico-militares;

VI - desenvolver e monitorar o sistema de cadastramento, avaliação e acompanhamento das atividades das escolas cívico-militares;

VII - elaborar e acompanhar estudos para o aprimoramento das práticas de gestão e de ensino das escolas cívico-militares;

VIII - desenvolver e avaliar tecnologias destinadas ao planejamento e às boas práticas gerenciais das escolas cívico-militares; e

IX - propor e acompanhar a elaboração de cursos de capacitação para atuação em escolas cívico-militares. (BRASIL, 2019d).

Percebe-se a preocupação do governo em melhorar a qualidade do ensino fundamental e médio, principalmente em escolas com situação de vulnerabilidade fazendo parceiras com instituições militares, que tem nos Colégios Militares inúmeras experiências exitosas na educação.

O texto inclui também, as atribuições das futuras escolas cívico-militares, como atribuição



Uma análise da percepção

de avaliar as demandas dos pedidos de manutenção, conservação e reformas das novas instalações das escolas cívico-militares, também em propor, desenvolver e acompanhar o sistema de cadastramento, avaliação e acompanhamento das atividades das escolas cívico-militares e também estudos para aprimoramento da organização técnico-pedagógica do ensino das escolas cívico-militares. Além de desenvolver e avaliar tecnologias voltadas ao planejamento e às boas práticas gerenciais das escolas cívico-militares; articular a autoria e o desenho instrucional de cursos de capacitação, em colaboração com as diretorias da Secretaria; propor e acompanhar o desenvolvimento de sistemas de controle dos projetos de cursos, gestão e formação continuada de gestores, técnicos, docentes, monitores, parceiros estratégicos e demais profissionais envolvidos nos diferentes processos em colaboração com as diretorias da Secretaria (BRASIL, 2019d).

A criação da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares (Decreto nº 9.665 em 2 de janeiro de 2019) que foi transformada em Diretoria de Políticas para Escolas Cívico-Militares pelo Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, foi o primeiro passo para criação do programa do Governo Federal que promove o modelo de escolas cívico-militares nos sistemas de ensino municipais, estaduais e distrital. Porém, é bom ressaltar que no Brasil já existem escolas cívico-militares financiadas por Secretarias Estaduais de Segurança Pública e Secretarias Estaduais de Educação, no qual os aspectos legais e financeiros da parceira são definidos entre as instituições militares e as secretarias estaduais de Educação sob a luz da Constituição Federal e das Leis de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1988; 1996).

Seguindo com as intenções do governo de ampliar/criar escolas cívico-militares, no dia 5 de setembro de 2019 foi promulgado o Decreto Nº 10.004, assinado pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares



Uma análise da percepção

(PECIM). O Programa tem a finalidade “[...] de promover a melhoria na qualidade da educação básica, no ensino fundamental e no ensino médio” (BRASIL, 2019a). Assim, iniciativas como o PECIM podem ajudar na melhoria da qualidade do ensino no Brasil, estando de acordo com o art. 206 da Constituição Federal que estabelece, no seu inciso VII, que o ensino no Brasil será ministrado com base no princípio da garantia do padrão de qualidade (BRASIL, 1988).

De acordo com Decreto, o Programa será desenvolvido pelo Ministério da Educação com o auxílio do Ministério da Defesa e realizado em colaboração com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal na promoção de ações destinadas ao fomento e ao fortalecimento das Escolas Cívico-Militares (ECIM). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no seu art. 9º, inciso III, estabelece que cabe à União prestar assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva (BRASIL, 1996).

Ainda em suas disposições gerais, o decreto traz que o PECIM é complementar a outras políticas de melhoria da qualidade da educação básica em âmbito nacional, estadual, municipal e distrital, e a adesão ao Projeto não implicará o encerramento de outros programas ou a sua substituição nas escolas públicas regulares estaduais, municipais ou distritais, prioritariamente aquelas em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2019c).

Em síntese, o PECIM consiste em transferir à Polícia Militar a gestão e administração das escolas públicas (apenas as que forem submetidas ao projeto), enquanto a parte pedagógica (professores e métodos de ensino) segue sob o alcance da Secretaria de Educação.

Os princípios do PECIM descritos no art. 3 do Decreto são bem claros e buscam uma gestão de excelência nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa. Além disso, uma das



Uma análise da percepção

bases do projeto é o apoio técnico e financeiro destinado tanto para as escolas públicas regulares que fizerem a opção de aderir ao PECIM quanto para aquelas já que adotam o modelo de gestão com colaboração civil/militar, para padronizá-lo ao modelo.

É também princípio do PECIM buscar a realização de atividades que promovam os valores humanos, morais e cívicos para estimular o desenvolvimento de bons comportamentos e atitudes do aluno e a sua formação integral como cidadão em ambiente escolar externo à sala de aula. Os princípios do PECIM são:

Art. 3º São princípios do PECIM:

- I - a promoção de educação básica de qualidade aos alunos das escolas públicas regulares estaduais, municipais e distritais;
- II - o atendimento preferencial às escolas públicas regulares em situação de vulnerabilidade social;
- III - o desenvolvimento de ambiente escolar adequado que promova a melhoria do processo ensino-aprendizagem;
- IV - a articulação e a cooperação entre os entes federativos;
- V - a gestão de excelência em processos educacionais, didático-pedagógicos e administrativos;
- VI - o fortalecimento de valores humanos e cívicos;
- VII - a adoção de modelo de gestão escolar baseado nos colégios militares;
- VIII - a indução de boas práticas para a melhoria da qualidade do ensino público; e
- IX - a adoção de modelo de gestão que proporcione a igualdade de oportunidades de acesso à educação.



Uma análise da percepção

É possível perceber a intenção da otimização dos recursos materiais e financeiros da unidade escolar, por meio de modelos de gestão de processos didático-pedagógicos e de processos administrativos. Isso possivelmente irá evitar desperdício e irá gerar economia de recursos.

O Art. 4º do decreto trata dos objetivos para fomentar e fortalecer as escolas que integrem o Programa e são direcionados para estratégias para melhorar o ambiente escolar nos aspectos sociais, pedagógicos, relacionais e de infraestruturas, descritas da seguinte forma: proporcionar aos alunos a sensação de pertencimento ao ambiente escolar; contribuir para a melhoria do ambiente de trabalho dos profissionais da educação; estimular a integração da comunidade escolar; colaborar para a formação humana e cívica do cidadão; contribuir para a redução dos índices de violência nas escolas públicas regulares; contribuir para a melhoria da infraestrutura das escolas públicas regulares; e contribuir para a redução da evasão, da repetência e do abandono escolar (BRASIL, 2019c).

O art. 205 da Constituição Federal diz que “a educação será promovida incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988), Já a LDB, no parágrafo 2º do artigo 1º, afirma “que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (BRASIL, 1996 online).

Assim, as escolas cívico-militares irão contribuir para o desenvolvimento intelectual e social dos alunos, formando não apenas pessoas instruídas no aspecto acadêmico, mas também cidadãos com formação humana e cívica. O sistema de organização e ensino militar que é trabalhado nos Colégios Militares e nos colégios cívico-militares já existentes consegue suprir a demanda social por educação de qualidade e excelência (SILVA-FILHO e ARAÚJO, 2017).

As diretrizes no PECIM apontam, entre outros aspectos a elevação dos índices de desenvol-



Uma análise da percepção

vimento da educação básica; a utilização de modelo para as Escolas cívico-militares (Ecim) baseado nas práticas pedagógicas e nos padrões de ensino dos colégios militares do Comando Exército, das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares (BRASIL, 2019c).

O modelo de ensino apontado nas Diretrizes do PECIM (Art. 5, inciso II) a ser seguido é baseado nas práticas pedagógicas e nos padrões de ensino dos colégios militares do Comando Exército, das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares. Isso se justifica por que o ensino nesses estabelecimentos se caracteriza pela excelência comprovada nos meios oficiais de avaliação da aprendizagem (IDEB, SAEB), atualmente praticados no Brasil, e é justificado por diversos fatores, dentre eles, as estruturas física e organizacional dos centros de ensino.

Serão contratados militares inativos para realizar as funções de gestão, didático-pedagógica e administrativa na escola. Também há previsão para que supervisionem monitores escolares e atuem em atividades fora da sala de aula como previsto no Art. 5º, nos seguintes incisos:

Art. 5º [...] São diretrizes do PECIM:

[...] VIII - viabilização da contratação pelas Forças Armadas de militares inativos como prestadores de tarefa por tempo certo para atuarem nas áreas de gestão educacional, didático-pedagógica e administrativa; [...]

XI - emprego de oficiais e praças das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares, para atuarem nas áreas de gestão educacional, didático-pedagógica e administrativa (BRASIL, 2019c).

A Portaria nº 2.015, de 20 de novembro de 2019 institui e regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares em 2020, para consolidar o modelo de Escola Cívico-Militar (ECIM) nos estados, nos municípios e no Distrito Federal (BRASIL, 2019e). Seu Art. 19



regulamenta que:

Art. 19. Os militares desempenharão, nas Ecim, tarefas nas áreas da gestão educacional, administrativa e didático-pedagógica, conforme contrato de PTTC, devendo ser observados os seguintes critérios gerais, eliminatórios, para a seleção desses profissionais:

I – idoneidade moral e reputação ilibada; e

II – perfil profissional ou formação acadêmica compatível com a tarefa para a qual tenha sido indicado (BRASIL, 2019e).

Os militares da reserva serão contratados por meio de processo seletivo, como previsto na Portaria Normativa nº 12/GM-MD, de 29 de janeiro de 2020, e que estabelece regras para a seleção, contratação e capacitação de militares inativos das Forças Armadas para atuarem no Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (BRASIL, 2020a). Serão destinados, no máximo, para cada uma das Escolas Cívico-Militares (ECIM), uma vaga de Oficial Superior, uma vaga de Oficial Intermediário/Subalterno e dezesseis vagas para Suboficial/Sargento. A duração mínima dos serviços será de dois anos, prorrogável por até dez. Os profissionais vão receber 30% da remuneração que recebiam antes de se aposentar. Pelo modelo de disponibilização de pessoal, o dinheiro será repassado para o Ministério da Defesa para pagar os militares das Forças Armadas (BRASIL, 2020a).

O governo preservará a exclusividade das atribuições dos profissionais da educação previstas na Lei de Diretrizes e Bases (LDB). O papel dos docentes será ressaltado, seja pela formação profissional, seja por premiação de boas práticas. Em entrevista para o Portal do MEC, o subsecretário de Fomento às Escolas Cívico-Militares Aroldo Ribeiro Cursino enfatiza que “A ideia do programa é levar um modelo de gestão de excelência à escolas de todo o país, mas é importante ressaltar que o



Uma análise da percepção

MEC mantém diálogo com os governos e prefeituras. Todo o processo é voluntário, nada é imposto” (BRASIL, 2019f).

O modelo educacional das Escolas Cívico-militares é descrito no Art. 11 do Decreto N° 10.004:

Art. 11. O modelo de Ecim é o conjunto de ações promovidas com vistas à gestão de excelência nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa, baseada nos padrões de ensino adotados pelos colégios militares do Comando do Exército, das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares. (BRASIL, 2019a)

De acordo Decreto nº 10.004 (BRASIL, 2019a), o modelo de excelência vai abranger as seguintes áreas:

- Educacional: serão promovidas ações destinadas ao desenvolvimento social dos alunos (comportamentos, valores e atitudes) preparando-o para o exercício da cidadania.
- Didático-pedagógica: serão promovidas ações relacionadas à supervisão escolar, ao apoio pedagógico, à psicopedagogia, à avaliação educacional e à proposta pedagógica.
- Administrativa: serão promovidas ações que abrangem a administração, de forma sustentável, nas áreas de pessoal, de serviços gerais, de material, patrimonial e de finanças.

Além disso, modelo de Ecim deverá prever a realização de capacitação para todos os profissionais envolvidos no PECIM.

A adesão ao programa é voluntária como previsto no Decreto nº 10.004, Art. 15, inciso I que diz, “etapa inicial de adesão voluntária dos entes federativos, consulta pública formal e execução do



Uma análise da percepção

modelo da Ecim nas escolas participantes”, e no Art. 20, “A participação dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal no PECIM ocorrerá por meio de adesão voluntária, na forma a ser definida em ato do Ministro de Estado da Educação”.

A partir da promulgação da Portaria nº 2.015, de 20 de novembro de 2019 foi regulamentada a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares em 2020, para consolidar o modelo de Escola Cívico-Militar nos estados, nos municípios e no Distrito Federal. Entre outros assuntos, a Portaria traz os critérios seleção das localidades, termos para a adesão e seleção das escolas (BRASIL, 2019e).

Quanto às localidades, será priorizada a implantação de duas Ecim em cada um dos estados e no Distrito Federal, que manifestarem interesse dentro do prazo estabelecido e divulgado pelo MEC, em um total de cinquenta e quatro Ecim. As Ecim remanescentes da manifestação de interesse estadual serão direcionadas para o atendimento da demanda apresentada pelos municípios interessados, obedecendo aos seguintes critérios (BRASIL, 2019e):

Art. 10 [...]

I – eliminatório: inexistência de militares da reserva das Forças Armadas residentes no município na proporção de 3 (três) candidatos, oficiais, para cada tarefa a ser exercida na Ecim [...] e 2 (dois) candidatos, praças, para cada tarefa a ser exercida na Ecim [...];

II – classificatório:

- a) ser capital do estado ou pertencer à região metropolitana;
- b) estar situada na faixa de fronteira; e
- c) faixa populacional, considerando a realidade estadual. [...].

Art. 11. Serão atendidos, para o ano de 2020, os municípios que ocuparem a 1ª colocação dentro de cada estado em que for viável a implantação das Ecim.



Uma análise da percepção

(BRASIL, 2019e):

O MEC abriu dois períodos para manifestação de interesse das escolas em aderir ao PECIM. O primeiro foi de 5 a 27 de setembro, destinado às unidades da Federação. Em um segundo momento, de 4 a 11 de outubro, destinado às prefeituras. O Ministério da Educação (MEC), no ano 2020, reservou R\$ 54 milhões para financiar implementação do PECIM em 54 escolas, no qual cada uma receberá 1 milhão de Reais.

As escolas serão selecionadas de acordo com os critérios estabelecidos no Art. 16 da Portaria nº 2.015 (BRASIL, 2019e):

Art. 16. Os entes federativos serão orientados a considerar, para seleção das escolas no ano de 2020, os seguintes critérios:

- I – com alunos em situação de vulnerabilidade social;
- II – com desempenho abaixo da média estadual no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb;
- III – preferencialmente, com o número de matrículas de 501 a 1.000;
- IV – com a oferta das etapas anos finais do ensino fundamental regular e/ou ensino médio regular;
- V – com a oferta de turno matutino e/ou vespertino, excetuando-se o noturno;
- e
- VI – com a aprovação da comunidade escolar para a implantação do modelo, por meio de consulta pública.

Além disso, foram considerados classificatórios no processo de escolha dos municípios: ser capital do estado ou pertencer à região metropolitana; estar situado na faixa de fronteira; faixa popu-



Uma análise da percepção

lacional, considerando a realidade estadual (BRASIL, 2020b).

Conforme os critérios de seleção estipulados pelo MEC, em 26 de fevereiro de 2020, o Ministério da Educação (MEC) definiu as 54 instituições de ensino que irão aderir ao projeto-piloto das escolas cívico-militares em 2020, sendo selecionadas 40 escolas estaduais e 14 escolas municipais distribuídas por 22 estados e pelo Distrito Federal com intuito de promover um salto na qualidade educacional do Brasil (BRASIL, 2020b).

De acordo com o MEC, como já era esperado, todas as regiões do país foram contempladas com as escolas-piloto, no qual o Norte será contemplada com 18 escolas; a região Sul com 13 escolas; a região Centro-Oeste 11 escolas; 7 escolas estarão na região Nordeste e 5 no Sudeste. Em relação aos estados, quase todos irão receber as escolas, os únicos estados que não contemplados foram Alagoas, Espírito Santo, Sergipe e Piauí, uma vez que não possuíam contingente suficiente de militares na reserva para participarem do modelo (BRASIL, 2020b).

Em Pernambuco, a escola escolhida foi a Escola Municipal Natividade Saldanha, localizada no bairro de Cajueiro Seco, no Jaboatão dos Guararapes. A escola seguiu todos os trâmites legais pedido na Portaria nº 2.015, de 20 de novembro de 2019.

A escola cumpriu todos os critérios de seleção previstos no Capítulo II, Art.16 da Portaria nº 2.015. Em consonância com o inciso VI “com a aprovação da comunidade escolar para a implantação do modelo, por meio de consulta pública”.

A decisão foi tomada consultando alunos maiores de 16 anos, pais ou responsáveis e funcionários da escola. A votação foi por aclamação. Os recursos serão repassados pelo Ministério da Educação (MEC) para serem aplicados em obras de infraestrutura, como construção de cinco salas de aula, reformas na quadra coberta, refeitório, banheiros e biblioteca, além da implantação



Uma análise da percepção

do projeto de climatização do prédio (PREFEITURA DO JABOATÃO DOS GUARARAPES, 2019, online).

O prefeito Anderson Ferreira se mostrou muito otimista² e comemorou assim que soube do resultado e destacou a importância da implantação do programa de escolas cívico-militares no Jaboa-
tão dos Guararapes. Disse que:

É um projeto inovador, que vai estimular a disciplina e a organização na Escola Natividade Saldanha. Realizamos um processo democrático, ouvindo a comunidade e todos entenderam a importância desse projeto. Nesta quarta-feira (27), a secretária de Educação, Ivaneide Dantas, irá a Goiás iniciar uma série de visitas em escolas que adotam esse modelo para podermos implantar o melhor projeto no Jaboa-
tão, ressaltou. Ele lembra que tomou a iniciativa de aderir ao programa do MEC após o Governo do Estado não ter demonstrado interesse em inscrever escolas pernambucanas (PREFEITURA DO JABOATÃO DOS GUARARAPES, 2019, online).

Recentemente o Governo Federal lançou o “Manual das Escolas Cívico-Militares” que tem como finalidade “orientar os entes federativos, participantes do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), no tocante à implantação e ao funcionamento das Escolas Cívico-Militares (Ecim)”. Com o objetivo de “Permitir a gestão de excelência das Ecim nas áreas educacional, didático-
-pedagógica e administrativa, contribuindo para a educação integral, a formação e o desenvolvimento humano global dos alunos e para a melhoria da Educação Básica do Brasil” (BRASIL, 2020c, p.2).

2 <https://www.folhape.com.br/colunistas/blogdafolha/escola-e-escolhida-para-modelo-civico-militar-em-jaboatao/13431/>



Uma análise da percepção

O Manual é um guia completo sobre as normas e regulamentos que irão conduzir os integrantes das Ecim. Segundo o diretor de Políticas para as Escolas Cívico-Militares, Aroldo Cursino, o manual tem como base três áreas para gestão de excelência: educacional, didático-pedagógica e administrativa. “Tudo isso para esclarecer aos interessados o funcionamento desse modelo educacional”, explicou. As três áreas prioritárias descritas no manual estão divididas em partes, de forma a priorizar a qualidade das escolas públicas (BRASIL, 2020d, online). São elas: Projeto Político-Pedagógico; Projeto Valores; Normas de Apoio Pedagógico; Normas de Avaliação Educacional; Normas de Psicopedagogia Escolar; Normas de Supervisão Escolar; Normas de Gestão Administrativa; Normas de Conduta e Atitudes; Normas de Uso de Uniformes e de Apresentação Pessoal dos Alunos; e Cartilha para os Responsáveis (BRASIL, 2020c).

Diante do exposto, percebe-se que o processo de implantação das escolas cívico-militares está embasado legalmente, e a viabilidade jurídica é confirmada, especialmente diante de diversos Estados e Municípios que colocaram em prática tal medida. Os resultados esperados são os mais otimistas possíveis, principalmente quando se observa os frutos que muitos Estados e municípios que aplicam o projeto vêm colhendo, a exemplo de Goiânia/GO; Manaus/AM; e alguns municípios do Estado da Bahia. Assim, “Conforme dispositivos a seguir, a “militarização” de uma escola pública é perfeitamente possível, harmonizando-se, inclusive, com o princípio da educação, pluralidade e liberdade de crença e opinião, bem como com a preservação da ordem pública” (PUREZA, 2018, online).

Narrativas para a transformação de escolas públicas em escolas públicas cívico-militares

A escola tem por função transmitir o conhecimento preocupando-se com a formação inte-



Uma análise da percepção

lectual do aluno e, além disso, deve participar da construção moral e ética dos estudantes, no qual deve-se apresentar como modeladora de condutas (LEAL, 2009). Desta forma, a escola aparece com a função de preparar o aluno para o mundo, seguindo os valores ensinados que são transmitidos pela instituição. Machado (2006, p. 33) pontua que:

Uma educação alicerçada em valores é condição para a existência de uma formação plena. Os valores correspondem à herança cultural a ser conservada e sustentam os projetos educacionais: “projetos estão para transformações assim como valores estão para as conservações”, ou seja, os projetos adequam a escola para manter a educação em conformidade com as mudanças sociais e assim acompanhar a evolução da sociedade, sem esquecer de conservar os valores fundamentais que alicerçam os projetos, especialmente no preparo para cidadania (MACHADO, 2006, p. 33).

Os colégios cívico-militares são uma ponte entre setores militares e civis, despontando como uma forma de aproximação entre ambos, fazendo com que os ideais e valores como: patriotismo, civismo e disciplina, defendidos pelo exército sejam disseminados.

A criação de escolas públicas que contam com a administração de instituições militares como Corpo de Bombeiros e/ou pela Polícia Militar, não é um acontecimento recente e tão pouco insignificante no âmbito educacional brasileiro (BRASIL, 2019a). Os primeiros Estados que estabeleceram essa parceria e depois se consolidaram na fundação dos colégios da polícia militar foram o estado da Bahia em 1957, Paraná em 1959 e Pernambuco em 1966.

Atualmente, a maioria dos estados brasileiros possuem colégios administrados pelo Exército, Corpo de Bombeiros e/ou pela Polícia Militar, sendo que todos são formalmente definidos como



Uma análise da percepção

escolas públicas. Dados apontam que de 2014 a 2018 houve um rápido aumento do número de escolas cívico-militares instaladas em 14 estados brasileiros, que foi de 39 para 122 unidades. As regiões que apresentaram crescimento mais expressivo foram: região Norte e Centro-Oeste, com crescimento de 212% em cinco anos (CAMPOREZ, 2018). De acordo com Mendes (2014 s/n):

As escolas ou colégios militares são peculiares, pois, ao mesmo tempo que são Organizações Militares (OM's), também são estabelecimentos de ensino em educação básica cuja natureza é preparatória e assistencial. Preparatória pelo fato de formar os estudantes para o mercado de trabalho e sociedade, e assistencial por impregnar a estes alunos valores e costumes morais com cunho cívico e patriota (MENDES, 2014).

Esta rápida expansão das escolas cívico-militares no Brasil é justificada pelos bons e concretos resultados alcançados nos índices de avaliação de rendimento da educação aplicados pelo governo como, por exemplo, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O maior exemplo concreto é o Estado de Goiás, onde, das dez escolas estaduais mais bem colocadas no ENEM de 2017, seis eram militares. Ainda no estado goiano, em Anápolis, em apenas dez anos, o IDEB do Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás Dr. Cezar Toledo saltou de 4.7 para 7.5, entre 2007 e 2017 (AGUIAR, 2019). Vale ressaltar que no ano de 2015, das 10 melhores escolas públicas do Estado de Goiás, seis são militares. Já no Estado da Bahia no ano de 2015, das 20 melhores escolas públicas, 11 são militares, contando com quatro das cinco primeiras posições (PUREZA, 2018).

Também se destaca a experiência do Colégio Waldocke Fricke de Lyra, em Manaus-AM. Localizado em Tarumã, considerado bairro perigoso, e com alto e crescente índice de criminalidade nas



Uma análise da percepção

escolas, onde drogas e armas brancas faziam parte do cotidiano das pessoas. O índice de reprovação apresentado pela escola era superior a 15%. Além disso, o colégio permanecia nas últimas posições em relação ao IDEB.

Com a gestão militar, o estabelecimento não só se tornou um lugar seguro, como duplicou suas médias no IDEB, nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), a média passou de 3,3 para 7,7. Nos anos finais (6º ao 9º ano), foi de 3,1 para 6,0. O índice de reprovação, de 15,2% em 2012, foi zerado no ano de 2014 e os alunos começaram a ganhar títulos em disputas escolares, como a Olimpíada Brasileira de Matemática. Hoje, o colégio Manauara é uma referência nacional (PUREZA, 2018).

Fica claro que após a implementação do modelo de escolas cívico-militares, houve redução da violência dentro da escola e em seus arredores, tornando-a um ambiente seguro e organizado para todos, principalmente alunos e professores. Rêses e Paulo (2019, p. 1) que relatam:

Os colégios da polícia militar do Estado de Goiás atendem estudantes da Educação Básica e são frutos de uma parceria entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Segurança Pública, iniciada em 1999 na cidade de Goiânia. Outras escolas de regiões periféricas e com alto índice de criminalidade receberam a implantação da militarização. Este texto apresenta uma pesquisa num colégio estadual de Valparaíso de Goiás com o objetivo de saber a posição de docentes acerca deste modelo de gestão escolar [...]. Os resultados apresentaram a aprovação do modelo, enfatizando a valorização da hierarquia para o respeito, a disciplina para a efetividade das aulas e o controle sobre posturas e comportamentos de estudantes no ambiente escolar.



Uma análise da percepção

Os resultados obtidos na pesquisa de Rêses e Paulo (2019) são referentes à escola Fernando Pessoa em Valparaíso – GO depois da implantação da escola cívico-militar, no entanto, vamos à situação que a escola se encontrava em 2014 antes da participação da Polícia Militar em sua gestão/administração. Segundo Mendonça (2014, online) “No portão de entrada, o sequestro relâmpago de uma professora; na sala de aula, o assassinato de um ex-aluno, além de violência física e verbal entre alunos e contra professores; no banheiro, tráfico de drogas: esse era o retrato da escola”.

Para combatê-los, o Governo goiano, por meio de decreto, militarizou a escola Fernando Pessoa, assim como outras 11 da rede estadual, resultado de parceria entre as Secretarias de Educação e Segurança. Em pouco tempo, resultou em uma diminuição acentuada da violência dentro e aos arredores da escola, além da mudança de atitudes e da aquisição de novos hábitos pelos alunos. Ao currículo regular da escola, os militares adicionaram à grade aulas de música, cidadania, educação física militar, ordem unida, prevenção às drogas e Constituição Federal (MENDONÇA, 2014, online).

Também é relevante destacar no processo de parceria entre Governo Estadual e Instituições Militares que vem ocorrendo nas escolas públicas no Estado de Goiás, está sendo aprovado por grande parte da sociedade civil, principalmente pela melhoria substancial no desempenho dos exames nacionais e diminuição dos casos de violência (GUIMARÃES, 2017). Além disso, esse crescimento vai ao encontro do pensamento de vários pais e jovens, que enxergam as escolas militares/cívico-militares como uma possibilidade de desenvolvimento humano, profissional, intelectual e social (MENDES, 2014).

Outros fatores decisivos apontados para o sucesso das escolas cívico-militares são a promoção da “Disciplina” e “Hierarquia”. A hierarquia e disciplina para os alunos em fase de formação escolar e social são necessárias, uma vez que relações que envolvem tantas exigências se pautam pelo



Uma análise da percepção

respeito, e não pelo medo (PUREZA, 2017).

Estes são pilares fortes dentro das instituições militares e quando aplicados colaboram para a melhora da disciplina escolar e do relacionamento entre os integrantes da escola. É fato que em uma escola/sala de aula que predomina a indisciplina e transgressão de valores morais e éticos não há a menor possibilidade de se obter resultados satisfatórios no processo de ensino e aprendizagem, ficando os professores e os alunos reféns da situação. Pureza (2017, online) relata que: “Os depoimentos dos professores que lecionam em escolas militares são uníssonos em afirmar que a autoridade que anteriormente era desrespeitada no interior da sala de aula, retornou de forma sólida e imediata após a implementação do projeto”.

Além disso, a cada ato de transgressão e indisciplina cometido pelo aluno nas dependências da escola cívico-militar, os responsáveis são comunicados a comparecer na escola para serem alertados e instruídos a cobrar do aluno transgressor/indisciplinado postura e atitudes compatíveis com as normas e regimento da escola. Em caso de cometer falta gravíssima ou ingressar no comportamento “Mau” o aluno estará sujeito à transferência compulsória para outra unidade escolar (BRASIL, 2020c).

A presença de militares, na escola não apenas inibe a violência escolar, por conta do caráter preventivo em relação à criminalidade, mas também tem caráter formativo, já que estes profissionais carregam consigo características marcantes advindas da formação militar, como alta responsabilidade, cumprimento preciso de horários e regras, respeito à hierarquia e disciplina. De acordo com Guimarães (2017, online):

Esse novo Modelo Militarizado de Gestão Escolar vêm se apresentando como a solução para a problemática da violência escolar e por conta disso vêm seduzindo parte da sociedade civil, as propostas oficiais de melhora substancial do



Uma análise da percepção

rendimento de seus alunos através da diminuição do número de reprovações e da introdução da disciplina militar com princípios norteados pela hierarquia e disciplina chamam a atenção de uma parte da população, que anseia por uma educação de qualidade e que seus filhos (as) estejam seguros (as) na escola.

Os colégios administrados pela polícia militar nos estados brasileiros, por sua vez, não fazem parte de um sistema ou modelo nacional. Suas formas de organização, regimento e currículo estão sujeitos a demandas e contingências. No entanto, os colégios seguem, como todas as escolas do Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), que normatiza os conteúdos mínimos para o ensino, tanto particular como público. Como incremento, os colégios militares ainda valorizam noções cívicas e disciplinares como civismo, patriotismo, urbanidade e cooperação mútua a seus alunos, conforme preconiza seu regimento interno.

A título de exemplo, é tomado de base o Regimento Escolar Substitutivo do Colégio da Polícia Militar de Pernambuco aprovado pela Portaria Normativa do Comando Geral nº 060, de 13 agosto de 2010 (PERNAMBUCO, 2010).

O presente Regimento contempla a estrutura didático-pedagógica, administrativa e de convivência social do Colégio da Polícia Militar (CPM) e tem por objetivo nortear todas as ações desenvolvidas no âmbito do Ensino Infantil, Ensino Fundamental (1ª a 8ª série / 1º ao 9º ano), Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (III e IV fases), tendo sido elaborado com a participação de pais, de professores, do comando e da Secretaria de Educação, com base na Constituição da República de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), na Lei Estadual nº 12.280, de 11 de novembro de 2002 e demais dispositivos normativos da Polícia Militar e da Secretaria de Educação do Estado (PERNAMBUCO,



2010).

Toda escola pública militarizada apresenta diretrizes e regimento interno com diversas regras para todos os envolvidos no processo. Percebe-se que as escolas militares/cívico-militares seguem rigorosamente as leis federais como Constituição Federal; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), além das Leis Estaduais e normativas das instituições militares. Nesse sentido, assegura-se que nas escolas públicas militarizadas não há espaço para influências negativas, ideológicas e político-partidárias sobre os alunos, e, provavelmente por esta razão, há a indevida crítica de tentar macular a imagem dos colégios cívico-militares com períodos passados e não democráticos sem qualquer vínculo com a atual realidade democrática.

Desta forma, o Colégio da Polícia Militar de Pernambuco tem por finalidade:

Art. 5º. O processo educativo adotado pelo colégio está voltado à condução do aluno ao pleno desenvolvimento de suas capacidades, preparando-o para o exercício da cidadania, qualificando-o ao trabalho, tornando-o cidadão crítico e consciente do papel que exercerá na sociedade (PERNAMBUCO, 2010).

Dentro das normas do colégio, os alunos seguem alguns ritos que estão baseados no princípio da ordem e disciplina militar. A formatura é uma atividade diária extraclasse, realizada preferencialmente na quadra desportiva coberta, consistindo em: organização dos alunos por turma; verificação das ausências; leitura do Boletim Interno do Colégio da Polícia Militar; cântico do hino e canções; encaminhamento à sala de aula. Nas sextas-feiras, são realizados os procedimentos descritos incluindo o cântico do Hino Nacional e canções com acompanhamento da banda de música da Polícia Militar (PERNAMBUCO, 2010).



Uma análise da percepção

O ensino do Colégio da Polícia Militar visa o desenvolvimento integral do aluno, nos seus aspectos psicossocial e cognitivo, preparando-o para o exercício da cidadania, centrados como titulares de direitos e obrigações, estimulados pelo conjunto de agentes da sala de aula (professor, componente curricular, materiais instrucionais e processo de acompanhamento e de avaliação) a inserir o aprendizado nas formas de produtividade (PERNAMBUCO, 2010). Como já foi dito, as escolas seguem rigorosamente as diretrizes e leis que regem a educação no Brasil e ditames da Constituição Federal, fazendo valer a liberdade de cátedra do professor (o que não se confunde com militância político-partidária).

No capítulo II do Regimento, Art. 191 e 192 é tratado dos direitos e deveres dos alunos, sendo destacados os seguintes pontos:

É direito do aluno, ser respeitado na condição de pessoa e de aluno; ter aulas adequadamente ministradas, de acordo com a legislação vigente; dispor de material e ambiente apropriado às atividades escolares; justificar suas faltas às aulas, na forma deste Regimento; participar das atividades extraclasse e de outras existentes no colégio, inclusive da banda marcial, coral e equipes desportivas (PERNAMBUCO, 2010).

São deveres dos alunos, respeitar os servidores militares e civis do Colégio da Polícia Militar, bem como seus colegas; prestar os devidos sinais de respeito aos instrutores, monitores, professores funcionários civis e militares; apresentar-se para as atividades com o fardamento regulamentar completo; esforçar-se para obter bom desempenho escolar; executar as tarefas escolares recomendadas pelos professores; prestar máxima atenção às aulas, evitando conversas e distrações; zelar pela ordem e disciplina na sala de aula e demais dependências do Colégio da Polícia Militar; comportar-se fora do colégio de maneira a não denegrir o nome do Colégio da Polícia Militar; comparecer às solenidades



Uma análise da percepção

e atividades extraclases para as quais for convocado; conhecer e cumprir o regimento e as demais normas em vigor no colégio (PERNAMBUCO, 2010).

Percebe-se que os direitos promovem a democratização das escolas e os deveres não são tão duros a ponto de os alunos não conseguirem se adaptar e/ou se sentirem humilhados, ou lhes causar traumas futuros. Os direitos e deveres, assim como as regras de vestimenta e comportamento, previstas nos colégios cívico-militares, ajudam a manter ordem e a disciplina. Porém, muitos críticos (costumam ser militantes políticos que atuam em escolas doutrinando alunos na direção de interesses pessoais e partidários) insistem em confundir tais princípios com repressão e humilhação.

Isso representa uma inversão de valores, em que se prioriza a ideia que o aluno deve ter liberdade para fazer tudo, desrespeitando qualquer vínculo hierárquico com o professor e direção da escola, bem como com vestimentas de sua própria escolha e que muitas vezes se confundem com libertinagem.

Ao se cultuar os valores militares, tais como a hierarquia, disciplina e organização, o ensino e a educação de qualidade se tornam possíveis diante das experiências relatadas de escolas cívico-militares que já foram implementadas em anos anteriores. Segundo Pureza (2017) a ideia não é militarizar todas as escolas públicas (isso nem mesmo seria possível), na realidade, significaria a militarização de parcela minoritária das escolas. Logo, quem realmente não tiver interesse em estudar em um colégio militar continuará com a liberdade de se matricular em outras escolas públicas estaduais ou municipais.

Porém, o que se vê é uma enorme procura pelas vagas nos colégios cívico-militares por responsáveis de alunos, o que leva ao rápido esgotamento das vagas já no primeiro dia de matrículas, além de uma fila de espera enorme. Os alunos, por sua vez, mostram entusiasmo em fazer parte de



Uma análise da percepção

uma escola organizada, segura e com qualidade de ensino.

A criação de programas que estimulem a adesão de escolas públicas ao formato cívico-militar, como o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), é proporcionar a abertura de novas vagas, permitindo que os responsáveis pelos alunos tenham ao menos a possibilidade de “[...] optarem por um ensino organizado, de qualidade, com notas expressivas a nível nacional e com valores enraizados no militarismo, tais como o patriotismo, civismo, hierarquia, disciplina, dentre outros” (PUREZA, 2017, online).

Também é importante ressaltar que a pedagogia e disciplina militar no âmbito das escolas públicas que sofreram ou estão passando pela transformação em escolas/colégios cívico-militares, assim como os assuntos específicos aos pensamentos e a história militar, precisam ser mais pesquisados pelas Universidade/Faculdades, principalmente nos Programas de Pós-graduação em Educação e Correlatos no Brasil, uma vez que é importante analisar esse processo pedagógico de transformação de escolas públicas regulares em escolas cívico-militares.



Capítulo

2

MARCO METODOLÓGICO



Tipo de pesquisa

Quanto ao nível de investigação é básica, pois, tem como finalidade produzir novos conhecimentos com grande utilidade para o avanço da ciência e da comunidade científica, podendo enriquecer a discussão teórica sobre os assuntos abordados, sem necessariamente gerar resultados que possam ser utilizados na resolução de um determinado problema prático. Neste tipo de pesquisa, a preocupação maior parece ser o aprimoramento e enriquecimento do conhecimento acadêmico da discussão sobre determinadas temáticas o que, também, pode servir de base para trabalhos futuros com pesquisas aplicadas e trabalhos interventivos (MATIAS-PEREIRA, 2010).

Quanto à abordagem: qualitativa e quantitativa. Quando a pesquisa tem por base a abordagem qualitativa, o pesquisador deve procurar aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda. São as ações dos indivíduos, o perfil dos grupos, seu ambiente e seu contexto social. O pesquisador irá interpretando-os segundo a perspectiva dos participantes envolvidos na questão enfocada, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito (ALVES, 1991; NEVES, 1996;). “A pesquisa qualitativa, utilizada para interpretar fenômenos, ocorre por meio da interação constante entre a observação e a formulação conceitual, entre a pesquisa empírica e o desenvolvimento teórico, entre a percepção e a explicação” (BULMER, 1977, p.3). Sendo assim, esta abordagem, por sua vez, pode ser definida como voltada para dados que são produzidos pelas interações interpessoais, provenientes da coparticipação das situações em que os informantes estão envolvidos, cujo pesquisador tem como preocupação central à análise, o entendimento, compreensão, interpretação e descrição a partir do conjunto de significações atribuídas a seus fatos (MARTINS, 2007).



Uma análise da percepção

Segundo Rosental e Frémontier-Murphy, (2001) quando a pesquisa é qualitativa, esta visa descrever a complexidade de determinado estudo, assim, se faz necessário compreender e classificar os processos dinâmicos vividos nos grupos, ainda é preciso contribuir no processo de mudança, possibilitando o entendimento das mais variadas particularidades dos indivíduos dos membros do grupo. “O método qualitativo é útil e necessário para identificar e explorar os significados dos fenômenos estudados e as interações que estabelecem, assim possibilitando estimular o desenvolvimento de novas compreensões sobre a variedade e a profundidade dos fenômenos sociais” (BARTUNEK e SEO, 2002, p. 4).

Quanto a abordagem quantitativa, refere-se ao tipo de pesquisa que requer à análise de dados objetivos, dados que sejam passíveis de quantificação, pressupondo a previsão de mensuração das variáveis preestabelecidas, almejando verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis, a partir de uma análise de frequência de certas incidências e de correlações estatísticas que demonstrem o processo de causalidade entre as variáveis. Sendo assim, fundamenta-se na utilização do método de procedimento estatístico, pois é indispensável à utilização de amostras do universo observado, já que o tamanho normal da população impossibilita a medição de todas as suas características. Neste tipo de abordagem, o pesquisador volta-se para a descrição, explicação e predição da realidade (MARTINS, 2007).

Segundo Neves (1996), os métodos de investigação se classificam como quantitativos e qualitativos por apresentarem características contrastantes quanto à forma e ênfase, entretanto não são excludentes. “O pesquisador pode, ao desenvolver o seu estudo, utilizar os dois, usufruindo, por um lado, da vantagem de poder explicitar todos os passos da pesquisa e, por outro, da oportunidade de prevenir a interferência de sua subjetividade nas conclusões obtidas” (NEVES, 1996, p. 4).



Uma análise da percepção

Quanto aos objetivos: a pesquisa será exploratória, por ser um tipo de pesquisa muito específica, quase sempre ela assume a forma de um estudo de caso (GIL, 2008); descritiva porque há necessidade de se encontrar e descrever características dos sujeitos estudados para facilitar a representação, entendimento e futuramente, viabilizar um estudo mais aprofundado dessa realidade social. Como em qualquer outra pesquisa, ela depende também de uma pesquisa bibliográfica. Quanto aos procedimentos de coleta: quase experimental, pois oferece mais informações e desperta a vontade de realização de outras pesquisas em determinado contexto com controle de outras variáveis intervenientes, como por exemplo, classe social, renda, nível de escolaridade, causas complexas com evasão escolar, comportamento, avaliação de personalidade, religião entre outras.

Quanto às fontes: o estudo fundamenta-se na pesquisa de campo e bibliográfica. A pesquisa de campo atualmente é uma das mais utilizadas no meio acadêmico, pois visa coletar informações e conhecimentos referentes a um problema, para o qual procura uma solução ou resposta. Na maioria das vezes são obtidas por meio de observação espontânea da realidade in loco, ou seja, no ambiente natural em que elas podem ser coletadas. No entanto, este tipo de pesquisa facilita a percepção e o registro das variáveis relevantes dos fenômenos estudados. O estudo, também requer uma pesquisa bibliográfica, pois é desenvolvido e fundamentado em materiais já existentes e elaborados, tais como: livros, publicações científicas e periódicas (LAKATOS, 2010).

Instrumentos de coleta de dados

Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram 3 (três) questionários eletrônicos desenvolvidos no Google forms, sendo 1 (um) questionário atribuído aos gestores, composto por 15



Uma análise da percepção

questões objetivas e 3 subjetivas, 1 (um) questionário atribuído aos professores composto por 14 questões objetivas e 3 subjetivas e 1 (um) questionário atribuído aos pais/responsáveis composto por 10 questões objetivas e 2 subjetivas.

Sujeitos da pesquisa

A amostra foi composta por 13 gestores (administrativo, pedagógico e financeiro; coordenação e assistente de coordenação) de ambos os sexos, com média de faixa etária de 41 anos de idade (mínima – 31 anos / máxima – 53 anos), com um tempo médio de exercício da docência de 9 anos (mínimo – 01 ano / máximo – 18 anos), 30 professores, de ambos os sexos, com média de faixa etária de 41 anos de idade (mínima – 29 anos / máxima – 51 anos), com um tempo médio de exercício da docência de 16 anos (mínimo – 05 ano / máximo – 26 anos) com atuação no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, e 21 pais/responsáveis de ambos os sexos, com média de faixa etária de 37 anos de idade (mínima – 25 anos / máxima – 51 anos) com renda salarial em média de até 2 salários mínimos. É importante ressaltar que, os professores e gestores entrevistados são servidores efetivos e contratados (Quadro 2). Os critérios utilizados na escolha dos participantes foram: gestores de escolas públicas (municipal e estadual) que atuam na gestão escolar com mais de 2 anos, professores da rede municipal e estadual que atuam no ensino fundamental anos finais e médio com tempo mínimo de atuação de 1 ano. E para os pais, o critério de escolha obedeceu a indicação da gestão, onde seria pais alfabetizados e considerados atuantes na vida escolar do(a) filho(a).



Quadro 2. Descrição dos sujeitos da pesquisa

Sujeitos da pesquisa	Total	Sexo	Média de idade	Tempo médio de atuação
Gestores	13 participantes	Masculino e Feminino	41 anos de idade	9 anos
Professores	30 participantes	Masculino e Feminino	41 anos de idade	16 anos
Pais/responsáveis	21 participantes	Masculino e Feminino	37 anos de idade	---

Fonte: Própria do Autor.

Campo de pesquisa

A pesquisa foi realizada em duas escolas públicas. Sendo a primeira, a Escola Pública Municipal Pedro Serafim de Souza, localizada na Rod. PE 60 KM 19, Centro, Ipojuca, Pernambuco. CEP: 55590-000. Contato: (81) 3551-2064. A escola apresenta uma estrutura de grande porte, dispõe das modalidades de ensino, tais como: Ensino Fundamental anos finais e Educação de Jovens e Adultos (EJA). A escola atende cerca de 1309 alunos, de classe média-baixa, vindo do centro urbano e rural. Seu horário de funcionamento ocorre das 07h:00min às 11h:30min (Manhã), das 12h:00min às 17h:30min (Tarde) e das 19:00 às 22h:00min; além dos projetos sócio-educacionais nos finais de semana. A segunda trata-se da Escola Pública Estadual José Mário Alves da Silva, localizada na Praia Porto de Galinhas, Centro-Ipojuca – PE. CEP: 55590-000. Contato: (081) 3561-1968. Esta escola apresenta uma estrutura de médio porte, dispõe das modalidades de ensino, tais como: Ensino Fundamental anos finais e Ensino Médio. A escola atende cerca de 370 alunos, de classe média-baixa, vindo do centro urbano e rural. Seu horário de funcionamento ocorre das 07h:00min às 11h:30min (Manhã), das 12h:00min às 17h:30min (Tarde) e das 19:00 às 22h:00min. Ambas localizadas na Região Metropolitana do Recife, Pernambuco. O critério de escolha das escolas partiu da premissa que ambas estão localizadas próximas à comunidade em estado de vulnerabilidade social, bem como são escolas



Uma análise da percepção

públicas da rede estadual e municipal que têm o perfil para adesão ao modelo educacional cívico-militar, de acordo com o MEC.

Procedimentos metodológicos

Inicialmente, o propósito deste trabalho era realizar uma comparação entre a percepção (expectativa) de gestores, professores e pais sobre a qualidade da educação básica em escolas públicas, em proveito do modelo cívico-militar, e a constatação (realidade) que outros personagens, do mesmo tipo, que atuam em ECIM, faziam do modelo proposto.

Ou seja, pretendia-se comparar expectativa com realidade entre quem ainda não convive com quem já convive com o modelo, no intuito de se identificar se as melhorias esperadas se realizavam na prática; e assim, estabelecer relações de efetividade entre os dois modelos.

Contudo, em Pernambuco, apesar de existirem escolas militares do Exército e da Polícia Militar, ainda não há escolas cívico-militares, onde se pudesse realizar as pesquisas pretendidas. Apenas uma escola do Município de Jaboatão aderiu ao programa do Governo Federal (PECIM), com início previsto este ano, mas que devido à pandemia, não tinha iniciado suas atividades em tempo de conclusão deste trabalho. Como medida aproximada, tentou-se uma pesquisa no CMR, mas infelizmente, não houve retorno de resposta de nossa solicitação.

Com o tempo escasso, e por força das circunstâncias, o autor decidiu por realizar “Uma análise da percepção docente, gestora e familiar sobre a qualidade da educação básica em escolas públicas, em defesa do modelo cívico-militar”.

Para tanto, os dados foram coletados com 13 gestores, 30 professores do Ensino Funda-



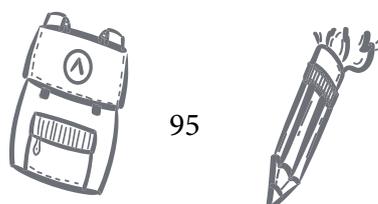
Uma análise da percepção

mental e Ensino Médio, e 21 pais, dos quais foram submetidos a responder os questionários, no qual o pesquisador entrou em contato com a direção da escola para obter a anuência da gestão escolar, esclarecendo a contribuição do estudo para a comunidade acadêmica, profissional e civil. A partir do primeiro contato, foi explicado o objetivo da pesquisa, relatando informações sobre o sigilo total, sobretudo, o livre-arbítrio em optar pela participação ou não na pesquisa. Posteriormente, os links para obter as respostas dos gestores, professores e pais, foram enviados via WhatsApp e E-mail para a direção da escola, em que mobilizou os professores e pais para participar do estudo. Conforme a orientação, a gestão da escola encaminhou os questionários eletrônicos para os professores e pais responder. No questionário eletrônico, além das perguntas abertas e fechadas, seguiu para o grupo de gestores a autorização (APÊNDICE-A) para coletar os dados, e para os professores e pais seguiu um link contendo o questionário, junto com um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) eletrônico (APÊNDICE-B), para que antes das coletas de dados todos os sujeitos avaliados preenchessem o campo, autorizando e consentindo na participação do estudo.

Análise dos dados

Os dados quantitativos foram tratados estatisticamente pelo programa PRISMA para Windows – Versão 4.03. Os dados foram analisados pelo teste Qui-quadrado, com $p < 0,05$, expressos em percentuais. E os dados referentes à avaliação qualitativa foram realizados através da análise de conteúdo baseado em Bardin (1977), com dados representados qualitativamente e expressos em um quadro.

De acordo com Caregnato e Mutti (2006, p. 683) na análise de conteúdo “o texto é um meio



Uma análise da percepção

de expressão do sujeito, onde o analista busca categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem”. Isto é, trabalha-se com o conteúdo, visando a materialidade linguística por meio das qualidades empíricas do texto, estabelecendo um conjunto de categorias para realização da interpretação. Dessa forma, o que se visa na análise de conteúdo é compreender o pensamento do entrevistado por meio do conteúdo promulgado no texto, com uma linguagem compreensível e transparente.

Caregnato e Mutti (2006, p. 683) ressaltam ainda que:

A técnica de AC, se compõe de três grandes etapas: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados e interpretação.1 A mencionada autora descreve a primeira etapa como a fase de organização, que pode utilizar vários procedimentos, tais como: leitura flutuante, hipóteses, objetivos e elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação. Na segunda etapa os dados são codificados a partir das unidades de registro. Na última etapa se faz a categorização, que consiste na classificação dos elementos segundo suas semelhanças e por diferenciação, com posterior reagrupamento, em função de características comuns. Portanto, a codificação e a categorização fazem parte da AC.

Dessa forma, a análise de conteúdo, ocorre por meio do método de análise por categorias temáticas, indicadores e significações.



Capítulo

3

RESULTADOS E DISCUSSÃO



Uma análise da percepção

O estudo buscou realizar um levantamento sobre a percepção dos gestores, professores e pais/responsáveis de alunos em relação à qualidade da educação básica, em defesa do modelo educacional cívico-militar. Para isso, foi desenvolvida uma pesquisa de campo em escolas da rede pública de ensino municipal e estadual da Região Metropolitana do Recife, Pernambuco. Para tanto, foram submetidos ao estudo, 13 gestores de ambos os sexos, com média de faixa etária de 41 anos de idade (mínima – 31 anos / máxima – 53 anos), com um tempo médio de exercício da docência de 9 anos (mínimo – 01 ano / máximo – 18 anos), 30 professores de ambos os sexos, com média de faixa etária de 41 anos de idade (mínima – 29 anos / máxima – 51 anos), com um tempo médio de exercício da docência de 16 anos (mínimo – 05 ano / máximo – 26 anos) e 21 pais/responsáveis de ambos os sexos, com média de faixa etária de 37 anos de idade (mínima – 25 anos / máxima – 51 anos) com renda salarial em média de até 2 salários mínimos.

Inicialmente, foi questionado aos gestores e professores sobre os problemas enfrentados na escola em que atuam. Assim, os gestores e professores apontam o baixo interesse dos alunos pelos estudos (69,2%; 76,7%, $p=0,032$), em seguida os professores também apontam para a falta de estrutura adequada (50%, $p= 0,038$), quando comparado à percepção dos gestores (7,7%) (Tabela 1). De acordo com resultados estatísticos significativos encontrados, os estudos de Haguette et al., (2016) realizados em 10 escolas públicas do Ensino Médio no Ceará, reconhece o baixo interesse e a falta de motivação no Ensino Fundamental, o que possivelmente comprometerá o ingresso do aluno no Ensino Médio e atrapalhar o desempenho.

Há, com efeito, um grande obstáculo a uma melhor aprendizagem nessas escolas públicas de Ensino Médio, que é a baixa qualidade do Ensino Fundamental cursado pelos alunos. A quase que totalidade deles, com exceção dos alunos da escola militar, cursou o Ensino Fundamental em escolas públicas



municipais, que, muitas vezes, oferecem um ensino precário (HAGUETTE et al., 2016, p. 261).

Tabela 1. Percepção dos gestores e professores sobre os problemas enfrentados na escola em que atua.

	Gestores		Professores		Valor-P
	Freq.	(%)	Freq.	(%)	
Grande dificuldade em geral de aprendizagem	6/13	46,2	17/30	56,7	0,682
Grande dificuldade de leitura	6/13	46,2	21/30	70	0,378
Violência escolar	6/13	46,2	7/30	23,3	0,204
Bullying	7/13	53,8	9/30	30	0,230
Indisciplina	7/13	53,8	18/30	60	0,827
Abandono escolar	6/13	46,2	6/30	20	0,131
Falta de respeito do aluno para com professor e demais profissionais da escola	2/13	15,4	12/30	40	0,199
Baixo interesse dos alunos pelos estudos	9/13	69,2	23/30	76,7	0,032*
Falta de recursos materiais e humanos	2/13	15,4	7/30	23,3	0,611
Falta de estrutura adequada	1/13	7,7	15/30	50	0,038*
Problemas com drogas	6/13	46,2	12/30	40	0,758
Desestruturação familiar	9/13	69,2	20/30	66,7	0,903
Baixa escolaridade familiar dos alunos	8/13	61,5	17/30	56,7	0,827
Baixa renda familiar	10/13	76,9	15/30	50	0,275

Estudo realizado com 13 gestores e 30 professores de duas escolas públicas da rede estadual e municipal da Região Metropolitana do Recife/PE. Estatística: teste qui-quadrado, $p < 0,05^*$.

Fonte: Própria do Autor.

Soares et al., (2015, p. 758) investigou 3.418 sujeitos acerca dos obstáculos que gerava o abandono escolar no ensino médio em escolas públicas do estado de Minas Gerais, e encontrou que um dos fatores ligado ao abandono escolar, estava vinculado ao desinteresse dos alunos pela escola. Essa falta de interesse era motivada pela “baixa qualidade do ensino”. Neri (2009) em seu estudo, após realizar um levantamento da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNADs) dos anos 2004 e 2006 sobre o tempo de permanência dos alunos na escola e as motivações, identificou que a falta de interesse pela escola chegava a 43% da população investigada.

Há estudos na literatura, tais como Soares et al., (2015) e Abrúcio (2010) corroborando com os resultados em tese, mencionando que a estrutura das escolas também são obstáculos que causam



Uma análise da percepção

impactos sobre o desempenho acadêmico dos alunos. Desta forma, é possível perceber, que do ponto de vista dos professores, a comunidade escolar deseja um espaço escolar melhor com salas apropriadas para o ensino, laboratórios para executar práticas pedagógicas eficazes, bibliotecas para incentivo à pesquisa. Ainda mais, tais espaços precisam ser estruturados com profissionais qualificados para desempenhar a função técnica com qualidade. De acordo com Haguette et al., (2016) que buscou descobrir o que as escolas de melhor desempenho tinham que as escolas com baixo desempenho não tinham, os resultados encontrados enfatizaram que:

[...] a grande maioria das escolas públicas do Ensino Médio, ela não é satisfatória nos dizeres dos professores, do núcleo gestor e dos alunos. Mesmo havendo quadra poliesportiva coberta, laboratórios de informática e de Ciências e salas de multimeios, eufemismo para designar bibliotecas com poucos títulos e sem bibliotecários formados, o conjunto da comunidade escolar clama por mais espaço e melhor manutenção dos estabelecimentos em geral e, principalmente, das salas de aulas, que são pequenas, muitas sem refrigeração e, nitidamente, precisando de pintura. A manutenção é difícil porque depende da Seduc, de sua burocracia e de sua penúria de recursos financeiros. De fato, todos se queixam de falta de autonomia da escola para operar o planejamento, o gerenciamento e a manutenção. Quanto a ter uma escola mais ampla e mais adequada às necessidades pedagógicas, tudo depende de decisões da Seduc, senão do governador (HAGUETTE et al., 2016, p.622).

No Brasil, esses efeitos da estrutura sobre os resultados escolares apresentados pelos alunos são nítidos, ao contrário do que acontece nos países desenvolvidos. Pois, na maioria das vezes, a responsabilidade pelas instalações das escolas, no que se refere à infraestrutura predial, gestão de



100



Uma análise da percepção

material e manutenção, é das Secretarias de Educação municipal e estadual, que quase sempre as deixam inacabadas ou precárias, e quando são executadas pela própria gestão escolar, a mesma não possui competências técnicas para lidar com tais questões.

Mas o problema aqui é se os gestores não sabem como lidar com esta questão e, talvez até por isso, gastam um enorme tempo que poderia ser utilizado em atividades intrinsecamente pedagógicas (...). Neste sentido, tão importante quanto mensurar os resultados estatísticos da relação entre infraestrutura e desempenho do alunado, é constatar como esta atividade mexe com o processo organizacional nas escolas, normalmente com efeitos negativos para a definição do tempo gasto com as atividades de gestão, numa organização cujos dirigentes, no geral, não foram preparados para este assunto (ABRÚCIO, 2010, p.263).

É diante de realidades como essas que o Ministério de Educação (MEC) criou o PECIM que visa fortalecer e resgatar os valores éticos e morais bem como fortalecer “a área administrativa, no aprimoramento da infraestrutura e organização da escola e dos estudantes” (MEC online).

Além dos resultados significativos, outros obstáculos (Grande dificuldade em geral de aprendizagem, grande dificuldade de leitura, bullying, indisciplina, desestruturação familiar, baixa escolaridade familiar dos alunos, baixa renda familiar) que vêm afetando o ensino das redes públicas municipais e estaduais, não apresentaram diferença estatística significativa entre os valores esperados e os valores observados. Os maiores percentuais estão concentrados nos problemas da grande dificuldade em geral de aprendizagem (56,7%), grande dificuldade de leitura (70%), bullying (53,8%), indisciplina (53,8), desestruturação familiar (69,2%; 66,7%), baixa escolaridade familiar dos alunos



Uma análise da percepção

(61,5%; 56,7%) e baixa renda familiar (76,9%; 50%) (Tabela 1). O que, possivelmente, pode gerar o baixo interesse acadêmico do aluno.

Na tabela 2, ao indagar sobre a percepção dos gestores, professores e pais/responsáveis sobre os problemas enfrentados na escola pública, ao cruzar os dados, percebe-se que, em nenhum dos fatores (Violência escolar, bullying, desinteresse do aluno, em geral, problemas com drogas, falta de infraestrutura) apresentou diferença estatística significativa entre os valores esperados e os valores observados. Os maiores percentuais estão concentrados nos problemas de desinteresse do aluno, em geral (69,2%; 76,7%; 47,6%), bullying (53,8%) e falta de infraestrutura (50%). Atrelado à abordagem realizada na tabela 1, percebe-se que na tabela 2, quando se compara a percepção entre gestores, professores e pais/responsáveis é possível constatar que os pais/responsáveis também percebem o desinteresse dos filhos, em geral.

Tabela 2. Percepção dos gestores, professores e pais/responsáveis sobre os problemas enfrentados na escola pública.

	Gestores		Professores		Pais/Responsáveis		Valor - <i>P</i>
	Freq.	(%)	Freq.	(%)	Freq.	(%)	
Violência escolar	6/13	46,2	7/30	23,3	5/21	23,8	0,368
Bullying	7/13	53,8	9/30	30	5/21	23,8	0,289
Desinteresse do aluno, em geral	9/13	69,2	23/30	76,7	10/21	47,6	0,071
Problemas com drogas	6/13	46,2	12/30	40	2/21	9,5	0,085
Falta de infraestrutura	1/13	7,7	15/30	50	7/21	33,3	0,106

Estudo realizado com 21 pais, 13 gestores e 30 professores de duas escolas públicas da rede estadual e municipal da Região Metropolitana do Recife/PE. Estatística: teste qui-quadrado, $p > 0,05$. Em nenhum dos fatores houve diferença estatística significativa entre os valores esperados e os valores observados.

Fonte: Própria do Autor.

Neste contexto, entende-se que o entrave na educação também está presente no contexto educacional para os pais/responsáveis. Com à exceção do associado a infraestrutura, os demais fatores estão ligados ao comportamento dos alunos e indicam a necessidade urgente de adoção de modelo



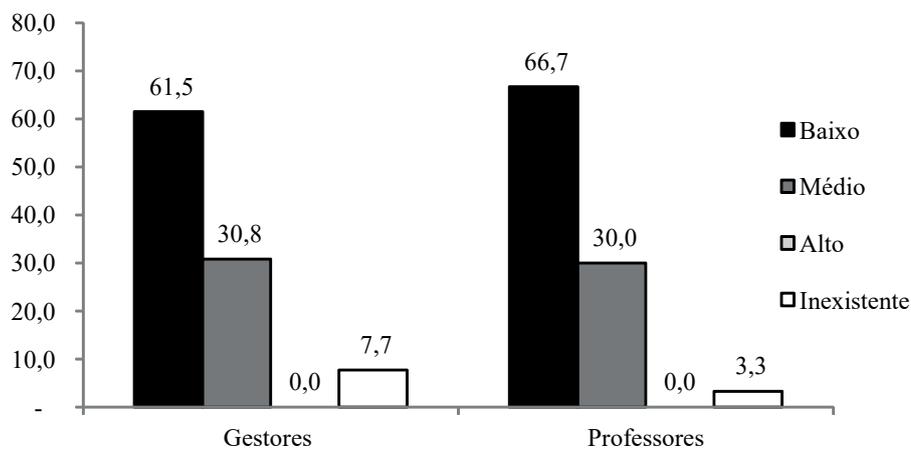
Uma análise da percepção

pedagógico de gestão educacional capaz de restaurar autoridade e a valorização docente, o interesse pela aprendizagem, o aproveitamento qualitativo e quantitativo do tempo em sala de aula que trabalhe com os alunos os valores morais, cívicos, familiar e patriótico afim de mudar atitudes comportamentais no âmbito escolar, social e familiar. Neste contexto, a escola deve apresentar um padrão de estrutura de uma gestão administrativa e pedagógica eficaz. Haguette et al., (2016, p.624) diz que “esse é o entrave principal a ser vencido, pois reflete, sobretudo, o que ocorre na escola: desde a disposição dos mestres e do núcleo gestor até o comportamento de parte dos alunos, o que prejudica, inclusive, aqueles desejosos de receberem uma boa formação”.

O atual modelo educacional voltado para a rotina escolar, possivelmente, requer uma reformulação, a qual propicie uma nova abordagem na relação aluno-professor-gestão. O modelo cívico-militar tem se mostrado uma opção útil e eficaz a altura desse desafio.

No gráfico 1, quando indagado sobre o índice de abandono escolar, nenhum dos índices (Baixo, médio, alto e inexistente) houve diferença estatística significativa entre os valores esperados e os valores observados.

Gráfico 1. Percepção dos gestores e professores sobre o índice de abandono escolar.



Uma análise da percepção

Fonte: Própria do Autor. Estudo realizado com 13 gestores e 30 professores de duas escolas públicas da rede estadual e municipal da Região Metropolitana do Recife/PE. Estatística: Dados representados em percentual no teste qui-quadrado, $p > 0,05$. Em nenhum dos índices (Baixo, médio, alto e inexistente) houve diferença estatística significativa entre os valores esperados e os valores observados.

Os maiores percentuais estão concentrados no baixo índice (61,5%; 66,7%). Embora o índice abandono escolar seja baixo neste estudo, é importante chamar atenção para os 30% que consideram médio o índice de abandono escolar, e buscar entender quais os reais motivos que desencadeiam tais atitudes. Para isso, buscou-se questionar os gestores e professores sobre quais motivos geravam abandono escolar (Tabela 3).

Tabela 3. Percepção dos gestores e professores sobre os motivos que têm gerado o abandono escolar.

	Gestores		Professores		Valor-P
	Freq.	(%)	Freq.	(%)	
Dificuldades de aprendizagem	1/13	7,7	8/30	26,7	0,216
Desinteresse do aluno, em geral	6/13	46,2	15/30	50	0,886
Baixa renda familiar	3/13	23,1	8/30	26,7	0,844
Desestruturação familiar	8/13	61,5	12/30	40	0,329
Problemas com drogas	3/13	23,1	10/30	33,3	0,586
Baixa escolaridade familiar	3/13	23,1	5/30	16,7	0,643
Necessidade de trabalhar	6/13	46,2	19/30	63,3	0,513

Estudo realizado com 13 gestores e 30 professores de duas escolas públicas da rede estadual e municipal da Região Metropolitana do Recife/PE. Estatística: teste qui-quadrado, $p > 0,05$. Em nenhum dos motivos houve diferença estatística significativa entre os valores esperados e os valores observados.

Fonte: Própria do Autor.

Embora nenhum dos fatores (Dificuldades de aprendizagem, desinteresse do aluno, em geral, baixa renda familiar, desestruturação familiar, problemas com drogas, baixa escolaridade familiar e necessidade de trabalhar) tenham apresentado diferença estatística significativa entre os valores esperados e os valores observados, os maiores percentuais em relação aos motivos que têm gerado o abandono escolar, do ponto de vista da gestão, 61,5% está voltado à desestruturação familiar, 46,2% desinteresse do aluno, em geral, e 46,2% necessidade de trabalhar. Do ponto de vista dos professores,



Uma análise da percepção

63,3% acreditam ser a necessidade de trabalhar, 50% apontam ser desinteresse do aluno, em geral, e 40% ressalta a desestruturação familiar.

Dessa forma, alunos que apresentam desestruturação familiar tendem a abandonar os estudos com mais facilidade. Essa desestruturação pode estar ligada aos conflitos familiares, tais como: prostituição, drogas, falta de incentivo da família entre outros fatores (SILVA-FILHO e ARAÚJO, 2017). Por outro lado, a necessidade de trabalhar parece ser outro fator impactante e motivador do abandono escolar.

Os estudos de Soares et al., (2015) corroboram com os resultados deste trabalho, apresentando maiores percentuais para abandono escolar de alunos que precisam trabalhar para ajudar a família. Soares et al., (2015, p. 768) mencionam que houve um aumento “em 41% na taxa de abandono no caso das jovens, e em 97,4% no caso dos jovens”.

Em relação ao desinteresse, em geral dos alunos, tal motivação parece estar ligada à desestruturação familiar e a necessidade de trabalhar, o que tende permanecer menos tempo na escola, com risco de abandono escolar. Entretanto, os estudos de Soares et al., (2015, p. 757) também apontam que os fatores intraescolares, tais como: “a dificuldade nas disciplinas, ânsia por uma escola diferente, percepção de melhores oportunidades de trabalho com a continuidade dos estudos e a importância atribuída na escolha à escola” tem levado ao abandono escolar. Para os alunos que apresentam a dificuldade em geral a possibilidade de abandono escolar é maior.

Isso pode ser uma indicação de que parte dos alunos que abandonam apresentam uma dificuldade geral, isto é, uma dificuldade de acompanhar todas as disciplinas em seu conjunto, mais do que em uma ou em um subconjunto delas. (...) O interessante é que o constructo “ansiar por uma escola dinâmica/ inovadora”, que foi interpretado como sendo o desejo de parte dos alunos de uma escola diferente da que é vivenciada por eles, e que é associado, por exemplo, ao desejo de ter atividades extracurriculares, aulas práticas, uso de



Uma análise da percepção

apostilas, contextualização do conteúdo escolar no cotidiano e preparação para o mercado de trabalho, mostrou-se também associado ao abandono escolar (SOARES et al., 2015, p. 769).

Partindo dessa dimensão, é importante que a escola apresente uma estrutura, física, administrativa e pedagógica de qualidade, para manter a instituição como um campo fértil para o processo de ensino e aprendizagem, bem como acolhedor e formador de cidadãos éticos, patrióticos, civilizados e futuros profissionais bem sucedidos. Por isso, é importante que a escola assuma seu papel e responsabilidades na garantia e permanência do aluno. Uma vez que o aluno, ainda que convivendo com problemas de desestruturação familiar e a necessidade de obtenção de renda, tendo uma escola que apresente estímulos, ele se sentirá motivado para se manter nela tendo em vista os benefícios para sua formação e capacitação suficientes no enfrentamento e emancipação profissional.

Cunha (1997 apud SILVA-FILHO e ARAÚJO, 2017, p. 41) enfatiza que, grande parte da causa da evasão escolar é atribuída à escola, pois mencionam que:

[...] a escola é responsável pelo sucesso ou fracasso dos alunos, principalmente daqueles pertencentes às categorias pobres da população, explicando teoricamente o caráter reprodutor dessa instituição compreendida como aparelho ideológico de Estado. A evasão e a repetência estão longe de ser problemas relacionados às características individuais dos alunos e de suas famílias. São reflexos da forma como a escola recebe e exerce ação sobre as pessoas dos diferentes segmentos da sociedade.

Além dos pressupostos supracitados, percebe que a falta de motivação, também, pode ser resultado das grandes repetências, processo avaliativo, estratégias de ensino, profissionais despreparados, salas de aulas superlotadas. Dessa forma, percebe-se que a evasão escolar parte de um re-



Uma análise da percepção

flexo intraescolar e não, necessariamente, do ponto de vista individual ou familiar (SILVA-FILHO e ARAÚJO, 2017). Ou seja, o modelo de gestão administrativa e pedagógica local responde muito pelo sucesso ou fracasso do aluno.

Na tabela 4, buscou-se investigar o nível de compreensão dos gestores, professores e pais sobre a diferença entre o modelo da escola cívico-militar e escola militar. Embora, nenhuma das concordâncias (Compreende, não compreende, compreende pouco) tenha apresentado diferença estatística significativa entre os valores esperados e os valores observados, os maiores percentuais estão concentrados na concordância “compreender”, sendo 53,8 % gestores, 50% professores e 38,1% pais.

Tabela 4. Compreensão da diferença entre o modelo da escola cívico-militar e escola militar.

	Gestores		Professores		Pais/Responsáveis		Valor-P
	Freq.	(%)	Freq.	(%)	Freq.	(%)	
Compreende	7/13	53,8	15/30	50	8/21	38,1	0,745
Não compreende	3/13	23,1	3/30	10	5/21	23,8	0,423
Compreende pouco	3/13	23,1	12/30	40	8/21	38,1	0,701

Estudo realizado com 21 pais, 13 gestores e 30 professores de duas escolas públicas da rede estadual e municipal da Região Metropolitana do Recife/PE. Estatística: teste qui-quadrado, $p > 0,05$. Em nenhuma das concordâncias (Compreende, não compreende, compreende pouco) houve diferença estatística significativa entre os valores esperados e os valores observados.

Fonte: Própria do Autor.

Diante dessa abordagem, foi possível avaliar como tais agentes percebem uma escola baseada no modelo militar e cívico militar (Quadro 3) e foi possível perceber que tanto os gestores, professores e pais entendem a escola baseada no modelo militar, como uma instituição de ordem, regras e disciplinas geridas por oficiais com ênfase nos aspectos administrativos, formação de valores humanos, éticos e morais, além da percepção sobre segurança no ambiente escolar. Já os gestores que não compreendem parecem entender o modelo militar com uma dimensão autoritarista. Talvez essa percepção esteja ligada à pouca compreensão, a qual não foi percebida por professores e pais. Percebe-se nitidamente que os entrevistados veem o modelo militar distante da dimensão pedagógica do processo de ensino e aprendizagem praticado em escolas públicas, em virtude dos atributos e vanta-



Uma análise da percepção

gens que o modelo militar oferece. Isto é, do ponto de vista pedagógico, o modelo educacional militar proporciona um currículo estruturado e orientado por valores e tradições, tendo como meta possibilitar que o aluno incorpore valores familiares e patrióticos, bem como formar jovens autônomos, criativos e aptos para lidar com as demandas profissionais do mercado de trabalho que enfrentarão.

Quadro 3. Percepção dos gestores, professores e pais sobre o modelo educacional militar e cívico-militar.

Questão	Gestores	Professores	Pais
Como você percebe uma escola militar?	<p>“Com alto nível de disciplina e respeito”.</p> <p>“A direção e administração são exercidas por oficiais”.</p> <p>“Uma escola com padrões e normas”</p> <p>“Uma escola que desempenha as tarefas diretivas e administrativas com ordem”.</p> <p>“Controlada exclusivamente por militares”.</p> <p>“Unidade com gerência do poder militar”.</p> <p>“Uma escola com rigor na obediência e na disciplina”</p> <p>“Regras autoritárias”</p>	<p>“Oferece melhor infraestrutura, material didático, relação aluno-professor, respeito e ordem”.</p> <p>“A escola trabalha com disciplina e regras militares”.</p> <p>“Um ambiente educacional cuja intenção seja formar cidadãos conscientes de seu papel social na busca do fortalecimento dos valores humanos, éticos e morais”.</p> <p>“Escola que tem disciplina”.</p> <p>“Com uma estrutura e ambiente mais segura”.</p> <p>“Uma escola com uma estrutura adequada para o dia a dia escolar, o desenvolvimento do aluno e do corpo docente”.</p> <p>“Escola que segue regime militar”.</p>	<p>“Com ordem, respeito e disciplina”.</p> <p>“Escolas monitoradas por militares”.</p> <p>“Entendo como uma educação com disciplina e respeito, mostrando os papéis dos três poderes que lidera nosso país”.</p> <p>“Uma escola com regras mais rígidas e mais comprometimento”.</p> <p>“Modelo mais rígido e mais preparativo”.</p>
Como você percebe uma escola cívico-militar?	<p>“Um modelo que integra uma parceria entre órgãos militares e comunidade civil para melhoria da educação”.</p> <p>“Os militares atuam no apoio à gestão escolar e a gestão educacional”.</p> <p>“A mesclagem das duas realidades”.</p>	<p>“Um ótimo modelo para haver mudança na aprendizagem do aluno e também ordem e respeito ao profissional de educação”.</p> <p>“Modelo trabalha os valores morais, cívicos e éticos.”.</p> <p>“Baseado nos pilares militares (Hierarquia e Disciplina) e respeito”.</p> <p>“Aquela que segue os parâmetros de um escola “normal”, mas com regras dos militares”.</p> <p>“Com democracia, mas com algumas diretrizes militares”.</p> <p>“Um modelo onde a organização e os valores militares sirvam de base para o desenvolvimento de toda comunidade através do âmbito escolar”.</p> <p>“Uma escola que apresenta uma gestão escolar compartilhada, entre educadores e militares”.</p> <p>“Disciplinada”.</p>	<p>“Um estudo mais eficiente”.</p> <p>“Com mais firmeza, e mais recursos”.</p> <p>“Disciplina, respeito e foco no aprendizado”.</p> <p>“Com um bom ensino, respeito à hierarquia e suas responsabilidades”.</p> <p>“Uma escola mais aberta, mas com suas regras”.</p>

Estudo realizado com 21 pais, 13 gestores e 30 professores de duas escolas públicas da rede estadual e municipal da Região Metropolitana do Recife/PE.

Fonte: Própria do Autor.



Uma análise da percepção

Diante o exposto, a proposta pedagógica do ensino nos Colégios Militares é ter o aluno no centro do processo de ensino e aprendizagem bem como desenvolver atitudes intrapessoais que visam à incorporação de valores e atributos inerentes ao ensino militar, assegurando a formação de um cidadão patriota, conscientes de seus deveres, direitos, responsabilidades e preparados para a vida acadêmica, social e profissional (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2011). O cenário apresentado nas respostas dos entrevistados sobre o ensino militar pode ser legitimado e demonstrado nas seguintes expressões e palavras-chaves: ordem, disciplina, segurança no ambiente escolar, respeito, fortalecimento de valores, modelo organizacional, regras, comprometimento, valorização do professor, gestão pedagógica eficiente, foco na aprendizagem, cidadãos conscientes, papel social, desenvolvimento pessoal e comunitário, dentre outros.

Ao indagar os gestores, professores e pais em relação à percepção de uma escola cívico-militar, foi possível perceber que ambos entendem o modelo de forma democrática, como uma ação que integra uma parceria entre órgãos militares e comunidade civil para melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Assim, as escolas cívico-militares contribuirão para o desenvolvimento intelectual e social dos alunos, formando não apenas pessoas instruídas no aspecto acadêmico, mas também cidadãos com formação humana e cívica, suprimindo a demanda social por educação de qualidade e excelência (SILVA-FILHO e ARAÚJO, 2017). O cenário apresentado nas respostas dos entrevistados sobre o ensino cívico-militar também pode ser legitimado e demonstrado nas seguintes expressões e palavras-chaves: integração, apoio à gestão escolar e educacional, ordem, disciplina, segurança no ambiente escolar, respeito, fortalecimento de valores, regras, eficiência, valorização do professor, comprometimento, gestão pedagógica eficiente, foco na aprendizagem, cidadãos conscientes, papel social, ética, desenvolvimento pessoal e comunitário, democracia, dentre outros.



Quadro 4. Percepção dos gestores, professores e pais sobre a parceria dos órgãos militares com a escola pública.

Questão	Gestores	Professores	Pais
Como você vê o processo de parceria dos órgãos militares com a escola pública?	<p>“Com um olhar positivo quanto ao processo de proteção, redução da violência e problemas com drogas bem como parte integradora da educação formal, cívica e patriótica”.</p> <p>“Muito positivo”</p> <p>“Em algumas situações escolares é necessária, no que diz respeito à redução da violência e indisciplina.”</p> <p>“De bastante proveito, uma vez que seja um processo contínuo de uma forma que leve os alunos passar pelo processo de mudança no ambiente social, emocional e afetivo”.</p> <p>“Vejo com bons olhos. Percebo que ha uma dificuldade nos estudantes de hoje terem limites”.</p>	<p>“Vejo como bons resultados para melhorar a indisciplina escolar e o melhor resultado do interesse dos alunos nós estudos”.</p> <p>“Aceitável na medida do possível”.</p> <p>“Acredito que seja essencial. E seria pertinente que essa parceria acontecesse amplamente”.</p> <p>“Que pode ser de grande ajuda na formação e para disciplinar os estudantes, mas com certos limites”.</p> <p>“Como algo que tem a somar na questão disciplinar”.</p> <p>“Sendo a atuação restrita a garantia de segurança de toda comunidade escolar”.</p>	<p>“Algo muito bom”.</p> <p>“De grande utilidade”.</p> <p>“Vejo de uma maneira saudável, e eficaz no combate à violência e outras coisas mais”.</p> <p>“Uma possibilidade para resgatar a disciplina nas escolas públicas”.</p>

Estudo realizado com 21 pais, 13 gestores e 30 professores de duas escolas públicas da rede estadual e municipal da Região Metropolitana do Recife/PE.

Fonte: Própria do Autor.

No quadro 4, buscou-se investigar como os gestores, professores e pais percebiam o processo de parceria dos órgãos militares com a escola pública. Constatou-se que os participantes entrevistados encaram a parceria como praticamente total positividade e credibilidade, sobretudo, quando se trata da segurança da comunidade escolar, indisciplina, combate às drogas e redução da violência.

Estudos de Guimarães (2017, p. 11) destacam que a parceria dos órgãos militares:

[...] vêm se apresentando como a solução para a problemática da violência escolar e por conta disso vêm seduzindo parte da sociedade civil, as propostas oficiais de melhora substancial do rendimento (...) através da diminuição do número de reprovações e da introdução da disciplina militar com princípios norteados pela hierarquia e disciplina chamam a atenção de uma parte da



Uma análise da percepção

população, que anseia por uma educação de qualidade e que seus filhos (as) estejam seguros (as) na escola.

Desse modo, percebe-se o quanto é importante essa parceria dos órgãos militares com a escola pública para uma educação compartilhada, pautada no modelo organizacional, nos valores morais, éticos, cívicos, patrióticos e familiares. Desta feita, é notório que a ação vai ser beneficente, tanto no ambiente escolar como social e familiar. Por tanto, o modelo educacional cívico-militar apresenta:

[...] uma proposta escolar com características diferenciadas em metodologia, valores, finalidades, normas, organização e funcionamento. Esse contexto distinto é fruto de normativas governamentais (estaduais) que fixam um sistema de gestão compartilhada entre duas secretarias, quais sejam, a Secretaria de Educação e a Secretaria de Segurança Pública, especificamente a Polícia Militar (PM). Assim, por meio de Termos de Cooperação Técnica, que regulamentam a gestão e funcionamento dos CPM, há o compartilhamento das atividades pedagógicas, administrativas, financeiras e patrimoniais entre as referidas secretarias. Essa parceria integra às instituições não apenas o termo ‘militar’, mas também atividades, valores e normas, um rol de elementos próprios de instituições militares e, inclusive, Agentes Militares, que atuam profissionalmente tanto na docência quanto administrativamente (SANTOS e VIEIRA, 2019, p. 726).

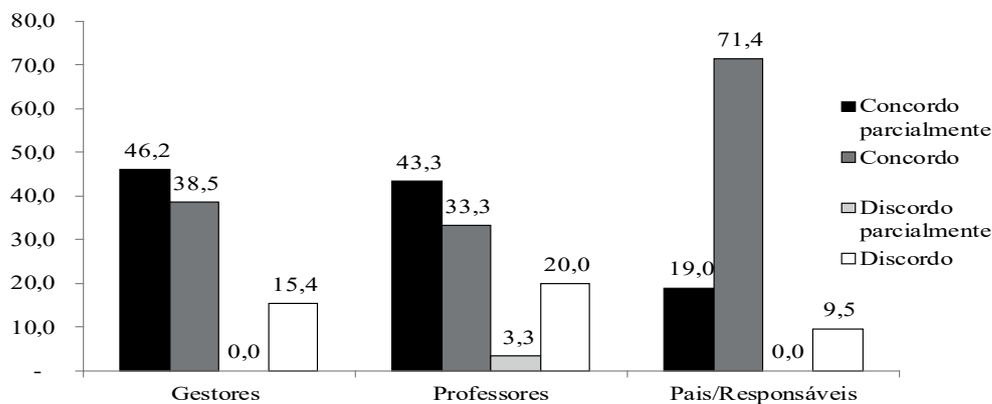
Dessa forma, a parceria dos órgãos militares com as escolas representa uma inter-relação com a comunidade, propagando uma política de valores, normas e conduta, perante o ambiente escolar, social e familiar.



Uma análise da percepção

Nessa mesma linha de compreensão, percebe-se no gráfico 2, quando avaliou-se o grau de concordância dos gestores, professores e pais sobre se o modelo educacional cívico-militar contribuiu para a melhoria do comportamento dos alunos no ambiente familiar, escolar e social, os resultados deste estudo evidenciaram que, em maior ou menor grau de concordância 84,7% dos gestores, 76,6% dos professores e 90,4 % dos pais concordam havendo diferença estatística significativa ($p=0,053$).

Gráfico 2. Grau de concordância sobre se o modelo cívico-militar contribuiu para a melhoria do comportamento de alunos no ambiente familiar, escolar e social.



Fonte: Própria do Autor.

Estudo realizado com 21 pais, 13 gestores e 30 professores de duas escolas públicas da rede estadual e municipal da Região Metropolitana do Recife/PE. Estatística: Dados representados em percentual no teste qui-quadrado, $p=0,053$.

Corroborando com os resultados do gráfico 2 e do quadro 3, um estudo realizado pelo Instituto Checon em 2009 aponta que “85% dos entrevistados gostariam de matricular seus filhos em escolas cívico-militares” (BRASIL, 2019, online). Isso demonstra que, na visão dos mais interessados na qualidade da formação de seus filhos, ou seja, os pais, o modelo educacional do Ecim apresenta resultados efetivos que contribuem para a promoção da segurança, disciplina, respeito, ensino, direitos humanos, valores cívicos e éticos, preparo para a vida escolar, familiar e social.

No gráfico 3, ao questionar os gestores, professores e pais sobre se a parceria dos órgãos



Uma análise da percepção

militares com a escola pública contribui para melhoria da qualidade da educação básica com ênfase no acesso, na permanência e na aprendizagem, foi possível constatar que, em maior ou menor grau de concordância 90,5% dos pais e 53,9 % dos gestores concordam com a parceria dos órgãos militares com a escola pública, havendo diferença estatística significativa ($p=0,036$).

Embora, na percepção dos professores, nenhuma das concordâncias (Concordo parcialmente, concordo, discordo parcialmente e discordo) tenha apresentado diferença estatística significativa entre os valores esperados e os valores observados, os maiores percentuais estão concentrados nos graus de concordância “concordo parcialmente” (43,3%) e “concordo” (36,7%), totalizando em maior e menor grau um percentual de 80% concordância.

Os dados demonstram que o modelo educacional cívico-militar pode contribuir, sim, com propostas sistematizadas, criando meios de combater a indisciplina, baixa qualidade do ensino e da aprendizagem, a violência e a evasão escolar, com a perspectiva do programa, da escola e parceria, capazes de minimizar tais problemas (SILVA-FILHO e ARAÚJO, 2017).

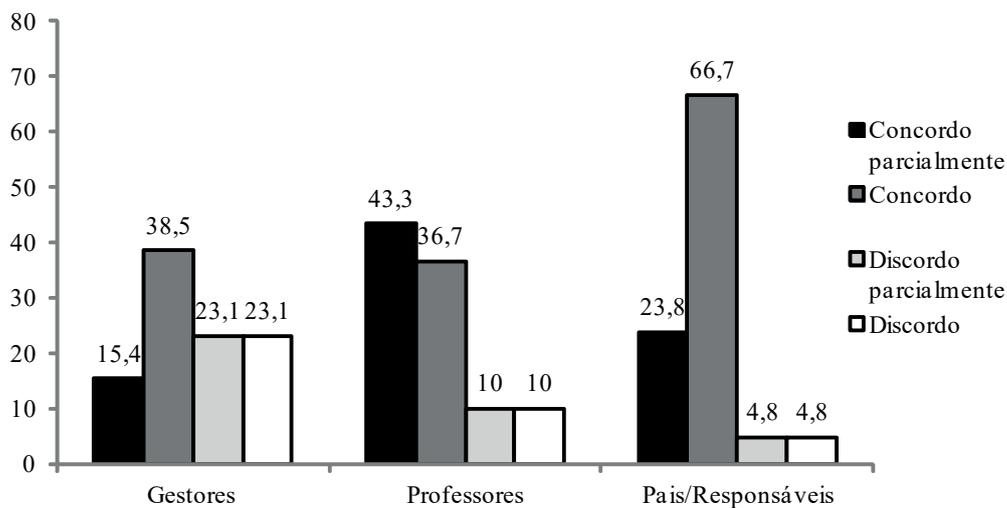
Neste contexto, entende-se que essas estratégias visam garantir o acesso, que por sua vez, não está presente apenas na garantia da vaga, mas também, a uma escola que se apresente como uma fonte motivadora, atrativa, segura e que proporciona metodologias eficazes, avaliação de qualidade, um processo de ensino e aprendizagem dinâmico (estruturado), profissionais competentes e qualificados. O resultado se refletirá na vontade e interesse de permanência do aluno na escola, tendo em vista o crescimento qualitativo de seu conhecimento e de sua formação e preparação para o mercado de trabalho e para vida. Assim, tende-se garantir a permanência do aluno na escola com uma garantia maior. Ou seja, o modelo educacional cívico-militar, de uma ponta à outra do percurso de ensino aprendizagem, se propõe a receber o indivíduo na fase inicial de sua formação e entregá-lo em con-



dições de ser um agente produtivo e transformador para a sociedade.

Desse modo, nota-se que o clima acadêmico contribui de forma impactante na qualidade da educação básica no que diz respeito ao desempenho do aluno, acesso e permanência (SOARES et al., 2015).

Gráfico 3. Grau de concordância sobre se a parceria dos órgãos militares com a escola pública contribui para melhoria da qualidade da educação básica com ênfase no acesso, na permanência e na aprendizagem.



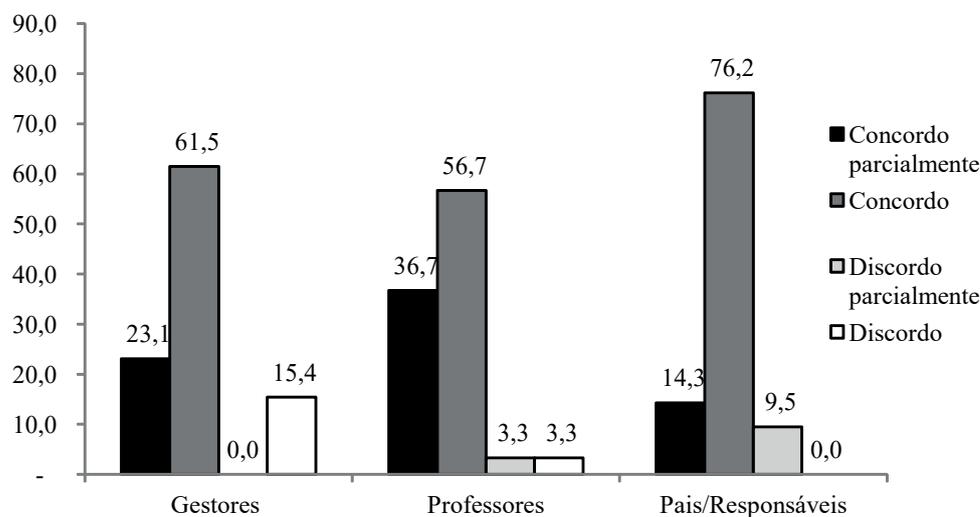
Fonte: Própria do Autor.

Estudo realizado com 21 pais, 13 gestores e 30 professores de duas escolas públicas da rede estadual e municipal da Região Metropolitana do Recife/PE. Estatística: Dados representados em percentual no teste qui-quadrado, $p=0,036$.

No gráfico 4, buscou-se avaliar o grau de concordância dos gestores, professores e pais sobre se os fatores de indisciplina e violência na escola têm comprometido o rendimento escolar dos alunos. No entanto, em nenhum dos graus (Concordo parcialmente, concordo, discordo parcialmente e discordo) houve diferença estatística significativa entre os valores esperados e os valores observados. Os maiores percentuais estão concentrados no grau de concordância “concordo” opinados pelos pais (76,2%), gestores (61,5%) e professores (56,7%).



Gráfico 4. Grau de concordância sobre se os fatores de indisciplina e violência na escola têm comprometido o rendimento escolar dos alunos.



Fonte: Própria do Autor.

Estudo realizado com 21 pais, 13 gestores e 30 professores de duas escolas públicas da rede estadual e municipal da Região Metropolitana do Recife/PE. Estatística: Dados representados em percentual no teste qui-quadrado, $p > 0,05$. Em nenhum dos graus (Concordo parcialmente, concordo, discordo parcialmente e discordo) houve diferença estatística significativa entre os valores esperados e os valores observados.

Tais resultados corroboram com o estudo de Jucie (2017) que investigou a influência da indisciplina no rendimento da aprendizagem de 188 alunos e 25 professores do 6º ano ao 9º ano do Ensino Fundamental do Instituto de Educação na cidade de Guaratinga, Bahia. Os resultados apontaram que 58% dos professores entrevistados mencionaram que a indisciplina interfere no rendimento escolar.

Assim, fica evidenciado que um ambiente de aprendizagem em que não há disciplina, regras, limites e ordem, os alunos apresentaram baixo desempenho na aprendizagem com maior frequência. Conforme explica Jucie (2017, p. 90) “a indisciplina tem incidências no rendimento escolar e que os fatores que geram a indisciplina são oriundos de eventos externos e internos da própria instituição”. Diante desse cenário e pelos dados levantados neste estudo o modelo educacional cívico-militar, pa-

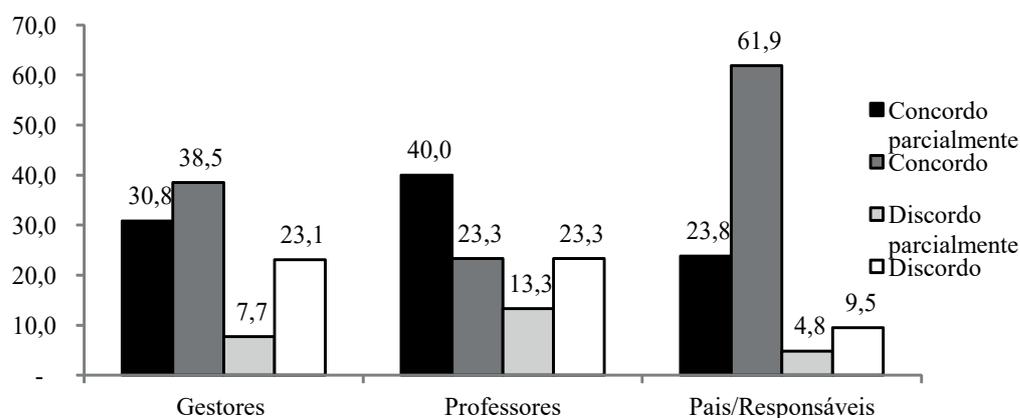


Uma análise da percepção

rece que se apresenta como uma alternativa de enfrentamento aos problemas relacionados a violência e a indisciplina. Isto se deve a proposta metodológica de gestão educacional e pedagógica que esse modelo se aplica no modelo escolar, onde os alunos e professores sabem exatamente seus respectivos papéis, direitos e deveres com total aproveitamento do tempo dedicado a transmissão e assimilação dos conteúdos.

No gráfico 5, buscou-se avaliar o grau de concordância dos gestores, professores e pais sobre se o modelo cívico-militar faz com que o professor se sinta valorizado. Foi possível constatar que, em maior ou menor grau de concordância, 85,7% dos pais, 69,3% dos gestores e 73,3% dos professores concordam que o modelo cívico-militar faz com que o professor se sinta valorizado, havendo diferença estatística significativa ($p=0,042$).

Gráfico 5. Grau de concordância sobre se o modelo cívico-militar faz com que o professor se sinta valorizado.



Fonte: Própria do Autor.

Estudo realizado com 21 pais, 13 gestores e 30 professores de duas escolas públicas da rede estadual e municipal da Região Metropolitana do Recife/PE. Estatística: Dados representados em percentual no teste qui-quadrado, $p=0,042$.

No gráfico 6, quanto ao grau de concordância sobre se o modelo cívico-militar contribui para a valorização de professores, gestores e demais profissionais, em nenhum dos graus (Concordo par-

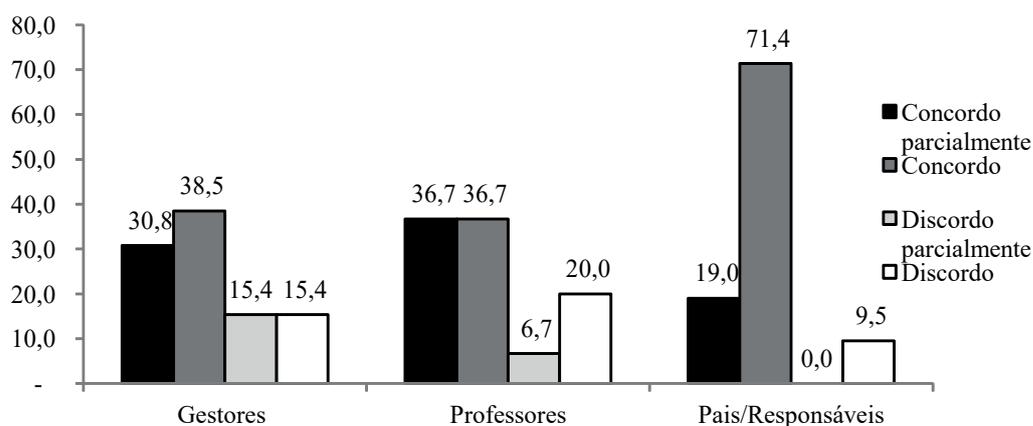


Uma análise da percepção

cialmente, concordo, discordo parcialmente e discordo) houve diferença estatística significativa entre os valores esperados e os valores observados.

Os maiores percentuais estão concentrados no grau de concordância “concordo” opinado pelos pais (71,4%), gestores (38,5%) e professores (36,7%). Em consequência disso, infere-se que, em maior ou menor grau de concordância é possível constatar que, (90,4%) dos pais, (73,4%) dos professores e (69,3%) dos gestores concordam que o Ecim contribui para a valorização de professores.

Gráfico 6. Grau de concordância sobre se o modelo cívico-militar contribui para a valorização de professores, gestores e demais profissionais da educação.



Fonte: Própria do Autor.

Estudo realizado com 21 pais, 13 gestores e 30 professores de duas escolas públicas da rede estadual e municipal da Região Metropolitana do Recife/PE. Estatística: Dados representados em percentual no teste qui-quadrado, $p > 0,05$. Em nenhum dos graus (Concordo parcialmente, concordo, discordo parcialmente e discordo) houve diferença estatística significativa entre os valores esperados e os valores observados.

Isso significa dizer que com o modelo educacional cívico-militar o ambiente escolar vai promover para o corpo docente, gestores e demais profissionais uma estrutura organizada, formação continuada, recursos pedagógicos, sala de aula sem excesso de aluno, melhores salários, segurança e respeito à figura do professor e dos agentes educacionais. Em um estudo desenvolvido pelo Instituto Checon, foi constatado que as escolas cívico-militares quando avaliadas numa escala de zero de 0 a



Uma análise da percepção

10 apresentaram um índice de 8,3 referente ao aspecto “respeito ao professor” (BRASIL, 2019). Dessa forma, a escola cívico-militar se preocupa com a formação dos docentes, com a qualidade de vida dos profissionais, o que possivelmente, proporcione o estado de bem-estar e qualidade no trabalho docente. Atualmente, grande parte dos professores tem debitado seu tempo em atribuições que não é de sua competência, mas que seria de um pedagogo, psicopedagogo e psicólogo, pois o atual modelo de escola pública sobrecarrega o corpo docente com atividades que deveria ser de competência de outro profissional. Isso faz com que se reduza o rendimento do professor, uma vez que tenha que interromper seu planejamento, para desenvolver atividades inerentes a outros setores, assim como resolver problemas familiares de alunos, questões de bullying, problemas emocionais etc. Sendo assim, o modelo cívico-militar apresenta uma proposta que terá uma equipe para lidar com assuntos específicos dos alunos, “preservando as atribuições exclusivas dos docentes” (BRASIL, 2019, online) e otimizando qualitativamente o tempo em sala de aula para o processo de ensino aprendizagem.

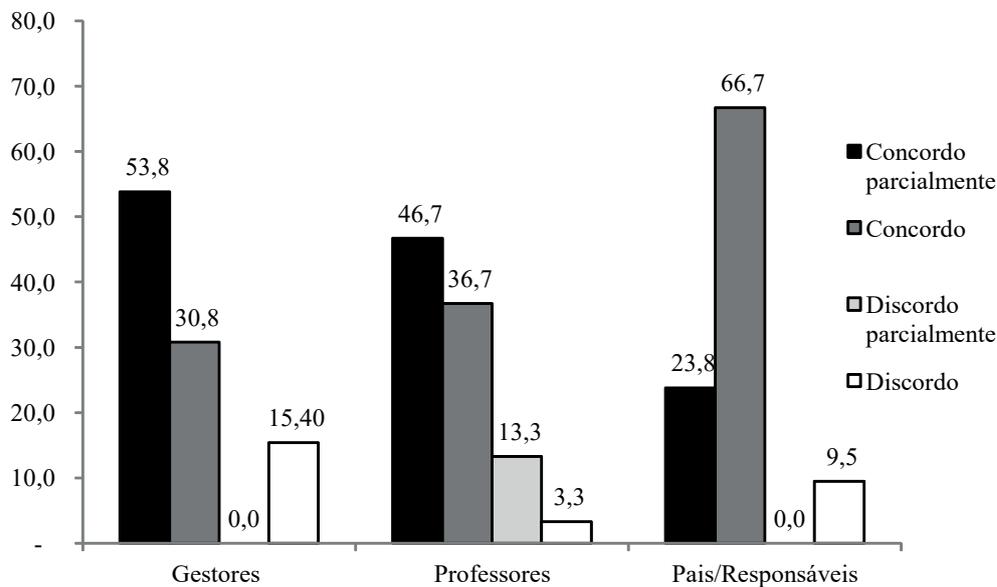
Os gráficos 7 e 8, aparentemente, apresentam similaridade nos quesitos “rendimento escolar” “desempenho escolar”, respectivamente. Contudo, enquanto no gráfico 8 o desempenho escolar é consequente da melhoria da aprendizagem, no gráfico 7, o rendimento escolar é resultado da prevenção ou diminuição da violência no ambiente escolar, o qual, uma vez livre sem a necessidade de intervenções por parte dos docentes, possibilitará a prevalência de um ambiente sadio e propício a transmissão e a consequente assimilação de conteúdos.

No gráfico 7, avaliou-se o grau de concordância dos gestores, professores e pais sobre se o modelo cívico-militar contribui para a prevenção da violência no ambiente escolar e melhoria do rendimento escolar. Assim os resultados evidenciaram que 66,7% dos pais concordam. Em maior e menor grau constatou-se que, 84,6% dos gestores e 83,4% dos professores concordam, havendo dife-



rença estatística significativa ($p=0,024$).

Gráfico 7. Grau de concordância sobre se o modelo cívico-militar contribui para a prevenção da violência no ambiente escolar e melhoria do rendimento escolar.



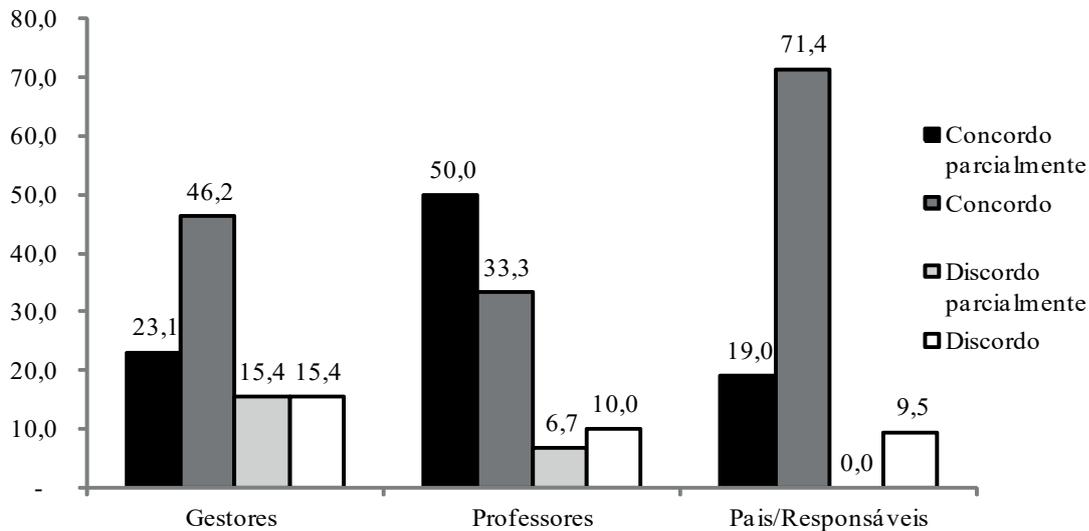
Fonte: Própria do Autor.

Estudo realizado com 21 pais, 13 gestores e 30 professores de duas escolas públicas da rede estadual e municipal da Região Metropolitana do Recife/PE. Estatística: Dados representados em percentual no teste qui-quadrado, $p=0,024$.

No gráfico 8, buscou-se investigar o grau de concordância sobre se o modelo cívico-militar contribui para a melhoria da aprendizagem do aluno resultando em um bom desempenho escolar. Em nenhum dos graus (Concordo parcialmente, concordo, discordo parcialmente e discordo) houve diferença estatística significativa entre os valores esperados e os valores observados. Os maiores percentuais estão concentrados no grau de concordância “concordo”, opinados pelos pais (71,4%) e gestores (46,2%). Quanto aos professores verificou-se que, em maior e menor grau 83,3% deles concordam que o Ecim contribui para a melhoria da aprendizagem e consequente desempenho dos alunos.



Gráfico 8. Grau de concordância sobre se o modelo cívico-militar contribui para a melhoria da aprendizagem do aluno resultando em um bom desempenho escolar.

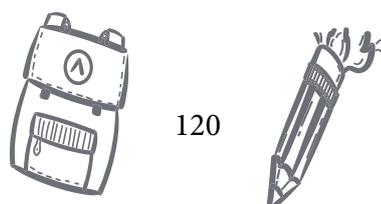


Fonte: Própria do Autor.

Estudo realizado com 21 pais, 13 gestores e 30 professores de duas escolas públicas da rede estadual e municipal da Região Metropolitana do Recife/PE. Estatística: Dados representados em percentual no teste qui-quadrado, $p > 0,05$. Em nenhum dos graus (Concordo parcialmente, concordo, discordo parcialmente e discordo) houve diferença estatística significativa entre os valores esperados e os valores observados.

Os estudos de Cruz (2017) reconhecem que as regras de disciplina pelo modelo cívico-militar, a estrutura didático-pedagógica possivelmente, leva os alunos a construção do autogoverno. Entende-se que pode prevenir o comportamento indisciplinar e violento. Sendo assim, nota-se que o modelo cívico-militar por meio do regime de regras e disciplina pode prevenir a violência escolar, melhorando o processo de ensino e aprendizagem, proporcionando um bom desempenho escolar. Uma vez que a escola cívico-militar apresenta uma estrutura diferenciada das demais escolas públicas, baseada em um sistema de ensino estruturado, possivelmente, haverá uma garantia na melhoria da qualidade da educação (HAGUETTE, 2016).

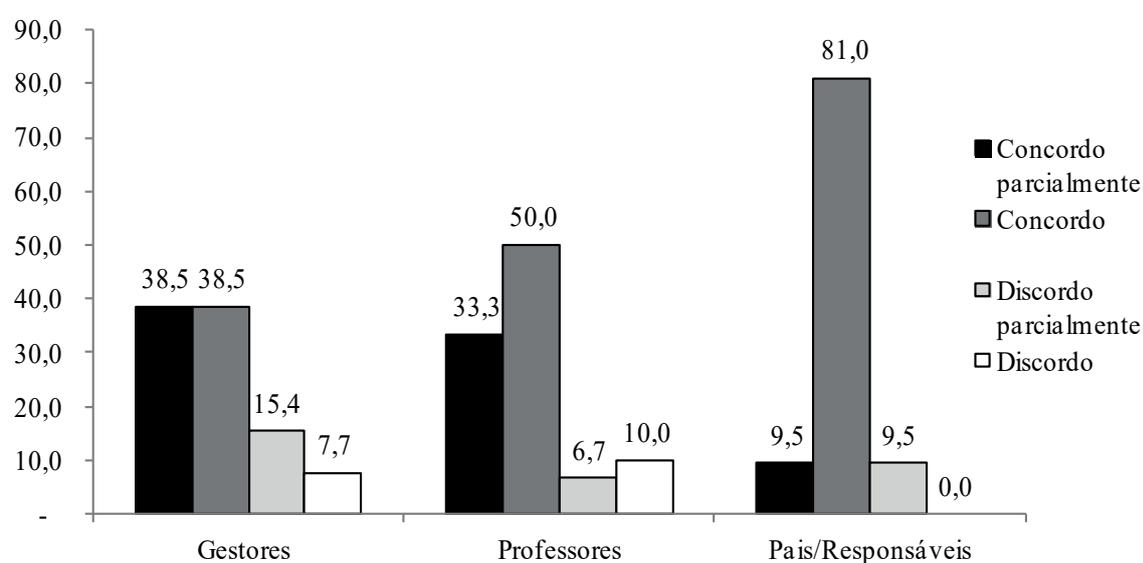
Além do modelo cívico-militar contribuir para a redução da violência, da indisciplina e melhoramento do rendimento escolar, os resultados evidenciados neste estudo apontam, no gráfico 9,



Uma análise da percepção

que o modelo também pode contribuir significativamente para a promoção dos valores morais, cívicos e patrióticos da sociedade. Aponta-se que cerca de 81% dos pais e 50% dos professores concordam com essas premissas. Quanto aos gestores, verificou-se que, em maior e menor grau, 77% deles concordam que o Ecim contribui para a promoção dos valores morais, cívicos e patrióticos da sociedade, havendo diferença estatística significativa ($p=0,031$). Estudos de Santos e Vieira (2019) corroboram com os resultados encontrados neste estudo, quando mencionam que a cultura cívico-militar se apresenta como uma mola propulsora para moldar o comportamento do aluno, na perspectiva da construção moral, ética e cidadã.

Gráfico 9. Grau de concordância sobre se o modelo cívico-militar contribui para a promoção dos valores morais, cívicos e patrióticos da sociedade.



Fonte: Própria do Autor.

Estudo realizado com 21 pais, 13 gestores e 30 professores de duas escolas públicas da rede estadual e municipal da Região Metropolitana do Recife/PE. Estatística: Dados representados em percentual no teste qui-quadrado, $p=0,031$.

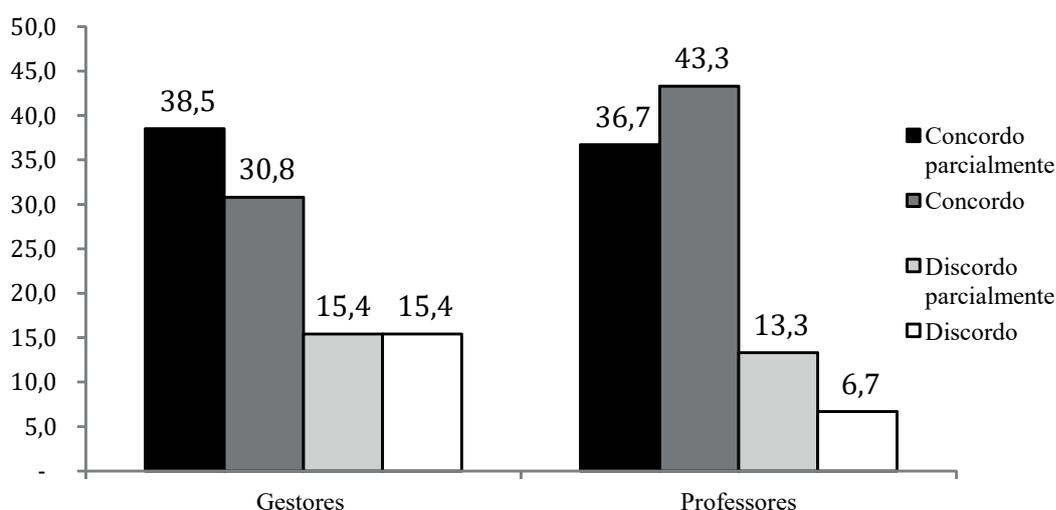
No gráfico 10, ao investigar o grau de concordância dos gestores e professores sobre se o modelo cívico-militar pode melhorar o desempenho dos alunos da escola pública nas avaliações externas de larga escala (Pisa, Enem etc.), foi possível identificar que em nenhum dos graus (Concordo



Uma análise da percepção

parcialmente, concordo, discordo parcialmente e discordo) houve diferença estatística significativa entre os valores esperados e os valores observados. Porém, foi possível constatar que, em maior ou menor grau de concordância, 80% dos professores e 69,3% dos gestores concordam que o Ecim pode melhorar o desempenho dos alunos da escola pública nas avaliações externas de larga escala.

Gráfico 10. Grau de concordância sobre se o modelo cívico-militar pode melhorar o desempenho dos alunos da escola pública nas avaliações externas de larga escala (Pisa, Enem etc.).



Fonte: Própria do Autor.

Estudo realizado com 13 gestores e 30 professores de duas escolas públicas da rede estadual e municipal da Região Metropolitana do Recife/PE. Estatística: Dados representados em percentual no teste qui-quadrado, $p > 0,05$. Em nenhum dos graus (Concordo parcialmente, concordo, discordo parcialmente e discordo) houve diferença estatística significativa entre os valores esperados e os valores observados.

Há achados na literatura (PUREZA, 2018), ressaltando que a escola que apresenta uma proposta pedagógica e administrativa baseada na gestão militar tem apresentado as melhoras médias no IDEB, nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), a média passou de 3,3 para 7,7. Nos anos finais (6º ao 9º ano), foi de 3,1 para 6,0. O índice de reprovação, de 15,2% em 2012, foi zerado no ano de 2014 e os alunos começaram a ganhar títulos em disputas escolares, como a Olimpíada Brasi-

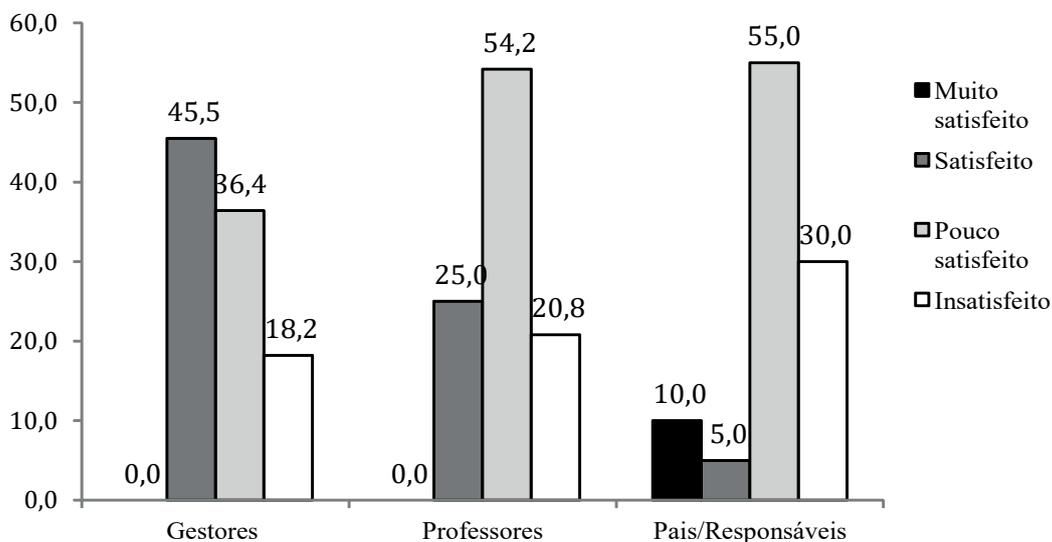


Uma análise da percepção

leira de Matemática. Dessa forma, percebem que professores e gestores, neste estudo, apontam que o modelo cívico-militar pode contribuir para uma educação de qualidade, proporcionando um processo de ensino e aprendizagem eficiente e contribui para aumentar as chances dos alunos nos variados processos seletivos para ingresso em instituições públicas e privadas, além de elevar os indicadores de desempenho educacional do país.

No gráfico 11, ao indagar os gestores, professores e pais sobre o nível de satisfação com o modelo educacional atual da escola pública, o estudo constatou que 55% dos pais, 54,2% dos professores e 36,4% dos gestores estão pouco satisfeitos, havendo diferença estatística significativa ($p=0,005$). Os dados também mostram que 30,0% dos pais, 20,8% dos professores e 18,2% dos gestores estão insatisfeitos. Numa avaliação global, o estudo mostra que, em maior ou menor grau, 85,0% dos pais, 75,0% dos professores e 54,6% dos gestores não estão satisfeitos com o atual modelo educacional das escolas públicas.

Gráfico 11. Nível de satisfação como o modelo educacional da escola pública.



Uma análise da percepção

Fonte: Própria do Autor.

Estudo realizado com 21 pais, 13 gestores e 30 professores de duas escolas públicas da rede estadual e municipal da Região Metropolitana do Recife/PE. Estatística: Dados representados em percentual no teste qui-quadrado, $p=0,005$.

Tais resultados ratificam os estudos de Lapo e Buenos (2003), que investigaram os motivos de abandono e insatisfação do magistério com 158 ex-professores, contudo, apenas 29 retornaram a pesquisa. No entanto, foi possível constatar que o nível de insatisfação dos ex-professores com a profissão, estava atrelado às situações precárias e péssimas condições de trabalho presente no modelo educacional. Possivelmente, tais condições estão ligadas à falta de estrutura adequada, o excesso de alunos em sala de aula, a insuficiência de formação de professores, o excesso de tarefas extracurriculares, a falta de recursos, a falta de segurança no espaço escolar, o baixo salário, o estresse diário com a violência escolar, a indisciplina de alunos, a falta de valores, a falta de respeito, o baixo rendimento escolar dos alunos, as dificuldades de aprendizagem, a ausência da família no acompanhamento do desempenho do filho, a demanda dos projetos escolares, entre outros fatores. São esses tipos de insatisfação que levam à desmotivação do professor em executar um processo de ensino visando à qualidade na aprendizagem. Desta feita, a dinâmica da docência se torna supérflua gerando o desinteresse do aluno, o que acarreta o abandono e evasão escolar, pois o professor tem um papel importante como agente motivar para os alunos. Seu interesse ou desânimo pela docência pode refletir no interesse dos alunos.

É partindo dos resultados encontrados e dos pressupostos supracitados que este estudo visa defender a implantação do modelo educacional de escolas cívico-militares para estruturar o sistema administrativo e didático-pedagógico nas escolas públicas. O que parece ser uma excelente alternativa para resolver os problemas do sistema educacional atual.



CONSIDERAÇÕES FINAIS



Uma análise da percepção

Este trabalho é fruto de uma análise da percepção docente, gestora e familiar da qualidade da educação básica em escolas públicas em defesa do modelo educacional cívico-militar, realizada em duas escolas públicas da Região Metropolitana do Recife, Pernambuco. Partindo do ponto de vista complexo das questões discutidas, tratadas e, sobretudo, dos dados analisados no universo deste estudo, foi possível formular uma síntese conclusiva, apresentando um conjunto de conclusões na tentativa de mostrar a dimensão do olhar sobre a percepção docente, gestora e familiar acerca da qualidade da educação básica em escolas públicas e a concepção do modelo educacional cívico-militar na visão desses atores frente aos problemas identificados por eles. Foi possível constatar neste trabalho, que os problemas enfrentados na escola pública estão atrelados ao baixo interesse dos alunos pelos estudos e falta de estrutura adequada, significativamente, bem como estão ligados à grande dificuldade em geral de aprendizagem, grande dificuldade de leitura, bullying, indisciplina, desestruturação familiar, baixa escolaridade familiar dos alunos e baixa renda familiar. Evidenciou-se, também, que os motivos que têm gerado o abandono escolar estão associados à dificuldade de aprendizagem, desinteresse do aluno, em geral, baixa renda familiar, desestruturação familiar, problemas com drogas, baixa escolaridade familiar e necessidade de trabalhar.

Constatou-se neste estudo que grande parte dos professores e gestores compreende a diferença entre o modelo da escola militar e cívico-militar. Evidenciou-se que o modelo cívico-militar contribuiu para a melhoria do comportamento de alunos no ambiente familiar, escolar e social, significativamente. Constatou-se também a relevância da parceria dos órgãos militares com a escola pública para melhoria da qualidade da educação básica com ênfase no acesso, na permanência e na aprendizagem, significativamente. Revelou-se que os fatores de indisciplina e violência na escola têm comprometido o rendimento escolar dos alunos. Comprovou-se que modelo educacional cívico-



Uma análise da percepção

-militar faz com que o professor se sinta valorizado, significativamente, bem como contribui para a valorização também de gestores e demais profissionais educação.

O estudo apontou que Ecim contribui para a prevenção da violência no ambiente escolar e melhoria do rendimento escolar, significativamente. Assim como contribui para um bom desempenho escolar. Destacou que o modelo educacional cívico-militar pode promover valores morais, cívicos e patrióticos da sociedade, significativamente, bem como pode melhorar o desempenho dos alunos da escola pública nas avaliações externas de larga escala. E evidenciou que grande parte dos professores e pais/responsáveis estão insatisfeitos com o modelo educacional da escola pública, significativamente.

Os resultados encontrados ratificam as hipóteses levantadas neste estudo, tais como: a parceria de órgãos militares com a escola pública pode contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica, com ênfase no acesso, na permanência e na aprendizagem; o modelo educacional cívico-militar pode contribuir para a redução de violência e valorização do professor em escolas públicas; o modelo educacional cívico-militar pode contribuir para aumentar o interesse e foco do aluno nas atividades escolares; o modelo educacional cívico-militar pode contribuir para a melhoria das relações do aluno no seio familiar e em sociedade, além de poder prevenir o envolvimento com drogas. Responde o problema de pesquisa, alcançando os objetivos estabelecidos.

Vala salientar que há poucos trabalhos na literatura abordando problemáticas ligadas ao modelo educacional de escola cívico-militar, o que pode abrir um leque para novas investigações, a partir da exploração deste trabalho que objetiva contribuir na vida profissional, social e acadêmica. O interesse é ampliar o universo do conhecimento acerca da escola baseada no modelo cívico-militar e propagar suas contribuições para a formação cidadã de sujeitos educados que valorizam a disciplina,



Uma análise da percepção

os valores éticos e morais, e o respeito às instituições; atributos esses em escassez na atual conjuntura sociopolítica manifestada nas ações dos Poderes da República.

O estudo demonstrou claramente, pelos resultados encontrados, que o modelo educacional de escola cívico-militar possibilita o aprimoramento do processo ensino-aprendizagem, garantindo um desenvolvimento permanente e eficaz na perspectiva de uma educação de qualidade.

Devido ao fato desta pesquisa ter sido, quanto aos objetivos, exploratória, não se pode generalizar estes resultados. Contudo, é extremamente importante e relevante a realização de novas pesquisas com um número maior de sujeitos (professores, pais, gestores, funcionários e alunos) e acrescentar a interferência de outras variáveis, tais como: o processo de avaliação, interação, evasão, metodologias de ensino, planejamento, gestão, entre outros aspectos que compete à área, visando o enriquecimento da comunidade acadêmica e civil com novos conhecimentos científicos. O estudo realizado é apenas uma amostra da necessidade de melhor compreender como anda a qualidade da educação básica das escolas públicas e sugere como melhoria a implantação do Ecim.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



Uma análise da percepção

ASSUNÇÃO, A. A.; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. *Educ. Soc.* 30(107): 349-372, 2009.

ALBUQUERQUE, E. E.; COSTA, S. L.; RIBAS, V. R.; ALMEIDA, P. I. L.; LOPES, E. M. N.; FILHO, E. M.; SIQUEIRA, C. N.; ANDRADE, P. H. S.; GOMES, M. D. O.; MANHÃES DE CASTRO, R. Professores do Ensino Fundamental do Município de Quipapá/PE Apresentam Estresse. *Neurobiologia*, 73 (1): 117-125, 2010.

ALVES, A. J. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 77, p. 53-61, maio, 1991.

ABREU, R. N. Os oficiais do exército brasileiro e a formação da elite intelectual sergipana no século XIX (1822-1889). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Núcleo de Pós- Graduação em Educação. 2006.

ABRUCIO, F. L. Gestão escolar e qualidade da Educação: um estudo sobre dez escolas paulistas. *Estudos & Pesquisas Educacionais – Fundação Victor Civita*, 2010. Disponível em:< [abrucio_-_gestao_escolar_e_qualidade_da_educacao_um_estudo_sobre_dez_escolas_paulistas.pdf](#)>. Acesso em: 11/05/2020.

AMAN-ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. A Criação da Academia Real Militar. *Revista do Clube Militar*, Rio de Janeiro: n. 439, nov./jan. 2011, pp. 24-25.

ARANHA, M. L. A. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil. 3ed. São Paulo: Moderna, 2006.



Uma análise da percepção

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BULMER, M. Sociological research methods. London: Macmillan, 1977.

BARTUNEK, J. M.; SEO, M. Qualitative research can add new meanings to quantitative research. *Journal of Organizational Behavior*, v. 23, n.2, , mar., 2002.

BEHRENS, M. A. A prática pedagógica e o Desafio do Paradigma Emergente. *Revista brasileira*. 80 (196): 383-403, 1999.

BORDENAVE, J. E. D. Alguns fatores pedagógicos. In: *Capacitação em Desenvolvimento de Recursos Humanos Cadrhu* (J. P. Santana & J. L. Castro, org.), pp. 261-268, Natal: Ministério da Saúde/ Organização Pan-Americana da Saúde/ Editora da UFRN, 1999.

BARTH, B. N. D. Histórias de professores de matemática do colégio militar de Curitiba. 2014. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática), Universidade Federal do Paraná, 2016.

BONUMÁ, A. S. Representações do trabalho docente no sistema de ensino militar a partir da perspectiva do interacionismo sociodiscursivo. 2013. Disponível em: https://www.ucpel.tche.br/senale/cd_senale/2013/Textos/trabalhos/16.pdf. Acesso em: 22/02/ 2020.

BRASIL. Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019d. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Decreto/D10195.htm#art8. Acesso em: 20/01/ 2020.



Uma análise da percepção

_____. Ministério da Educação. Entenda as diferenças entre os modelos de escolas cívico-militares propostos pelo MEC. 2019f. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/composi.t/content/article/211-noticias/218175739/81851-entenda-as-diferencas-entre-os-modelos-de-escolas-civico-militares-propostos-pelo-mec?Itemid=164>. Acesso em 20/01/ 2020.

_____. Ministério da Educação. Governo federal lança programa para a implantação de escolas cívico-militares. 2019b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/211-noticias/218175739/79931-governo-federal-lanca-programa-para-a-implantacao-de-escolas-civico-militares>; Acesso em 20/01/ 2020.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05/03/2013.

_____. Decreto n. 9465, de 2 de janeiro de 2019c. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57633286. Acesso em 20/01/ 2020.

_____. Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10004.htm. Acesso em 20/01/ 2020.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

_____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: DOU, 1990.



Uma análise da percepção

_____. Manual das escolas cívico-militares. 2020c. Disponível em: http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/837270/RESPOSTA_PEDIDO_ECIM_Final.pdf. Acesso em: 22/03/ 2020.

_____. Manual das Escolas Cívico-Militares prioriza a formação integral dos estudantes, o projeto pedagógico e a gestão escolar. 2020d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/85211-manual-das-escolas-civico-militares-prioriza-a-formacao-integral-dos-estudantes-o-projeto-pedagogico-e-a-gestao-escolar>. Acesso em: 22/03/2020

_____. Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial. Sistema Colégio Militar do Brasil. 2020e. Disponível em: <http://www.depa.eb.mil.br/sistema-colegio-militar-do-brasil>. Acesso em: 01/03/2020

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

_____. Portaria nº 2.015, de 20 de novembro. 2019e. Disponível em: <https://anup.org.br/legislacao/104925-2/>. Acesso em: 22/03/ 2020.

_____. Portaria Normativa Nº 12/GM-MD, de 29 de janeiro de 2020. 2020a. <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-normativa-n-12/gm-md-de-29-de-janeiro-de-2020-240912926>. Acesso em: 22/03/2020

_____. Saiba quais são as 54 escolas que receberão o modelo cívico-militar do MEC. 2020b. <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/51651-escolas-civico-militares>. Acesso em: 22/03/2020



Uma análise da percepção

BRITO, E. P. P. E.; REZENDE, M. P. Disciplinando a vida, a começar pela escola: a militarização das escolas públicas do estado da Bahia. RBPAE, v. 35, n. 3, p. 844-863, 2019.

BAVARESCO, E.Z; CARVALHO, S. R. Prevenção ao uso indevido de drogas: um desafio para a escola. Paraná: Cadernos PDE, 2016.

CAMBI, F. História da pedagogia. São Paulo: UNESP, 1999.

CASTRO, M. R. O. A valorização docente na perspectiva histórica e atual. Revista Virtual de Iniciação Acadêmica da UFPA .1 1(1): 1-13. 2001.

CARLOTTO, M. S. A síndrome de Burnout e o trabalho docente. Psicologia em Estudo, Maringá, 7 (1): 21-29, 2002.

CORREIA, F. M. S. Participação eventual de atividades noturnas na gênese da depressão em professores da rede municipal de Quipapá/PE, Brasil. [Dissertação de Mestrado], Instituto Superior de Línguas e Administração, Nova Gaia, 2011.

COLLARES, C. L.; MOYSÉS, M. A. A.; GERALDI, J. W. Educação continuada: A política da descontinuidade. Educação & Sociedade, 20: 202-219, 1999.

COUTINHO, K. R.R. A psicologia da Gestalt: aplicabilidade na prática pedagógica da educação de jovens e adultos. Rev. Teoria e Prática da Educação. 11(1): 33-40, 2008.



Uma análise da percepção

CAMPOREZ, P. Número de escolas públicas “militarizadas” no país cresce sob o pretexto de enquadrar os alunos. Revista Época, 23 de julho de 2018. Disponível em <https://epoca.globo.com/numero-de-escolas-publicasmilitarizadas-no-pais-cresce-sob-pretexto-de-enquadrar-os-alunos-22904768>. Acesso em 21/01/ 2020.

CARUSO, E. Ponta do Calabouço - início do século XX: berço fardado dos doutores. Revista do Clube Militar, n. 430, p. 14-16, 2008.

CASTRO, Nicholas Moreira Borges de. “Pedagógico” e “Disciplinar”: o militarismo como prática de governo na educação pública do Estado de Goiás. 2016. 108 f Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília. Brasília, 2016.

CORREIO BRAZILIENSE, Política. Estudante de colégio militar custa três vezes mais aos cofres públicos. 2018. Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/08/26/interna_politica,701983/estudante-de-colegio-militar-custa-tres-vezes-mais-aos-cofres-publicos.shtml. Acesso em: 10/02/ 2020.

CAREGNATO, R.C.A; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2006 Out-Dez; 15(4): 679-84.

DEPA - DIRETORIA DE ENSINO PREPARATÓRIO E ASSISTENCIAL. História. Disponível em: <http://www.depa.eb.mil.br/historico>. Acesso em: 18/02/ 2020.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Regimento Interno dos Colégios Militares. 2011. Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial. Disponível em: http://www.esfcex.eb.mil.br/images/menu_cms/se



Uma análise da percepção

cretaria_ca/legislacao/regulamento_interno_dos_colegios_militares_RICM.pdf. Acessado em 01/02/2020.

GAMA, C. E. M. A Real Academia Militar do Rio de Janeiro e a dimensão transcolonial da cultura militar portuguesa (1810-1822). In: Simpósio Nacional de História – ANPUH, 26, 2011, São Paulo. Anais do Simpósio Nacional de História – ANPUH. Online.

FROEBEL, F. W. A. A educação do Homem. Passo Fundo: UPF, 2001.

GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 2009.

GUIMARÃES, P. C. P. Os novos modelos de gestão militarizadas das escolas estaduais de Goiás. 2017. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC03/mc034.pdf>. Acesso em: 16/01/2020.

HYPOLITO, Á. M. Processo de Trabalho na Escola: algumas categorias para análise. Teoria & Educação. 4: 3-21, 1991.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. 2016.

HAGUETTE, André; PESSOA, Márcio Kleber Morais; VIDAL, Eloísa Maia. Dez escolas, dois padrões de qualidade. Uma pesquisa em dez escolas públicas de Ensino Médio do Estado do Ceará. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.24, n. 92, p. 609-636, jul./set. 2016. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v24n92/1809-4465-ensaio-24-92-0609.pdf>>. Acesso em: 20/05/20.



Uma análise da percepção

INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA. História. Disponível em: <http://www.ime.eb.mil.br/pt/historia.html>. Acesso em: 18/02/ 2020.

JUCIE, A. C. S. A indisciplina e sua influência no rendimento escolar das series finais do ensino fundamental do Instituto de Educação de Guaratinga Bahia, Brasil. Dissertação (Mestrado) - Universidad Autónoma de Asunción. Mestrado em Ciências da Educação, Asunción–Paraguay, 2017.

KRENTZ, L. Magistério: vocação ou profissão? Educação em Revista, 3: 12-16, 1986.

LAPO, F. R; BUENO, B. O. Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério. Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/ 2003 Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 65-88, março/ 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16830.pdf>. Acesso em: 04/05/2020.

LOPES, A. O. Aula expositiva: superando o tradicional. Campinas. SP: 1991.

LUZURIAGA, L. História da educação e da pedagogia. 15ed. São Paulo: Nacional, 1984.

LEAL, F.M. Por Trás dos Portões: a disciplina no colégio militar de Curitiba (1959-1964). Monografia. Universidade Tuiuti do Paraná: Curitiba, 2009. Disponível em: http://www.utp.br/historia/revista_historia/numero_3/link/Fabiana-Maria-Leal.pdf. Acesso em: 02/03/2020.

LUCHETTI, M. S. R. O Ensino no Exército Brasileiro: histórico, quadro atual e reforma. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba Faculdade de Ciências Humanas: Piracicaba, 2006.



Uma análise da percepção

LAKATOS, E. M. Fundamentos De Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. Fundamentos De Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2007.

MATIAS-PEREIRA, J. Manual de Metodologia de Pesquisa Científica. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, G. A. Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas. São Paulo: Atlas, 2007.

MACHADO, N. J. Educação: Projetos e Valores. 6. ed. São Paulo: Escrituras, 2006.

MEIRELLES, J.G. A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821). São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2015, 91 p. ISBN: 978-85-68576-96-0. <https://doi.org/10.7476/9788568576960>.

MENDES, C. F. M. O sistema colégio militar do Brasil: educação formal eficiente como instrumento de fortalecimento da expressão psicossocial do Poder Nacional. Rio de Janeiro, Trabalho de conclusão de curso, Escola Superior de Guerra, 2014.

MENDONÇA, R. Goiás aposta em ‘militarização’ de escolas para vencer violência. 2014. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/bbc/2014/08/26/goias-aposta-em-militarizacao-de-escolas-para-vencer-violencia.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 02/03/2020.

MOTTA, J. Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944. 2. ed. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.



Uma análise da percepção

NEVES, J. Participação militar nas escolas avança no país. 2019. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/participacao-militar-nas-escolas-avanca-no-pais>. Acesso em Acesso em 20/01/ 2020.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. Cadernos de Pesquisas em Administração, v. 1, n.3, 2º sem., 1996.

NERI, Marcelo. Tempo de permanência da escola. Rio de Janeiro: IBIRE, 2009.

NOGUEIRA, J. G. Educação militar no Brasil: um breve histórico. Revista CAMINE: Caminhos da Educação, Franca, v. 6, n. 1, p. 146-172, 2014.

PERNAMBUCO. Portaria Normativa do Comando Geral nº 060, de 13 Agosto de 2010. Disponível em: http://www2.pm.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_1_id=13029&folderId=58114933&name=DLFE-420202.pdf. Acesso: Acesso em: 02/03/2020.

PIRASSINUNGA, A. S. O Ensino Militar no Brasil. Rio de Janeiro: Bibliex, 1958.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOATÃO DOS GUARARAPES. Escola Municipal Natividade Saldanha, do Jaboatão, terá modelo cívico-militar em 2020. 2019. Disponível em: <https://jaboatao.pe.gov.br/escola-municipal-natividade-saldanha-do-jaboatao-tera-modelo-civico-militar-em-2020/>. Acesso em: 02/03/2020.

PUREZA, D. L. V. A viabilidade jurídica para a militarização de escolas públicas. Revista Âmbito Jurídico, n. 168, ano XXI, Janeiro, 2018.



Uma análise da percepção

RÊSES, E. S.; DE PAULO, W. G. A posição de docentes da educação básica acerca da militarização de escolas públicas em Goiás. RBPAAE, v. 35, n. 3, p. 700 - 724, set./dez. 2019.

RIBEIRO, P. R. M. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. Paidéia, Ribeirão Preto, n. 4, p. 15-30, 1993.

ROSA, F. T. Pesquisas educacionais em colégios militares do Brasil: estado da arte. In: Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania, XII, 2012, Florianópolis, Santa Catarina. Anais do VII Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania. Online.

ROSENTAL, Claude; FRÉMONTIER-MURPHY, Camille. Introdução aos Métodos Quantitativos em Ciências Humanas e Sociais. Instituto Piaget, 2001.

SAVANI, D. A pedagogia histórico-crítica. Revista RBBA, Vitória da Conquista V. 3 nº 02 p. 11 a 36 Dezembro/2014.

_____. A pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

_____. História das idéias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.

SANTOS, Amilton Gonçalves dos; VIEIRA, Josenilton Nunes. Colégio da polícia militar Alfredo Vianna: características de uma cultura escolar-militar. RBPAAE - v. 35, n. 3, p. 725 - 744, set./dez. 2019. Disponível em:< <https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/96074/55506>>. Acessado em:



Uma análise da percepção

14/05/2020.

SIMPLÍCIO, S. D. Estudo Sobre a Relação Trabalho e Saúde de Professores da Rede Pública Municipal de São Paulo. [Dissertação de Mestrado], Centro Educacional FIEO, Osasco, Brasil, 2010.

SILVA-FILHO, Raimundo Barbosa; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan.-jun. 2017. Disponível em:< <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/24527/15729>>. Acesso em: 18/05/2020.

SILVA, B. L. P. Um Novo Conceito de Ensino Religioso: para uma formação integral do educando. Ver. Pos. 5. 1-19, 2012.

SILVA, J. L.; OLIVEIRA, W. A.; MORAES, V. S. Contribuições do behaviorismo radical de skinner à atuação pedagógica do professor de alunos autistas. Trabalho apresentado no X Seminário Nacional “O Uno e o Diverso na Educação Escolar”. Uberlândia: MG, 2009.

SILVA; B. R. M.; ARAÚJO, E. R. As escolas militares em Goiás e sua influência na educação dos alunos. Disponível em: <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/1014/1/SILVA,%20Rafhael%20Martins%20Borges.pdf>. Acesso em: 23/03/2020

SOARES, T. M; FERNANDES, N. S; NÓBREGA, M. C; NICOLELLA, A. C. Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. 3, p. 757-772, jul./set. 2015. Disponível:< <https://www.scielo.br/pdf/ep/v41n3/1517-9702-ep-41-3-0757.pdf>>. Acesso: 22/05/2020.



Uma análise da percepção

TAVARES, K. S. A ética castrense e a intervenção militar como recurso de manutenção da ordem institucional. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração História Social das Relações Políticas, da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2009.

VIANNA, F. J. O. Evolução do povo brasileiro. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

ZIMMERMANN, E. Modelos de pedagogia de professores de física: características e desenvolvimento. Cad.Cat.Ens.Fís. 17(2): 150-173, 2000.



ANEXOS



Anexos 1

AUTORIZAÇÃO DOS GESTORES



NATURALIS EDUCAÇÃO SUPERIOR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MESTRADO CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E MULTI-
DISCIPLINARIDADE

AUTORIZAÇÃO

Somos presentes a V. S. para solicitar permissão de realização de pesquisa pelo aluno Cláudio Sales Barbosa, do programa de pós-graduação em mestrado ciências da educação e multidisciplinaridade pela Faculdade Naturalis Educação Superior de Gravatá, trabalho a ser desenvolvido durante o mês de abril e maio de 2020, intitulado “Uma análise da percepção docente, gestora e familiar da qualidade da educação básica em escolas públicas em defesa do modelo cívico-militar”. O estudo será realizado sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Alessandra. Durante o estudo será mantido o anonimato dos participantes deste estudo. Certos de que podemos contar com sua colaboração, colocando-nos à disposição para maiores esclarecimentos do programa de pós-graduação em mestrado ciências da educação e multidisciplinaridade pela Faculdade Naturalis Educação Superior de Gravatá, localizada na Av. Cícero Batista de Oliveira, Gravatá - PE. Ao assinar o termo eletronicamente, o mesmo receberá uma cópia no endereço eletrônico.



Uma análise da percepção

Obrigado pela colaboração.

Pesquisador: Cláudio Sales Barbosa

Orientadora: Alessandra

Gravatá/PE, abril de 2020

Assinatura eletrônica do participante



FORMULÁRIO DE PESQUISA DIRECIONADO AOS GESTORES DE ESCOLAS PÚBLICAS

O formulário de pesquisa direcionado aos gestores e equipe gestora de escolas públicas.

Endereço de e-mail *

lexlucas7@gmail.com

AUTORIZAÇÃO

Somos presentes a V. S. para solicitar permissão de realização de pesquisa pelo aluno Cláudio Sales Barbosa, do programa de pós-graduação em mestrado ciências da educação e multidisciplinaridade pela Faculdade Naturalis Educação Superior de Gravatá, trabalho a ser desenvolvido durante o mês de abril e maio de 2020, intitulado "Uma análise da concepção docente, gestora e familiar da qualidade da educação básica em escolas públicas em defesa do modelo cívico-militar". O estudo será realizado sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Alessandra. Durante o estudo será mantido o anonimato dos participantes deste estudo. Certos de que podemos contar com sua colaboração, colocando-nos à disposição para maiores esclarecimentos do programa de pós-graduação em mestrado ciências da educação e multidisciplinaridade pela Faculdade Naturalis Educação Superior de Gravatá. Ao assinar o termo eletronicamente, o mesmo receberá uma cópia no endereço eletrônico.

Obrigado pela colaboração.

Pesquisador: Cláudio Sales Barbosa
Orientadora: Profa Dr. Alessandra.
Gravatá/PE, abril de 2020.

Assinatura eletrônica do gestor e equipe gestora

AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA *

Autorizo a realização da pesquisa nesta unidade de ensino



FORMULÁRIO DE PESQUISA DIRECIONADO AOS GESTORES DE ESCOLAS PÚBLICAS

O formulário de pesquisa direcionado aos gestores e equipe gestora de escolas públicas.

Endereço de e-mail *

robertosilva2441780@gmail.com

AUTORIZAÇÃO

Somos presentes a V. S. para solicitar permissão de realização de pesquisa pelo aluno Cláudio Sales Barbosa, do programa de pós-graduação em mestrado ciências da educação e multidisciplinaridade pela Faculdade Naturalis Educação Superior de Gravatá, trabalho a ser desenvolvido durante o mês de abril e maio de 2020, intitulado "Uma análise da concepção docente, gestora e familiar da qualidade da educação básica em escolas públicas em defesa do modelo cívico-militar". O estudo será realizado sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Alessandra. Durante o estudo será mantido o anonimato dos participantes deste estudo. Certos de que podemos contar com sua colaboração, colocando-nos à disposição para maiores esclarecimentos do programa de pós-graduação em mestrado ciências da educação e multidisciplinaridade pela Faculdade Naturalis Educação Superior de Gravatá. Ao assinar o termo eletronicamente, o mesmo receberá uma cópia no endereço eletrônico.

Obrigado pela colaboração.

Pesquisador: Cláudio Sales Barbosa
Orientadora: Profa Dr. Alessandra.
Gravatá/PE, abril de 2020.

Assinatura eletrônica do gestor e equipe gestora

AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA *

Autorizo a realização da pesquisa nesta unidade de ensino



Anexos 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



NATURALIS EDUCAÇÃO SUPERIOR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MESTRADO CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E MULTI-DISCIPLINARIDADE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Senhor (a) está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa acadêmica, intitulada “Uma análise da percepção docente, gestora e familiar da qualidade da educação básica em escolas públicas, em defesa do modelo cívico-militar. Nesta pesquisa, pretendemos realizar uma análise da concepção do professor, do gestor e dos pais e responsáveis sobre a qualidade da educação básica em escolas públicas, em defesa do modelo cívico-militar. A sua participação no estudo é voluntária, anônima e não remunerada. Se decidir participar, será pedido que responda a algumas questões, contudo pode desistir a qualquer altura, sem necessidade de qualquer justificativa. Os dados colhidos neste estudo serão processados para a elaboração de uma Dissertação de Mestrado que estará disponível mais tarde na Faculdade Naturalis Educação Superior. O Senhor(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Se desejar participar, deve assinar o campo eletrônico abaixo DECLARANDO



Uma análise da percepção

que concorda e está consentindo em participar da pesquisa eletrônica. Ao término da pesquisa e no ato do envio eletrônico você receberá uma cópia deste termo eletronicamente.

Obrigado pela colaboração.

Pesquisador: Cláudio Sales Barbosa

Orientadora: Alessandra

Gravatá/PE, abril de 2020

Assinatura eletrônica do participante



Uma análise da percepção

30/05/2020

FORMULÁRIO DE PESQUISA DIRECIONADO AOS GESTORES DE ESCOLAS PÚBLICAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O Senhor (a) está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa acadêmica, intitulada "Uma análise da concepção docente, gestora e familiar da qualidade da educação básica em escolas públicas, em defesa do modelo cívico-militar. Nesta pesquisa, pretendemos realizar uma análise da concepção do professor, do gestor e dos pais e responsáveis sobre a qualidade da educação básica em escolas públicas, em defesa do modelo cívico-militar. A sua participação no estudo é voluntária, anônima e não remunerada. Se decidir participar, será pedido que responda a algumas questões, contudo pode desistir a qualquer altura, sem necessidade de qualquer justificativa. Os dados colhidos neste estudo serão processados para a elaboração de uma Dissertação de Mestrado que estará disponível mais tarde na Faculdade Naturalis Educação Superior. O Senhor(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Se desejar participar, deve assinar o campo eletrônico abaixo DECLARANDO que concorda e está consentindo em participar da pesquisa eletrônica. Ao término da pesquisa e no ato do envio eletrônico você receberá uma cópia deste termo eletronicamente.

Obrigado pela colaboração.

Pesquisador: Cláudio Sales Barbosa
Orientadora: Profa Dr. Alessandra.
Gravatá/PE, abril de 2020.

Assinatura eletrônica do participante

Declaro que estou de acordo em participar deste estudo. *

Declaro que estou de acordo em participar deste estudo.

IDENTIFICAÇÃO

Idade: *

43

Gênero: *

- Feminino
 Masculino
 Prefiro não dizer



150



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O Senhor (a) está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa acadêmica, intitulada "Uma análise da concepção docente, gestora e familiar da qualidade da educação básica em escolas públicas, em defesa do modelo cívico-militar. Nesta pesquisa, pretendemos realizar uma análise da concepção do professor, do gestor e dos pais e responsáveis sobre a qualidade da educação básica em escolas públicas, em defesa do modelo cívico-militar. A sua participação no estudo é voluntária, anônima e não remunerada. Se decidir participar, será pedido que responda a algumas questões, contudo pode desistir a qualquer altura, sem necessidade de qualquer justificativa. Os dados colhidos neste estudo serão processados para a elaboração de uma Dissertação de Mestrado que estará disponível mais tarde na Faculdade Naturalis Educação Superior. O Senhor(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Se desejar participar, deve assinar o campo eletrônico abaixo DECLARANDO que concorda e está consentindo em participar da pesquisa eletrônica. Ao término da pesquisa e no ato do envio eletrônico você receberá uma cópia deste termo eletronicamente.

Obrigado pela colaboração.

Pesquisador: Cláudio Sales Barbosa
Orientadora: Profa Dr. Alessandra.
Gravatá/PE, abril de 2020.

Assinatura eletrônica do participante

Declaro que estou de acordo em participar deste estudo. *

Declaro que estou de acordo em participar deste estudo.

IDENTIFICAÇÃO

Idade: *

42

Gênero: *

- Feminino
 Masculino
 Prefiro não dizer



Anexos 3

QUESTIONÁRIO



NATURALIS EDUCAÇÃO SUPERIOR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MESTRADO CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E MULTI-
DISCIPLINARIDADE

Pesquisador: Cláudio Sales Barbosa

Orientadora: Prof^a Dr. Alessandra

Título da pesquisa: “Uma análise da percepção docente, gestora e familiar sobre a qualidade da educação básica em escolas públicas, em defesa do modelo cívico-militar”

QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES

IDENTIFICAÇÃO

Idade:

Gênero: () M () F () Não identificado

Tempo de atuação:

Formação:



Uma análise da percepção

1- Enquanto docente, informe se você identifica alguns dos problemas abaixo enfrentados na escola onde você atua.

- Grande dificuldade em geral de aprendizagem
- Grande dificuldade de leitura
- Violência escolar
- Bullying
- Indisciplina
- Abandono escolar
- Falta de respeito do aluno para com professor e demais profissionais da escola
- Baixo interesse dos alunos pelos estudos
- Falta de recursos materiais e humanos
- Falta de estrutura adequada
- Consumo de drogas
- Desestruturação familiar
- Baixa escolaridade familiar dos alunos
- Baixa renda familiar
- Outros _____
- Não identifico nenhum dos problemas citados.

2- De acordo com a realidade da sua escola você considera o índice de abandono escolar.

- Baixo
- Médio
- Alto



Uma análise da percepção

Inexistente

3 - Na sua opinião, caso não seja considerado inexistente, quais motivos têm gerado o abandono escolar na escola que você atua?

Violência escolar

Dificuldades de aprendizagem

Desinteresse do aluno, em geral

Baixa renda familiar

Desestruturação familiar

Problemas com drogas

Baixa escolaridade familiar

Necessidade de trabalhar

Outros _____

Não identifico nenhum dos problemas citados.

4- De acordo com a realidade da sua escola você considera o índice de violência escolar

Baixo

Médio

Alto

Inexistente

5- Na sua opinião, caso não seja considerado inexistente, com que frequência você interrompe a aula



Uma análise da percepção

para chamar a atenção do aluno por indisciplina, falta de atenção, brincadeiras e violência em sala de aula?

- Sempre
- Quase sempre
- Raramente
- Nunca

6- Você compreende a diferença entre o modelo da escola cívico-militar e escola militar?

- Sim Não Pouco

7- Como você percebe uma escola militar?

8- Como você percebe o modelo escola cívico-militar?

9- Como você vê o processo de parceria dos órgãos militares com a escola pública?

10- A parceria dos órgãos militares, tais como: bombeiro, polícia militar, marinha, exército e aeronáutica com a escola pública pode contribuir para melhorar a qualidade da educação básica com ênfase no acesso, na permanência e na aprendizagem.

- Concordo parcialmente
- Concordo
- Discordo parcialmente



Uma análise da percepção

Discordo

11- Os fatores de indisciplina e violência na escola tem comprometido o rendimento escolar dos alunos.

Concordo parcialmente

Concordo

Discordo parcialmente

Discordo

12- O cívico-militar faz com que o professor se sinta valorizado.

Concordo parcialmente

Concordo

Discordo parcialmente

Discordo

13- O modelo cívico-militar contribui para a prevenção da violência no ambiente escolar e melhoria do rendimento escolar.

Concordo parcialmente

Concordo

Discordo parcialmente

Discordo



Uma análise da percepção

14- O modelo cívico-militar contribui para a melhoria do comportamento de alunos no ambiente familiar, escolar e social.

Concordo parcialmente

Concordo

Discordo parcialmente

Discordo

15- O modelo cívico-militar contribui para a valorização de professores, gestores e demais profissionais.

Concordo parcialmente

Concordo

Discordo parcialmente

Discordo

16- O modelo cívico-militar contribui para a melhoria da aprendizagem do aluno resultando em um bom desempenho escolar.

Concordo parcialmente

Concordo

Discordo parcialmente

Discordo

17- O cívico-militar contribui para a promoção dos valores morais, cívicos e patrióticos da sociedade.



Uma análise da percepção

Concordo parcialmente

Concordo

Discordo parcialmente

Discordo

18- O modelo cívico-militar pode melhorar o desempenho dos alunos da escola pública nas avaliações externas de larga escala (Pisa, Enem etc).

Concordo parcialmente

Concordo

Discordo parcialmente

Discordo





NATURALIS EDUCAÇÃO SUPERIOR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MESTRADO CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E MULTI-DISCIPLINARIDADE

Pesquisador: Cláudio Sales Barbosa

Orientadora: Alessandra

Título da pesquisa: “Uma análise da percepção docente, gestora e familiar da qualidade da educação básica em escolas públicas em defesa do modelo cívico-militar”

QUESTIONÁRIO PARA EQUIPE GESTORA

IDENTIFICAÇÃO

Idade:

Gênero: () M () F () Não identificado

Tempo de atuação:

Formação:

Atua na área: Periférica () Rural () Urbana ()

O nível socioeconômico dos alunos que sua escola recebe é de: () Alto () Médio-alto () Médio () Médio-baixo () Baixo



Uma análise da percepção

1- Enquanto gestor, informe se você identifica alguns dos problemas abaixo enfrentados na escola onde você atua.

- Grande dificuldade em geral de aprendizagem
- Grande dificuldade de leitura
- Violência escolar
- Bullying
- Indisciplina
- Abandono escolar
- Falta de respeito do aluno para com professor e demais profissionais da escola
- Baixo interesse dos alunos pelos estudos
- Falta de recursos materiais e humanos
- Falta de estrutura adequada
- Problemas com drogas
- Desestruturação familiar
- Baixa escolaridade familiar dos alunos
- Baixa renda familiar
- Outros _____
- Não identifico nenhum dos problemas citados.

2- De acordo com a realidade da sua escola você considera o índice de abandono escolar.

- Baixo
- Médio



Uma análise da percepção

- Alto
- Inexistente

3 - Na sua opinião, caso não seja considerado inexistente, quais motivos têm gerado o abandono escolar na escola que você atua?

- Violência escolar
- Dificuldades de aprendizagem
- Desinteresse do aluno, em geral
- Baixa renda familiar
- Desestruturação familiar
- Problemas com drogas
- Baixa escolaridade familiar
- Necessidade de trabalhar
- Outros _____
- Não identifico nenhum dos problemas citados.

4- De acordo com a realidade da sua escola você considera o índice de violência escolar

- Baixo
- Médio
- Alto
- Inexistente



Uma análise da percepção

5- Você compreende a diferença entre o modelo da escola cívico-militar e escola militar?

Sim Não Pouco

6- Como você percebe uma escola militar?

7- Como você percebe o modelo escola cívico-militar?

8- Como você vê o processo de parceria dos órgãos militares com a escola pública?

9- A parceria dos órgãos militares, tais como: bombeiro, polícia militar, marinha, exército e aeronáutica com a escola pública contribuiria para melhorar a qualidade da educação básica com ênfase no acesso, na permanência e na aprendizagem.

Concordo parcialmente

Concordo

Discordo parcialmente

Discordo

10- Os fatores de indisciplina e violência na escola tem comprometido o rendimento escolar dos alunos.

Concordo parcialmente

Concordo

Discordo parcialmente



Uma análise da percepção

Discordo

11- O cívico-militar faz com que o professor se sinta valorizado.

Concordo parcialmente

Concordo

Discordo parcialmente

Discordo

12- O modelo cívico-militar contribui para a prevenção da violência no ambiente escolar e melhoria do rendimento escolar.

Concordo parcialmente

Concordo

Discordo parcialmente

Discordo

13- O modelo cívico-militar contribui para a melhoria do comportamento de alunos no ambiente familiar, escolar e social.

Concordo parcialmente

Concordo

Discordo parcialmente

Discordo

14- O modelo cívico-militar contribui para a valorização de professores, gestores e demais profissio-



Uma análise da percepção

nais.

Concordo parcialmente

Concordo

Discordo parcialmente

Discordo

15- O modelo cívico-militar contribui para a melhoria da aprendizagem do aluno resultando em um bom desempenho escolar.

Concordo parcialmente

Concordo

Discordo parcialmente

Discordo

16- O cívico-militar contribui para a promoção dos valores morais, cívicos e patrióticos da sociedade.

Concordo parcialmente

Concordo

Discordo parcialmente

Discordo

17- O modelo cívico-militar pode melhorar o desempenho dos alunos da escola pública nas avaliações externas de larga escala (Pisa, Enem etc).

Concordo parcialmente



Uma análise da percepção

- () Concordo
- () Discordo parcialmente
- () Discordo



165





NATURALIS EDUCAÇÃO SUPERIOR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MESTRADO CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E MULTI-DISCIPLINARIDADE

Pesquisador: Cláudio Sales Barbosa

Orientadora: Alessandra

Título da pesquisa: “Uma análise da percepção docente, gestora e familiar da qualidade da educação básica em escolas públicas em defesa do modelo cívico-militar”

QUESTIONÁRIO PARA OS PAIS

IDENTIFICAÇÃO

Idade:

Gênero:

Estado civil: () Solteiro () Casado () Divorciado () Viúvo

Grau de escolaridade:

() Superior completo

() Superior incompleto

() Ensino médio completo

() Ensino médio incompleto



Uma análise da percepção

- Ensino fundamental completo
- Ensino fundamental incompleto

Faixa salarial:

- Nenhuma renda.
- Até 1 salário mínimo.
- De 1 a 3 salários mínimos.
- De 3 a 6 salários mínimos.
- De 6 a 9 salários mínimos. De 9 a 12 salários mínimos.

Profissão: _____

1- Informe se você identifica algum dos problemas abaixo enfrentados na escola que seu filho(a) estuda?

- Violência escolar
- Bullying
- Desinteresse do aluno, em geral
- Problemas com drogas
- Falta de infraestrutura
- Falta de professores
- Falta de comprometimento do professor
- Outros _____
- Não identifico nenhum dos problemas citados.



Uma análise da percepção

2- Você compreende a diferença entre o modelo da escola cívico-militar e escola militar?

Sim Não Pouco

3- Como você percebe o modelo escola cívico-militar?

4- Como você vê o processo de parceria dos órgãos militares com a escola pública?

5- A parceria dos órgãos militares, tais como: bombeiro, polícia militar, marinha, exército e aeronáutica com a escola pública contribuiria para melhorar a qualidade da educação básica com ênfase no acesso, na permanência e na aprendizagem.

Concordo parcialmente

Concordo

Discordo parcialmente

Discordo

6- Os fatores de indisciplina e violência na escola tem comprometido o rendimento escolar dos alunos.

Concordo parcialmente

Concordo

Discordo parcialmente

Discordo

7- O cívico-militar faz com que o professor se sinta valorizado.

Concordo parcialmente



Uma análise da percepção

- Concordo
- Discordo parcialmente
- Discordo

8- O modelo cívico-militar contribui para a prevenção da violência no ambiente escolar e melhoria do rendimento escolar.

- Concordo parcialmente
- Concordo
- Discordo parcialmente
- Discordo

9- O modelo cívico-militar contribui para a melhoria do comportamento de alunos no ambiente familiar, escolar e social.

- Concordo parcialmente
- Concordo
- Discordo parcialmente
- Discordo

10- O modelo cívico-militar contribui para a valorização de professores, gestores e demais profissionais.

- Concordo parcialmente
- Concordo



Uma análise da percepção

Discordo parcialmente

Discordo

11- O modelo cívico-militar contribui para a melhoria da aprendizagem do aluno resultando em um bom desempenho escolar.

Concordo parcialmente

Concordo

Discordo parcialmente

Discordo

12- O cívico-militar contribui para a promoção dos valores morais, cívicos e patrióticos da sociedade.

Concordo parcialmente

Concordo

Discordo parcialmente

Discordo



Sobre o autor



Claudio Sales Barbosa nasceu em 16 de novembro de 1969, na cidade de Duque de Caxias, Rio de Janeiro. É filho do casal José Pinto Barbosa e Teresinha Sales Barbosa. Ambos eram cearenses retirantes do Nordeste, fugindo da seca em busca de melhores oportunidades no Sudeste.

Iniciou seus estudos na casa de uma professora filantropa que alfabetizava, de graça, crianças de famílias pobres. Que Deus a tenha! Após alfabetizado, iniciou o ensino fundamental na Escola “Ana Laura”, que ficava no mesmo bairro onde morava, o bairro Centenário.

No começo, seus pais arcaram com as mensalidades, mas, depois, não tinham mais condições financeiras de continuar pagando. Por Graça de Deus, surgiu uma oportunidade no programa de bolsas para famílias carentes, que a escola mantinha, o que permitiu a continuação de seus estudos no antigo ensino primário (da 1ª à 4ª série).

Em seguida, completou a fase do antigo Ginásio (da 5ª à 9ª série) na Escola Estadual “Irineu Marinho”, também no Bairro Centenário. Começou seu Ensino Médio na Escola Estadual Duque de Caxias. Em paralelo, estudava para concursos militares. Infelizmente, já naquela época, o ensino público não fornecia as bases educacionais suficientes para uma aprovação em concursos.

Portanto, com o auxílio de seu irmão Domingos, que custeou um curso preparatório, em 1986 entrou para a Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR), onde, após dois anos, formou-se Terceiro Sargento Especialista em Controle de Tráfego Aéreo. Naquele mesmo ano casou-se com Rozely Vieira Barbosa, natural também de Caxias/RJ, hoje, a moça bonita da praia de Boa Viagem, com quem já convive há 36 anos, sendo 33 de casados.



Uma análise da percepção

Após formado, foi classificado em Parnamirim/RN, Trampolim da Vitória, onde serviu por 10 anos. Lá, foi a terra que Deus o abençoou com dois filhos, Raquel e Vinícius, além de uma grande família de amigos e irmãos em Cristo.

Em 1997, formou-se em Secretariado Executivo pela FACEX, hoje, UniFacex, em Natal/RN. Nesse ano, foi acometido de uma enfermidade que quase o matou, mas Deus tinha outros planos. No ano seguinte, ainda convalescente e se recuperando das sequelas da doença, foi aprovado em concurso interno da FAB para o Curso de Formação de Oficiais Especialistas da Aeronáutica (CFOE), na época, em Belo Horizonte/MG, onde passou todo o ano de 1999 estudando.

Em seguida, serviu cinco anos em Manaus-AM, onde atuou na capacitação de profissionais da segurança de voo da navegação aérea. De 2005 a 2009 serviu no DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO (DECEA), Rio de Janeiro, ainda atuando na segurança da navegação aérea, adquirindo mais qualificação e experiências profissionais.

Transferido para Recife, serviu por oito anos no TERCEIRO CENTRO INTERADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO (CINDACTA III), onde deu prosseguimento aos cursos de carreira e outras capacitações inerentes à sua área de atuação na segurança da navegação aérea, tendo concluído MBA em Gestão Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2011.

Em seguida, por dois anos, trabalhou no SERVIÇO DE RECRUTAMENTO E PREPARO DE PESSOAL DA AERONÁUTICA DE RECIFE (SEREP-RF), como Chefe da SEÇÃO REGULAR DE ENSINO (SERENS), setor responsável pela coordenação e aplicação dos Cursos e Estágios de Adaptação de militares temporários da FAB na região nordeste.

Fica evidente que a atividade educacional, bem como o processo de ensino-aprendizagem,



Uma análise da percepção

são características próprias das Forças Armadas, que primam pela excelência na formação e capacitação de seu pessoal, e, portanto, sempre estiverem presentes na vida do Autor, o qual, atualmente, trabalha na Coordenação Regional para implantação de escolas cívico-militares no Nordeste.



Política e Escopo da Coleção de livros Humanas em Perspectiva



A Humanas em Perspectiva (HP) é uma coleção de livros publicados anualmente destinado a pesquisadores das áreas das ciências humanas. Nosso objetivo é servir de espaço para divulgação de produção acadêmica temática sobre essas áreas, permitindo o livre acesso e divulgação dos escritos dos autores. O nosso público-alvo para receber as produções são pós-doutores, doutores, mestres e estudantes de pós-graduação. Dessa maneira os autores devem possuir alguma titulação citada ou cursar algum curso de pós-graduação. Além disso, a Coleção aceitará a participação em coautoria.

A nossa política de submissão receberá artigos científicos com no mínimo de 5.000 e máximo de 8.000 palavras e resenhas críticas com no mínimo de 5 e máximo de 8 páginas. A HP irá receber também resumos expandidos entre 2.500 a 3.000 caracteres, acompanhado de título em inglês, abstract e keywords.

O recebimento dos trabalhos se dará pelo fluxo contínuo, sendo publicado por ano 10 volumes dessa coleção. Os trabalhos podem ser escritos em português, inglês ou espanhol.

A nossa política de avaliação destina-se a seguir os critérios da novidade, discussão fundamentada e revestida de relevante valor teórico - prático, sempre dando preferência ao recebimento de artigos com pesquisas empíricas, não rejeitando as outras abordagens metodológicas.

Dessa forma os artigos serão analisados através do mérito (em que se discutirá se o trabalho se adequa as propostas da coleção) e da formatação (que corresponde a uma avaliação do português e da língua estrangeira utilizada).



Uma análise da percepção

O tempo de análise de cada trabalho será em torno de dois meses após o depósito em nosso site. O processo de avaliação do artigo se dá inicialmente na submissão de artigos sem a menção do(s) autor(es) e/ou coautor(es) em nenhum momento durante a fase de submissão eletrônica. A menção dos dados é feita apenas ao sistema que deixa em oculto o (s) nome(s) do(s) autor(es) ou coautor(es) aos avaliadores, com o objetivo de viabilizar a imparcialidade da avaliação. A escolha do avaliador(a) é feita pelo editor de acordo com a área de formação na graduação e pós-graduação do(a) professor(a) avaliador(a) com a temática a ser abordada pelo(s) autor(es) e/ou coautor(es) do artigo avaliado. Terminada a avaliação sem menção do(s) nome(s) do(s) autor(es) e/ou coautor(es) é enviado pelo(a) avaliador(a) uma carta de aceite, aceite com alteração ou rejeição do artigo enviado a depender do parecer do(a) avaliador(a). A etapa posterior é a elaboração da carta pelo editor com o respectivo parecer do(a) avaliador(a) para o(s) autor(es) e/ou coautor(es). Por fim, se o trabalho for aceito ou aceito com sugestões de modificações, o(s) autor(es) e/ou coautor(es) são comunicados dos respectivos prazos e acréscimo de seu(s) dados(s) bem como qualificação acadêmica.

A nossa coleção de livros também se dedica a publicação de uma obra completa referente a monografias, dissertações ou teses de doutorado.

O público terá acesso livre imediato ao conteúdo das obras, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



Índice Remissivo



A

Aprendizagem

página 58

página 68

página 70

página 109

página 115

E

Escola

página 58

página 99

página 106

página 111

página 123

Educação

página 29

página 41

página 75

página 82

página 117



G

Gestão

página 65

página 67

página 94

página 103

página 107

M

Militar

página 98

página 110

página 120

página 124

página 128

P

Professor

página 24

página 27

página 113

página 117

página 124



Essa obra escrita pelo pesquisador Cláudio Sales Barbosa tem fundamental importância ao discutir os diálogos e conflitos existente na implantação do modelo de ensino cívico - militar nas escolas públicas, permitindo assim, um processo de reflexão para desenvolvimento do ambiente escolar e desse modelo. Portanto, por meio dessa pesquisa temos a chance de abrir os horizontes para além do padrão tradicional de ensino, a partir da incorporação adequada de modelos que possam permitir o crescimento concomitante da qualidade no ensino e do aprendizado dos alunos. Dessa maneira, a nossa editora teve o enorme prazer de divulgar uma pesquisa tão rica e fortalecedora do processo educacional de base, além de estimular o desenvolvimento e crescimento social.



Claudio Sales Barbosa



Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA